

ALAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA



ANO LIX

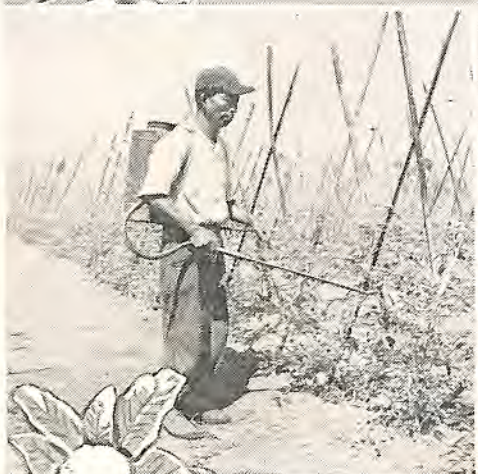
RIO DE JANEIRO — BRASIL
NOVEMBRO-DEZEMBRO, 1956

Proteja suas hortalças

com

MALATOX

À Base de Malathion



Controla todos os insetos importantes que atacam os tomates, bem como a maioria das pragas das hortalças. Pode ser usado até 3 dias antes da colheita, sem os perigos de resíduos tóxicos comuns aos outros inseticidas. Encontra-se à venda sob as seguintes formulações:

- MALATOX-4** - Pó pronto para polvilhamento.
- MALATOX-25** - Pó molhável, para pulverização.
- MALATOX-50** - Emulsionável com água, para pulverização.

Malathion é um produto

CYANAMID

AMERICAN CYANAMID COMPANY

À VENDA NAS BOAS CASAS DO RAMO

Peça-nos informações, sem compromisso

Fabricantes:

BLEMCO S. A.

IMPORTADORA E EXPORTADORA

22 22
BLEMCO

São Paulo
C. Postal, 2222

Presidente Prudente
C. Postal, 2222

Rio de Janeiro
C. Postal, 2222

Belo Horizonte
C. Postal, 2222

Porto Alegre
C. Postal, 2222



Plantando uma variedade de planta da família do junco num barranco, este agricultor defende a sua propriedade contra a erosão

SUMÁRIO

RUMOS SEGUROS PARA A CAFEICULTURA — Prof. Arthur Torres Filho	3
ATIVIDADES DE OBSERVAÇÃO DO SOLO EM SÃO PAULO	4
ALGUNS ASPECTOS DA CITRICULTURA — Eng. Agrônomo Sylvio Moreira ..	6
SOLIDARIEDADE, DEMOCRACIA COOPERATIVA E AMÉRICA LATINA — Fabio Luz Filho	14
A BATATA — SEMENTE — Adalberto Serra	16
CAMPO E INDÚSTRIA — Prof. Mauricio Babenco	18
MELHORES TÉCNICAS DE INFORMAÇÃO DE EXTENSÃO AGRÍCOLA — Eng. Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira	22
O INSTITUTO AGRONÔMICO DE CAMPINHAS — Prof. Arthur Torres Filho ..	24
TEME-SE A FOME EM TODO O MUNDO — Luiz Carlos de Mesquita Maia	25
EMPOSSADO O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DO SERVIÇO SO- CIAL RURAL DO DISTRITO FEDERAL	28
DIA DO LAVRADOR CARIOCA	29
MOVIMENTO DA BIBLIOTECA DA S. N. A.	31
NOTÍCIAS E INFORMAÇÕES	32
MÉTODO DE ANÁLISE DOS ELEMENTOS TROCAVEIS DAS TERRAS DE CULTURAS	33
O ELEMENTO HUMANO NA COLONIZAÇÃO — Eng. Agr. Ney Brandão	36
A CLASSE RURAL — Temas e Sugestões — Arruda Câmara	39
SUBVENÇÕES E AUXÍLIOS AS ASSOCIAÇÕES RURAIS	39
CONTRÓLES DE ERVAS DANINHAS POR MEIO DE HERBICIDAS	45
LIVROS E PUBLICAÇÕES — Eng. Agr. Geraldo Goulart da Silveira	40
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXOCORTE DOS CITRUS — Eng. Agr. Geraldo Goulart da Silveira	42
AÇÃO SOCIAL RURAL NO BRASIL — G. Mello Mourão	47

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Fundada em 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA
PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo
Presidente Benemérito

DR. MIGUEL CALMON DU PIN e ALMEIDA
DR. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES

DIRETORIA GERAL

Presidente	—	ARTHUR TORRES FILHO
1.º Vice-Presidente	—	LUIZ SIMÕES LOPES
2.º Vice-Presidente	—	EDGAR TEIXEIRA LEITE
3.º Vice-Presidente	—	ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
1.º Secretário	—	FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário	—	ADAMASTOR LIMA
3.º Secretário	—	EURICO SANTOS
4.º Secretário	—	CINÉAS DE LIMA GUIMARÃES
1.º Tesoureiro	—	KURT REPSOLD
2.º Tesoureiro	—	OTTO FRENSEL
Secretário-Geral	—	LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
ALTINO DE AZEVEDO SODRÉ
ANTONIO FRANCISCO MAGARINOS TORRES
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO
ENIO LUIZ LEITÃO
GERALDO GOULART DA SILVEIRA
HONÓRIO DA COSTA MONTEIRO FILHO
JOÃO MAURICIO DE MEDEIROS
JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
MARIO DE OLIVEIRA

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARÁTER PERMANENTE DOS SEGUINTE ÓRGÃOS:

Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; Suplente, Luiz Marques Poliano; **Comissão Revisora de Tarifas** (Ministério da Fazenda) — Dr. Oswaldo Miguel Frederico Ballarin; **Conselho Consultivo da E. F. Central do Brasil** — Dr. Altino de Azevedo Sodré; **Comissão Permanente de Estradas de Rodagem** — Dr. Raul David de Sanson; **Instituto Brasileiro de Educação e Cultura** (Ministério das Relações Exterio-

res) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Conselho Nacional de Aplicações dos Empréstimos Rurais** (Ministério da Fazenda) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio e Produção** — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Comissão Consultiva de Acordos Comerciais** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Alberto Ravache; **Comissão de Política Agrária** (Ministério da Agricultura) — Dr. Luiz Simões Lopes. Suplente: Dr. Alberto Ravache.

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LIX

NOVEMBRO-DEZEMBRO — 1956

RUMOS SEGUROS PARA A CAFEICULTURA:

O BRASIL PRECISA AUMENTAR A SUA PRODUÇÃO DE
“CAFÉS FINOS” — PERIGOSA CONCORRÊNCIA DO
CAFÉ AFRICANO E DOS CAFÉS FINOS AMERICANOS

Prof. ARTHUR TORRES FILHO

Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Em que pese a opinião de conhecedores das condições da cafeicultura africana, como se pode verificar pela marcha da exportação do café africano de tôdas as colônias (vide quadro), de 1940 a 1954, em tôdas elas houve aumento na exportação e se esforçam, com o auxílio técnico e financeiro das metrópoles, pelo melhoramento da qualidade. Na América, por sua vez, os países produtores de café, não só desenvolvem a produção como adotam programa sistemático de melhoria da qualidade, muito principalmente a Colômbia, o México e a Venezuela.

Quando da reunião, em março último, em Lisboa, dos países produtores da África (Inglaterra, Bélgica, Espanha, França, Etiópia e Portugal), tendo por objetivo a criação de uma Federação, foram examinados os seguintes pontos principais dessa união: estudos relativos à produção, ao acondicionamento e à propaganda dos cafés africanos, não ficando esquecidas as pesquisas técnicas e científicas de melhoramento da qualidade.

O presidente Sr. Juscelino Kubitschek, por ocasião das solenidades comemorativas do Centenário de Ribeirão Preto, levantou a bandeira da produção de cafés finos, como o verdadeiro rumo salvador da posição do Brasil nos mercados exportadores.

É da responsabilidade do Instituto Brasileiro do Café traçar e executar as diretrizes da nossa cafeicultura.

As declarações que acabam de ser feitas na Junta Administrativa desse Instituto, em São Paulo, pelo eng. agr. José Cassiano dos Reis, sobre os perigos que corre o Brasil na sua exportação de café, diante da concorrência dos “cafés finos”, é alarmante e uma advertência que corrobora o pronunciamento em Ribeirão Preto do presidente Sr. Kubitschek, exigindo que o Ins-

tituto Brasileiro do Café tranquilise o País pondo em execução, sem demora, um programa de ação em bases seguras de estruturação da cafeicultura nacional.

Diante da contingência grave em que se encontra a cafeicultura brasileira com a concorrência nos mercados externos, surge como uma esperança a medida tomada pela Câmara dos Deputados constituindo, em 1954, uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Café, encarregada, também, de estudar a "crise do café, suas origens e repercussões, e apontar as medidas necessárias para enfrentá-las". Essa comissão teve para presidí-la o ex-presidente do Instituto Brasileiro do Café, o ilustre eng. agr. Pacheco Chaves, e como relator o Sr. Newton Carneiro, do Paraná, que, a respeito, apresentou um projeto para exame, depois de ouvir uma centena de pessoas altamente credenciadas, inclusive o ex-ministro da Fazenda. O projeto se desdobra em 25 artigos e dá ao I. B. C. uma estruturação de tal magnitude que lhe caberá a plena responsabilidade de toda a política cafeeira, criando um Conselho Nacional e o Fundo do Café, com recursos suficientes para traçar as diretrizes que garantem, em bases técnicas, as qualidades de café brasileiro, no consumo interno e no exterior, habilitando-o com poderes, no âmbito nacional e pela propaganda bem orientada, que realizará nos mercados estrangeiros, de modo a possibilitar o Instituto a defender a nossa maior riqueza agrícola e que é a espinha dorsal da economia e das finanças nacionais.

ATIVIDADES DE CONSERVAÇÃO DO SOLO EM SÃO PAULO

NÚMERO DE PROPRIEDADES ATENDIDAS PELA DIVISÃO DO SOLO DO D.E.M.A. DA SECRETARIA DA AGRICULTURA DE SÃO PAULO

Praticas Conservacionistas	1950	1951	1952	1953	1954	1955	TOTAL
Plantio em nivel (café principalmente)	178	51	458	682	707	486	2.572
Cordões em contorno em cafezal	301	319	444	530	479	220	2.293
Terraceamento	103	30	285	241	227	155	1.041
Culturas em faixa	40	198	43	36	11	15	343
Irrigação e drenagem	30	50	60	134	98	84	465
Barragens	—	—	4	28	14	11	57
Levantamento topográfico	—	5	1	49	(+)	(+)	55
Diversas	13	48	15	29	51	25	181
TOTAL GERAL	665	710	1.310	1.729	1.587	1.006	7.007



Agritecnica S.A.
COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MATERIAIS AGRÍCOLAS

ARADOS — BOMBAS PARA IRRIGAÇÃO E DRENAGEM —
BOMBAS EM GERAL — EQUIPAMENTO PARA IRRIGAÇÃO
ARTIFICIAL — CARRETAS AGRÍCOLAS — CORTADEIRAS DE
FORRAGEM — CULTIVADORES — DEBULHADORES DE MI-
LHO, MECÂNICOS E MANUAIS — DESNATADEIRAS — EN-
GENHOS PARA CANA — GRUPO GERADORES — MOTORES
ELÉTRICOS — MOTORES DIESEL — MOTORES A GASOLINA
— MOINHOS DE MARTELO — MOINHOS DE PEDRA — TRI-
TURADORES — PULVERIZADORES — POLVILHÉRADEIRAS
— RALOS DE MANDIOCA — SEMENTES DE HORTALIÇAS
(IMPORTADAS DOS EE. UU.) — DESPOLPADORES DE CAFÉ
AGRITÉCNICA — DESCASCADORES DE CAFÉ AGRITÉCNICA
— BENEFICIADORES DE CAFÉ AGRITÉCNICA — CATADORES
DE PEDRAS AGRITÉCNICA — CLASSIFICADORES DE CAFÉ —
MÁQUINAS PARA BENEFICIAR ARROZ AGRITÉCNICA —
VENTILADORES DE CEREAIS MANUAL E MOTORIZADOS —
MOINHOS PARA FUBÁ — BENEFICIADORES DE MILHO

—●—
ASSISTÊNCIA TÉCNICA PERFEITA

CONSULTEM NOSSOS PREÇOS

—●—
FÁBRICA

Campo Grande — Estrada da Ilha — Km 17 — D. F.

—●—
LOJAS E EXPOSIÇÃO

RUA TADEU KOSCIUSKO, 31-A (Bairro de Fátima)

FONE : 42-5967 "SOCIAGRI"

RIO DE JANEIRO

Alguns Aspectos da Citricultura

Conferência pronunciada na Sociedade Nacional de Agricultura no dia 25-9-1956, pelo Engenheiro Agrônomo Sylvio Moreira, abordando alguns aspectos de defesa sanitária, comercialização e industrialização das frutas cítricas

O Eng. Agr. Sylvio Moreira, recentemente chegado de Israel onde compareceu ao Congresso de Citricultura ali realizado, pronunciou, a convite da Sociedade Nacional de Agricultura, no dia 25/9/1956, no auditório da mesma, com a presença de uma selecionada assistência, uma magnífica conferência, que vai na íntegra adiante transcrita.

Após a conferência por todos aplaudida, o orador esclareceu, de uma maneira clara e segura todas as perguntas que lhe foram dirigidas e projetou numerosos slides documentando suas visitas à Israel, Espanha e África do Sul.

CONFERÊNCIA DO DR. SYLVIO MOREIRA

A nossa citricultura, especialmente no Estado de São Paulo, está atravessando uma fase particular e delicada, pois acha-se em "febre de crescimento". É comum nos organismos vivos essa fase vir acompanhada de dificuldades de várias naturezas, e o que está acontecendo agora nos meios citrícolas permite-nos animadora conclusão: há vida, outra vez, em nossa citricultura. E isso é o que importa.

Tem havido entre os citricultores paulistas manifestação de certa ansiedade, resultado do temor de virmos outra vez, sofrer as danosas consequências da superprodução. Já se chegou até a propor ao governo medidas tendentes a paralisar o fomento das plantações. Não nos parece ser esse o caminho acertado. Sem uma grande massa de produção não se pode organizar a comercialização. A rota preferível, a nosso ver, deve ser esta: aumento e aperfeiçoamento da produção com medidas imediatas para promover a colocação de toda a fruta produzida nos mercados internos e externos.

DEFESA SANITÁRIA VEGETAL

Um dos fatores que podem atuar sobre o aumento e o aperfeiçoamento da produção é a Defesa Sanitária dos laranjais. Esse é um dos pontos fracos da nossa citricultura, no momento. Na década 1930-40 conseguiu-se grande transformação dos métodos culturais nos nossos pomares, como consequência de uma fiscalização vigorosa do produto a ser exportado e intenso trabalho de persuasão junto aos citricultores, visando o controle permanente das pragas e mo-

léstias mais comuns em nossos laranjais.

A partir de 1940, com a impossibilidade de se continuar exportando para a Europa, houve progressivo abandono das plantações e chegou-se a suspender completamente todas as práticas já de uso generalizado. Reiniciando as exportações nestes

existem nos pomares das zonas citrícolas do Mediterrâneo e da União Sul Africana, que vimos de visitar, mas os prejuízos que causam não são tão elevados porque as medidas de controle são executadas com bastante eficiência. Como regra geral as condições sanitárias dos laranjais que visitamos são bastante satisfatórias e isso se reflete na produção de fruta refugo, reduzida a um mínimo razoável, não ultrapassando de 20%. Todas as zonas visitadas estão localizadas em climas seco ou sub-úmido, de maneira que as pragas (insetos) são mais sérias do que as moléstias. O uso das fumigações a base de gás cianídrico chegou a se generalizar nesses pomares cítricos e, ainda hoje, na Espanha, Israel e União Sul Africana.



O Eng. Agr. Sylvio Moreira quando pronunciava sua conferência na tribuna do auditório da Sociedade Nacional de Agricultura

últimos anos, estão os comerciantes encontrando grande dificuldade em apresentar aos serviços de fiscalização, frutas com bom aspecto, porque a proporção de refugo é elevadíssima.

Nos laranjais de São Paulo a "verrugose", a "melanose" e a "ferrugem" prejudicam completamente a aparência das laranjas. É comum também fortes infestações de cochonilhas, causando sérios prejuízos às plantas e à grande produção. Sobrepondo-se a tudo isso, vêm as moscas das frutas que, durante certo período, cobram pesadas taxas aos citricultores. Com exceção da verrugose da laranja doce, todas essas moléstias e pragas

na este método de controle é utilizado, embora venha sendo gradualmente substituído pelo emprego dos inseticidas de base fosforada. Destes, o Paration vem sendo empregado, com resultados satisfatórios no controle de vários insetos nocivos. Especialmente em relação à mosca do Mediterrâneo é de uso generalizado, aplicando-se em solução açucarada com o emprego de brocha, a fim de evitar a pulverização total das árvores. O uso indiscriminado de inseticidas violentos, como o Paration, está sendo condenado em todos os países, em virtude da quebra do equilíbrio biológico com a destruição de muitos insetos



"E agora...
vamos tomar um cafèzinho?"

*Antes, durante
ou depois de
um bom negócio,
êste é o convite
bem brasileiro*

O cafèzinho é um traço marcante de cordialidade e o fecho feliz de muitas transações comerciais! Ao homem de negócio, cuja preocupação é distinguir os seus amigos e clientes, nada melhor que lhes oferecer em seu próprio escritório um gostoso cafèzinho *feito num instante*. Nescafé - tão fácil de preparar - tem o verdadeiro gôsto do café porque é feito com café da mais alta qualidade.

**Nescafé... feito num instante
e em qualquer lugar!**



benéficos. Tivemos oportunidade de constatar esse mau resultado na Fazenda Zebedeia, no Transval, onde uma nova praga apareceu recentemente, depois das pulverizações gerais com Parathion. Trata-se da *Neoleora talhaghata*, cuja larva alimenta-se das folhas das laranjeiras. Fato semelhante já ocorreu também na Califórnia, onde se notou grande infestação dos laranjais pelo pulgão branco (*Iceria*), devido à destruição do seu inimigo natural, a joaninha australiana.

Em virtude desses fatos nenhuma região abandonou completamente o emprego das emulsões oleosas para controle das cochonilhas e afídios. Em São Paulo seus resultados são bem satisfatórios.

No setor das moléstias causadas por fungos, o "mal seco",

tipo de gomose causada por fungo do gênero *Diplodia*, deixa de ter maior significação quando as árvores recebem conveniente adubação azotada e irrigação bem controlada.

Nos laranjais da Espanha, Israel e União Sul Africana são as moléstias de vírus que causam maiores prejuízos. A "sorose" está presente em todos os pomares de laranja Bahia na região de Valência; a "xiloporose" parece infestar todos os clones de laranja Shamouti em Israel; o "stem pitting" e o "greennig" estão dificultando a manutenção dos pomares de pomelos e tangerinas, na União Sul Africana. Nos dois últimos países — Israel e Sul d'África — já estão os técnicos se preocupando com a produção de clones novos das variedades infetadas, na expectativa de que tais vi-

dispensáveis para que as laranjas, pomelos e limões suportem o transporte a longas distâncias e atinjam o consumidor em bom estado. Espanha e Itália, estando muito próximas dos mercados consumidores, podem descurar desse trabalho mas Israel e especialmente o Sul d'África estão em condições semelhantes às nossas. Nesses dois países grande perfeição já se conseguiu nesse setor, e as frutas que exportam gozam de merecida confiança dos importadores. Este assunto foi recentemente focalizado em palestra que o Eng. Agr. Anderson de Andrade pronunciou, na Ssecretaria da Agricultura, em São Paulo, após viagem de estudos realizada aos países importadores de nossas laranjas.

PREFERÊNCIA DOS MERCADOS EUROPEUS

Não é somente o fator confiança na qualidade e resistência da fruta que influe na preferência dos mercados. Também a variedade deve ser considerada quando se pretende penetrar ou se expandir em um mercado qualquer. Ao contrário do que acontece nos mercados nacionais, onde há acentuada preferência pelas frutas bastante doces, mesmo quase sem ácidos, os mercados europeus exigem variedades em cujo suco a acidez e os açúcares estejam em proporções bem equilibradas. E parece que quanto mais frio o clima mais elevada deve ser a quantidade de ácidos. De acordo com essas preferências, como os mais promissores mercados acham-se situados muito ao norte do Trópico de Câncer, nas zonas de clima temperado e frio, não podemos pensar em conquistar mercados com a nossa tão apreciada laranja Lima, ou com a tangerina Cravo.

Outra exigência dos mercados importadores refere-se à espessura da casca que influe sensivelmente na porcentagem de suco. Pagando elevado preço pelas frutas cujas cascas não são aproveitadas, é claro que quanto menor seja a porcentagem desta em relação com a de suco maior aproveitamento será obtido da despesa feita. Este fator elimina de nossas cogitações a exportação de variedades de casca espessa, como as laranjas Seleta e Shamouti produzidas no planalto paulista. Interfere também com a porcentagem de suco o número de sementes cujo peso é pago pelo consumidor sem o menor aproveitamento e, ainda, causando o desagradável trabalho de sua separação do suco ou da polpa. Algumas das nossas variedades, assim como a conhecida Pineapple, são postas de lado por apresentarem exagerado número de sementes. O mesmo acontece com muitas variedades de pomelos (Triunfo, Duncan, MacCarty) cujo cultivo vem sendo



Aspecto da mesa que presidiu a sessão, vendo-se ao centro o Prof. Arthur Torres Filho, presidente da S.N.A., à sua direita o Senador Fernandes Távora e à sua esquerda o Prof. Geraldo Goulart da Silveira e o Dr. Nestor Barcelos Fagundes.

bastante disseminado nos limonais da Itália e Israel, é a única razão de apreensões para nossos citricultores, que devem, a todo custo, evitar a introdução de material vivo desses países. Uma vez introduzida no país moléstia dessa natureza provavelmente jamais será eliminada. Uma outra moléstia desconhecida em nossos laranjais, a "black spot" (mancha preta) está se tornando bastante séria em algumas áreas da União Sul Africana. É causada pelo fungo *Guignardia Citricarpa* que se desenvolve nas folhas e nos frutos, tornando-se impraticáveis para comércio. As experiências demonstram que os fungicidas cupricos controlam bem as infestações deste parasita.

Interessante trabalho realizado na Estação Experimental de Nelspruit demonstrou que uma das mais importantes moléstias da laranjeira naquela área, um

rus não sejam transmissíveis pelas sementes nem por algum inseto vetor.

Problemas semelhantes já foram enfrentados por nossos técnicos que, lançando mão dos clones novos, iniciaram em São Paulo a distribuição de borbulhas isentas dos vírus da sorose, exocorte e xiloporose. Mudanças enxertadas com essas borbulhas estão sendo fornecidas pelo Instituto Agrônomo de Campinas para formação de blocos de plantas matrizes. Este é um setor em que nos encontramos à frente da maioria dos nossos concorrentes.

Dentro do setor "sanidade" é importante mencionar ainda as podridões que atingem os frutos em trânsito, causadas principalmente por *Penicillium* e *Phomopsis*. O correto tratamento sanitário dos pomares e o desvelado cuidado no manuseio das frutas, desde a colheita até o embarque, são condições in-

Agrada mais

a nova
embalagem



- Mais resistente
- Mais higiênica
- Mais econômica

Todos afirmam que agrada muito mais a nova embalagem do Açúcar PEROLA. Realmente, desde a dona de casa, a quem satisfaz um pacote mais resistente e mais higiênico, até o negociante, que prefere um pacote mais perfeito, e que permita melhor arrumação nas prateleiras, todos têm, agora mais um motivo para preferir o Açúcar PEROLA, o mais puro e o mais alvo, e, por isso mesmo, o melhor do mercado.



**açúcar
PEROLA**

saco azul e cinta encarnada

substituído sistematicamente pelo das variedades sem sementes.

A coloração externa da fruta tem influência notável sobre o comprador. Há variedades de coloração mais intensa, como as sanguíneas, porém o clima tem decisiva influência quanto a este fator. Neste particular estamos desfavorecidos, porquanto nossas principais regiões produtoras, São Paulo e Rio, não possuem clima com inverno suficientemente frio para dar às frutas a coloração intensa, tão bela e apreciada das laranjas da Califórnia, Itália, Espanha e Israel. Há, porém, o recurso da coloração artificial que, se bem praticada, melhora notavelmente o aspecto externo das laranjas. Este recurso tem sido adotado com as citrinas paulistas tanto para o mercado interno como para a exportação. Para isso dois processos podem ser seguidos: a descoloração pelo etileno, que elimina a clorofila, fazendo dominar a cor alaranjada natural, e a adição de matéria corante que pode conferir intensidade de cor de acordo com as preferências do consumidor. As vezes a combinação dos dois processos é aconselhada. Quanto a este particular podemos, com satisfação, mencionar que partidas de laranjas coloridas da Flórida e do Brasil foram este ano examinadas no continente europeu por técnico estrangeiro, e da comparação resultou opinião favorável ao trabalho aqui realizado. Naturalmente a coloração artificial só deve ser permitida quando as frutas já atingiram todos os demais caracteres para ser considerada boa, isto é, quando completaram a chamada maturação fisiológica.

Também a coloração da polpa é fator que confere privilégio a certas variedades e quanto a esta característica, igualmente dependente da variedade e do clima, e, até, mais deste do que daquela, estamos também desfavorecidos. As laranjas produzidas em São Paulo e Rio não atingem internamente cor muito intensa. Mesmo as variedades Sanguíneas, tão cultivadas na Itália e Espanha, quando transportadas para nossas condições perdem a sua característica de maior valor. Raramente mostram uma ou outra rai

Além da coloração, deve-se levar em conta a textura da polpa, havendo variedades de bagaço grosseiro e outras, delicado. Ainda aqui o clima tem marca influência, como se comprova facilmente comparando laranjas Bahia produzidas no sul da Califórnia com as da Flórida, de polpa muito menos delicada.

Feitas estas considerações estamos agora em condições de perguntar: qual ou quais as variedades citricas que atraem a preferência dos mercados europeus?

Se procurarmos referências às variedades atualmente lançadas naqueles mercados verificaremos logo que as sanguíneas exportadas da Espanha e Itália (Blood Oval, Taroco, Sanguinello) acham-se em primeiro plano. Mas, como todas elas são algum tanto tardias, a variedade Shamouti, produzida em Israel, com coloração viva e delicada polpa, embora não sanguínea, se coloca no mesmo plano até janeiro.

Poderíamos, nós, abastecer o mercado europeu no verão com frutas dessas mesmas variedades? Não! e, infelizmente, a resposta. Na Estação Experimental de Limeira, a uma altitude de 700 metros e 22½ graus de latitude sul temos exemplares dessas variedades produzindo há vários anos e suas frutas não adquirem a coloração desejada. É sabido que a laranja Shamouti tem sido plantada em escala experimental em vários países, mas seu cultivo não se expande porque, até agora, somente no litoral sueste do Mediterrâneo apresentam suas frutas as apreciadas características que a tornaram famosa fruta do Natal europeu. Felizmente o nosso mais sério concorrente, a União Sul Africana, que exporta citros no mesmo período do ano, durante o verão europeu, não goza desses privilégios. Suas várias regiões citricolas acham-se situadas em posição geográfica comparável à dos Estados de S. Paulo e Paraná, com climas, devido a altitude, menos favoráveis. De fato, não encontramos lá laranjas melhores ou mais coloridas do que as nossas. Regra geral, são até inferiores em paladar e na aparência natural.

Se excluirmos as laranjas sanguíneas de nossas cogitações podemos considerar a laranja de umbigo como aquela que reúne maior número de caracteres procurados pelo consumidor europeu: proporção muito bem equilibrada na relação ácidos para açúcares, o que lhe dá paladar inconfundível e inigualável; casca fina, não em excesso, assegurando-lhe razoável resistência e permitindo fácil descascamento a mão; sem sementes; coloração externa e interna boas; textura da polpa geralmente delicada.

Concedeu-nos a natureza o favor especial de ser a pátria da laranja que, pela sua origem, tomou o nome de Bahia e que é, presentemente, a mais cultivada variedade precoce da espécie *Citrus sinensis*. Na Califórnia, onde foi rebatizada sob o nome de Washington Navel, nas diversas zonas citricolas da União Sul Africana, na Espanha, em Marrocos, na Tunísia, em Israel e na Austrália essa variedade é geralmente cultivada. De todas essas regiões a laranja Bahia tem sido exportada para os mercados europeus e neles recebida como a rainha das laranjas. Tornou-se, por-

tanto, variedade internacional graças à particularidade notável de, em toda parte, produzir frutas apresentando características razoavelmente constantes.

Para as condições da exportação brasileira a laranja Bahia, produzida no Estado que lhe deu o nome, no Rio ou em São Paulo, tem um defeito grave, sob o ponto de vista comercial: elevada proporção das frutas grandes, característica também influenciada pela fator clima.

Foi ainda um novo favor da natureza, (desta vez surgiu em Piracicaba, São Paulo) observado, estudado e proclamado pelo emérito Prof. Cabral de Vasconcelos, que nos permitiu continuar cultivando a laranja de umbigo para exportação. O aparcimento da Baianinha Piracicaba, por mutação, veio solucionar uma situação realmente embaraçosa para nosso comércio exportador. Mais de 50% dos frutos da laranja Bahia era constituído por frutos de tamanhos inexportáveis, com mais de 70% atendendo à preferência do mercado inglês, o mais exigente neste particular.

Quanto a variedade de laranjas tardias devemos reconhecer que a Valência Late atende melhor às preferências desse mercado do que a nossa conhecida Pera. Há razões para isso acontecer. A Valência tem sido exportada para a Europa desde muito tempo, de quase todas as regiões: Califórnia, Flórida, Sul d'Africa e Israel. Tornou-se, assim, muito popular, o que, tanto no mercado de votos como no de frutas confere indiscutíveis vantagens.

A laranja Pera é cultivada somente em nosso país, que não tem se preocupado em fazer qualquer propaganda desta ou de qualquer outra variedade. Não podemos, em relação à Pera aproveitar, como no caso da Bahia, da intensa propaganda feita pelos outros países. Uma pergunta ocorre: porque não cultivamos a Valência tardia? A resposta vem fácil e, creio, convincente. Nas nossas condições a laranja Pera atinge a maturação fisiológica mais precocemente do que a Valência. Esta particularidade torna a Pera variedade mais interessante para o comércio de exportação porquanto não temos vantagem em atrasar demais o período de remessas para Europa. Entraríamos em competição com a safra dos países mediterrâneos o que não parece interessante.

De nosso maior interesse é procurar variedade de laranja de meia estação, isto é, que atinja a maturação entre o final da safra de Bahia e o início da de Pera. Este fato ocorre igualmente no Sul d'Africa onde certas variedades estão sendo aconselhadas para eliminar essa falha. Temos em observação um grande número de variedades na coleção da Esta-

PRODUTOS VETERINÁRIOS



e

Behring

Entre outros :

Vacina contra a diarréia dos bezerros (curso branco)

Vacina contra a pneumo enterite dos leitões (batedeira)

Yatren Vacina contra o garrotilho

Yatren Vacina E-104

Sintobacterina — Vacina contra o carbúnculo sintomático (manqueira)

Distribuidores exclusivos :

A CHIMICA “BAYER” LTDA.

Rua Dom Gerardo, 42

RIO DE JANEIRO

Os produtos veterinários “BAYER” e “BEHRING” garantem a saúde do rebanho

ção Experimental de Limeira e esperamos encontrar algumas que possam ser aconselhadas para o nosso caso.

As variedades Hamlin e Barrão têm sido exportadas de São Paulo mas não parece recomendável ampliar muito seu cultivo porque têm certos defeitos que as deixam em situação de inferioridade quando o mercado está bem abastecido.

O mercado para pomelos, muito menos amplo do que o de laranjas, não deve ser descurado em nossa exportação, pois há tendência para diminuição nas remessas da União Sul Africana. O pomelo Marsh Seedless é ainda a variedade mais apreciada, especialmente no mercado inglês.

A nossa mexerica é a mais conhecida variedade da espécie *Citrus reticulata* no mercado europeu, onde é tão apreciada como aqui. Apresenta dois graves defeitos: um, que não afeta sua posição como fruta de exportação dos países vizinhos das regiões importadoras — pouca resistência ao transporte — mas constitui entrave para nosso comércio; outro — grande número de sementes — cuja eliminação não se tem conseguido.

Em relação a limões parece não haver dúvida quanto à conveniência de se exportar os do tipo siciliano, único conhecido dos consumidores da Europa.

Concretizando, podemos dizer que, considerando as nossas condições, as laranjas Baianinha e Pera, o pomelo Marsh Seedless, a Mexerica e os limões do tipo siciliano são as variedades mais indicadas para atender as preferências atuais do mercado europeu.

As considerações atrás desenvolvidas sobre a questão das variedades perderiam muito de seu significado se estivessem tratando de frutas para industrialização. As laranjas do tipo Bahia seriam completamente eliminadas porque, segundo parece, até hoje não se conseguiu eliminar um paladar desagradável que adquire o suco concentrado das frutas desse grupo. A Valência, a Pineapple e vários tipos aqui conhecidos sob o rótulo comum de Caipiras passariam ao primeiro plano.

INDUSTRIALIZAÇÃO

Tábua de salvação, em boa hora descoberta pela indústria citrícola norte-americana, é a industrialização com o aproveitamento total da fruta. Neste caso não podemos dizer, como na industrialização do boi, que há ainda alguma coisa a aproveitar — o burro. Como é hoje praticada nos Estados Unidos, a industrialização das frutas cítricas nada deixa a desejar. Aproveita-se tudo, desde o óleo essencial da casca até o óleo alimentar da semente e também

o bagaço residual de todas as extrações. A produção de um suco concentrado que, ao ser diluído em água, readquire as características naturais do suco fresco, tornou-se possível levar a todos os rincões do país os benefícios desse refrescante incomparável. E, como resultado, estamos sabendo a que extraordinário limite atingiu a capacidade de consumo da nação americana: cerca de 200 milhões de caixas anualmente.

Nos países que vimos de visitar este setor está ainda muito longe do adiantamento atingido nos Estados Unidos. Não que se desinteressem pelo assunto. Todos eles produzem vários tipos de beberagens, com maior ou menor proporção de suco de laranja.

Da mesma forma que acontecia nos Estados Unidos antes de se preparar o "frozen concentrated", esses refrescantes todos deixam muito a desejar, pois adquirem um certo paladar que os colocam longe do suco natural. Na Itália vende-se muito no verão a "aranciata S. Pelegrino" que, na falta de água, é avidamente consumida mas, para falar a verdade, achamo-la intragável, preferindo ingerir Coca-Cola que também não gosa de nossas preferências.

Todos os países do Mediterrâneo, especialmente Espanha, Itália e Israel, não têm problemas muito sérios com a colocação da fruta refugo, porquanto podem vendê-la em boas condições nos respectivos mercados internos, onde numerosa é a população com certa capacidade aquisitiva. Já o mesmo não acontece na África do Sul. Dos seus 13 milhões de habitantes cerca de 10 milhões são nativos que têm baixo nível de vida e, segundo parece, não se preocupam muito em melhorar sua dieta nutritiva. O fato é que com o contínuo aumento da produção e da exportação, cresce também o volume do refugo e já está havendo dificuldade em sua colocação. Isto vem determinando interesse cada vez mais acentuado pela industrialização das frutas cítricas, a tábua de salvação para a qual estão voltadas todas as vistas.

Tanto na União Sul Africana com em Israel existem várias usinas para produção de suco concentrado comum e aproveitamento de outros subprodutos, como óleo, pectina, tortas, etc. Não produzem, porém suco congelado, uma vez que para se generalizar o seu consumo é condição indispensável a existência generalizada da refrigeração caseira, coisa ainda longe de ser atingida.

O problema do aproveitamento do refugo e da ampliação do consumo nesses países, bem como nos europeus e também no Brasil, talvez venha a ser resolvido com o processo de cristali-

zação do suco, já em franco desenvolvimento nos Estados Unidos, mas do qual temos ainda pouco conhecimento.

A situação da citricultura nacional com relação a industrialização merece alguns comentários. Desde que a "tristeza" destruiu a quase totalidade de nossos laranjais tem havido dificuldade para abastecer os mercados internos com frutas frescas, as quais tem obtido preços realmente vantajosos. Em volume e, as vezes, até em preços a exportação nesses últimos anos pode ser considerada subsidiária do consumo interno, pois com produção superior a 10 milhões de caixas temos exportado menos de 2 milhões. Estamos, portanto, em condições bem mais favoráveis do que a União Sul Africana, cujos 3/4 da produção total precisa ser exportada.

Com a ampliação das plantações, especialmente em São Paulo, cujo parque citrícola está crescendo a razão de um milhão de árvores por ano, esta situação tende a se modificar. No momento se está estudando a maneira de proporcionar facilidades a uma exportação que deve atingir e ultrapassar, dentro de poucos anos, os números de antes da guerra. Realmente pensamos poder exportar em 1960 mais de 5 milhões de caixas. Esse aumento das exportações, consequência do aperfeiçoamento do trato dos pomares e da maior produção, deve atingir um limite em que teremos um volume de fruta refugo tão vultoso que o mercado interno não terá capacidade de absorver. Nesse momento a tábua de salvação será a industrialização. Desde já, devemos lançar nossas vistas para esse lado se não quisermos, mais uma vez, clamar, como tantas vezes já temos feito, na hora do desespero: não cuidamos!

A LAVOURA

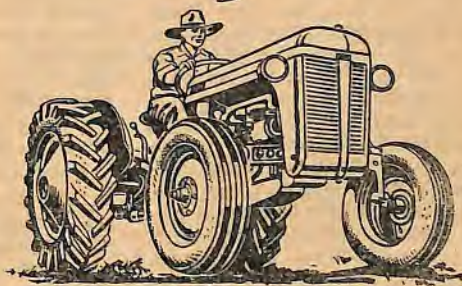
A MAIS ANTIGA REVISTA
AGRÍCOLA EM CIRCULAÇÃO
NO BRASIL

**PENSANDO
BEM...**



MASSEY-HARRIS - FERGUSON
para grandes e pequenas tare-
fas... É sua escolha acertada!

Sua escolha é ainda mais acertada
porque, amparando-a, o senhor tem a
garantia do nome VEMAG S/A. -
há mais de 10 anos plantando e
transportando o progresso.



Comprovada assistência técnica • Garantia de peças
Pronta entrega em qualquer dos seus 150 revendedores

VEMAG

VEMAG S.A. - Veículos e Máquinas Agrícolas

Matriz - São Paulo - Rua Grotta Funda, 224

Caixa Postal 8232 - Endereço Telegráfico: "TILED"

Posição explicável, o apoio estatal no plano cooperativo, em se tratando de países subdesenvolvidos. É a tese de "Campbell, Strichsland, Fabra Ribas, Nuñez" e outros conhecedores das condições sócio-econômico-políticas desses países.

Já tive oportunidade de frisar que, em países desse talhe, se luta com o problema da falta de cultura econômica do povo. Daí a posição do Estado, de amparo e vigilância, sem paternalismos, o que tem o apoio, como o assinala a União-Pan-Americana, de economistas, sociólogos e educadores, que vêem no movimento cooperativo nas Américas uma esperança de bem-estar social, mediante uma coordenação da ação estatal e da individual dentro de certos limites, sem subversão dos princípios que embasam o movimento cooperativo livre e autônomo.

Condições econômicas, influências dispare de ordem sociológica e mesológica, não podem deixar de dar cores distintas ao mundo latino-americano, e disso o movimento cooperativo teria de se ressentir, com raízes num substrato cultural tão diferente do europeu, mas que uma ação de catequese irá, lenta mas seguramente, vencendo.

"Oliveira Viana" mesmo, em carta com que nimamente me honrou e sensibilizou em 1942 (reproduzida na quarta edição de "Teoria e prática das sociedades cooperativas"), disse-me que era ele um dos que mais acreditavam no formidável papel que "o cooperativismo tem a exercer em nosso país, chegando mesmo à conclusão de que o cooperativismo deve ser aqui uma fórmula obrigatória de organização social e não facultativa, como até agora tem sido, principalmente nos campos e entre a nossa população rural..." Com isso o saudoso e eminente sociólogo abonou, com o seu incontestável prestígio, o movimento de idéias salutares que o cooperativismo encarna.

Já frisei que, para se poder penetrar nas raízes históricas do

SOLIDARIEDADE, DEMOCRACIA COOPERATIVA E AMÉRICA LATINA

FABIO LUZ FILHO

movimento cooperativo brasileiro e explicar a razão de ser da presença do Estado, é preciso considerar essas condições sócio-econômico-políticas dos países latino-americanos, nos quais o Estado teve de se fazer presente para a eclosão, o desenvolvimento e a disciplina da idéia cooperativa, dadas as condições de subdesenvolvimento das suas imensas regiões rurais, as características de sua ecologia humana, não tendo fugido o Brasil a esse imperativo de circunstâncias históricas adversas, vindas dos pródromos e vaivens, das vacilações, da incompreensão e dos percalços colonizadores, do desordenado caldeamento étnico, dos impactos climáticos e antropogeográficos, das acerbidades telúricas.

A estrutura econômica da América latina, sobretudo a dos países bolivarianos, é ainda essencialmente agrária, com o seu ponto nevrálgico na formulação: terra-trabalho. Atendendo a isso, os "experts" de Genebra já assinalaram que, nesses países, o cooperativismo em larga medida constitui uma fórmula de índole prática da economia política de todos os dias. É um movimento de natureza econômica que se vale, com inteligência e propriedade, da educação ou um processo educativo que tem por instrumento a ação econômica.

A ação do Estado, quando feita em termos discretos de auxílio e vigilância, está dentro da moderna concepção social do direito, ao estatuir o primado do interesse coletivo, a defesa jurídica dos economicamente fracos.

O ilustre professor "Ventosa Roig", que me honra com a sua amizade e me desvanece com

seu aprêço, já assinalou, em trabalho publicado no México, que o estadismo onímodo e carismático é desaconselhável e contraproducente; mas será grave erro pensar que os poderes públicos nada poderão fazer no sentido de propagar e favorecer o movimento cooperativo em seus aspectos multimodais, em seu fecundo poder de transformação social. Além da ajuda transitória e circunstancial, o trabalho mais eficiente da ação estatal, nesse sentido, reside em difundir a educação cooperativa, apogando cooperadores sinceros, leais, convictos, capacitados, atuantes, responsáveis, levando ao amadurecimento de uma nítida consciência cooperativa capaz de remover montanhas e erradicar a inércia e o alheamento.

Já se disse que há um egoísmo individual e há um egoísmo de grupos e de classes, estes muitas vezes mais agressivo do que aquele. Assim, arestudos, se encantam os grupos, se fecham sobre si mesmos, impermeáveis a uma sã osmose social. Essa insolidariedade grupal, que galharda privilégios e exclusivismos, leva à intolerância aforada em sistema, ao facciosismo, à defesa rábida do grupo hermético.

Esse organismo, essa paixão grupal, têm, assim, uma influência inibidora sobre as faculdades julgadoras do homem e, até, sobre suas faculdades volitivas. Mas, a harmonia humana, procura o cooperativismo realizá-la, sobretudo o de consumo, solidarizando classes sociais de todos os matizes, sem discriminações animosas, transmontando fronteiras obsidentes, num nobre movimento de solidariedade huma-

"FOSFATO OU ESCÓRIA THOMÁS"

ADUBO UNIVERSALMENTE CONHECIDO

Agentes em S. Paulo e Rio:

ARTHUR VIANNA CIA. DE MATERIAIS AGRÍCOLAS

Caixa Postal, 3572

Endereço Telegráfico: "SALITRE"

RIO DE JANEIRO

DADOS sobre DURAÇÃO

na. E encontra um denominador comum: a luta pela justiça econômica, com suas lógicas decorrências morais e sociais, que envolvem a dignificação da pessoa humana, centro vital da democracia cooperativa.

Nunca será demais lembrar a "Charles Gide" quando afirma que os homens de seu tempo os juristas e os economistas, encastelados em suas concepções rígidas, distanciados da realidade da vida social, não deram importância ao cooperativismo e menosprezaram-no, porque partira de pobres operários sem formação científica... Mas, esqueceram-se de que o movimento tinha fundamentos incoercíveis em suas necessidades, em circunstâncias econômicas novas, na genial intuição dos que sentiam na própria carne os destempestos de um sistema econômico chelo de iniquidades... Warbasse disse bem que em cooperativismo a raiz das coisas se vai transformando por um processo orgânico e, por conseguinte, lento. Põe-se em marcha a idéia cooperativa onde e quando as coisas se não fazem bem, onde uma necessidade não se satisfaz convenientemente, onde fracassa o lucro mercantil. Estabelece-se onde dele se necessita, onde se adapta a uma situação que exige corretivo ou remédio, e onde pode funcionar com eficiência. Assim, ele se radica, penetra na consciência econômica do trabalhador e consegue uma mudança substancial. É um radicalismo pacífico e construtivo.

Um filósofo francês acentuou, com justeza, que o homem, individualmente, com as faculdades que possui, é o produto da vida social e a organização social é a verdadeira condição orgânica do aparecimento de outras faculdades desse mesmo homem. Em estado de insulamento o homem não pensa nem fala, pois "l'âme est fille de la cité"...

E "Fábio Luz" em "Dioramas" afirmou que a vida se organizou socialmente na base do auxílio mútuo, a princípio no clã, depois na comunidade rural e, finalmente, nas cidades livres.

"O cooperativismo não é uma sociedade de capitais e, sim, de pessoas, ao serviço da família e da comunidade humana".

Em livros sucessivos tenho azeitado esse assunto fascinante!

**Seja um
assinante de
"A Lavoura"**



O AÇO DE DAMASCO ERA O MELHOR NO ANO 900 ANTERIOR À ERA DE CRISTO.

A DECISÃO DE MUITAS BATALHAS DEPENDEU DO FAMOSO AÇO DE DAMASCO. AS LÂMINAS DE AÇO DE DAMASCO, ESPECIALMENTE TEMPERADAS, DE FIO DE CORTE SEMELHANTE AO DE UMA NAVALHA, CONSERVAVAM-SE AFIADAS ENQUANTO QUE AS OUTRAS LÂMINAS PERDIAM O SEU FIO OU SE ENTORTAVAM.

O AÇO DA CAVILHA DE ESTEIRA É MELHOR DO QUE O AÇO DE DAMASCO

O AÇO MAIS FINO DE DAMASCO É MUITO INFERIOR AO AÇO DA CAVILHA DE ESTEIRA CATERPILLAR! FEITAS DE AÇO CARBONO SELECIONADO E TÉRMICAMENTE TRATADO, AS CAVILHAS CATERPILLAR FORAM CUIDADOSAMENTE PROJETADAS E USINADAS PARA DURAREM MUITO.



OS PINOS DA ESTEIRA, DUROS E FORTES, RESISTEM AO DESGASTE

OS PINOS DAS ESTEIRAS CAT SÃO TEMPERADOS PELO PROCESSO "HI-ELECTRO" PARA TORNAR A SUA SUPERFÍCIE RESISTENTE AO DESGASTE E O SEU NÚCLEO RESISTENTE AOS CHOQUES.



LEMBRE-SE! SÔMENTE O DISTRIBUIDOR CATERPILLAR POSSUE AS GENUÍNAS PEÇAS CATERPILLAR.

Caterpillar é marca registrada de Caterpillar Tractor Co.

SOTREQ S.A.

DE TRATORES E EQUIPAMENTOS

Av. Brasil, 9.200 - Rio de Janeiro

Filiais:

BELO HORIZONTE: R. Professor Gerson Martins, 166 - C. Postal, 858
Loja de Peças - Rua Guaicurus, 653

CAMPOS: Rua Marechal Floriano, 40 - Caixa Postal, 167

UBERLÂNDIA: Av. Vasconcelos Costa, 1.646 - Caixa Postal, 370

VITÓRIA: Av. Vitória 2.073 - Caixa Postal, 483

GOIÂNIA: Av. Araguaia, 60

A BATATA — SEMENTE

ADALBERTO SERRA

É bem conhecida dos nossos agricultores a dificuldade para se obter boas sementes de batata inglesa, dado o frequente ataque das mesmas por pragas diversas, e fatores ecológicos de degeneração.

Experiências conduzidas por Burgos na Argentina, e cujas conclusões vamos aqui transcrever, permitirão talvez um reexame da situação.

Recomenda aquela autoridade, em primeiro lugar, que as sementes de batatinha sejam conservadas à "temperatura constante" de 4°, condição ideal para o seu "descanço".

Indica ainda o mesmo autor que o maior "rendimento" das plantações se verifica nas regiões de temperatura anual entre 4 e 10°, com mês mais quente abaixo de 21°. Como é sabido não existem no Brasil áreas em tais condições, pois é de 16° a nossa menor temperatura anual. Contudo, as serras elevadas do Paraná e Santa Catarina, bem como pequenos trechos de Minas e São Paulo, registram médias, em janeiro, inferiores a 21°.

A época de plantio é também muito importante. Conforme o "Calendário Agrícola", ela se estende, no Paraná, de agosto a setembro, havendo uma plantação de "seca" em fevereiro-março. Já no Estado de São Paulo, além destes períodos, planta-se também na várzea irrigada, de abril a junho.

A colheita ocorrerá portanto de novembro a janeiro, no primeiro caso, entre maio e julho no da seca, e setembro a outubro na várzea.

Ignoramos se tais épocas, calculadas sobretudo numa longa tradição, serão realmente as mais próprias.

Na Argentina, por exemplo, o maior rendimento foi obtido plantando de 5 de outubro a 5 de novembro. Tal escolha permite evitar de um lado o prejuízo causado pelas geadas, que atrasam a brotação, e de outro o aumento das pragas, sob o intenso calor do verão.

O plantio é aliás favorecido se chover até a floração, mas prejudicado por chuvas posteriores a esta. Assim deve-se escolher zonas de verão "fresco e

úmido", o que vem novamente confirmar a localização já indicada. Entretanto, e até que possamos concluir o traçado das cartas pluviométricas em elaboração, nada poderemos dizer neste sentido.

Vejamos agora, com mais detalhe, a ação dos vírus que infestam a batata. Segundo Burgos, eles pouco atacam em zonas frescas e de "pequena amplitude térmica anual". Este elemento, bastante acentuado no Rio Grande do Sul (11°) decresce a 8,5° nas encostas elevadas de Santa Catarina e Paraná, para atingir mesmo 6° em certas regiões de São Paulo e Minas.

Tais vírus são aliás transportados por insetos (vetores) das ordens afídeos e tisanuros. Os mesmos só começam a voar em temperaturas superiores a 13° com máximo a 24°, quando voltam a reduzir o seu percurso. São também mais ativos sob valores de umidade compreendidos entre 20 e 50%, mas, se a temperatura for alta, voarão pouco com teor higrométrico superior a 50%. Também não voam sob ventos acima de 2 ms/seg., sobretudo se tais correntes provêm do mar, pois trazem então alta umidade. Os ventos secos, de terra, apresentam, pelo contrário, maior número de insetos ativos. Estes reduzem igualmente seus passeios em dias encobertos, para aumentá-los nos de sol forte.

Desse modo, e para fugir às pragas, as plantações deveriam ser feitas, no Brasil, de preferência em zonas de baixa temperatura (máxima e mínima), com amplitude diária também reduzida. Ora, esta última, fraca ao longo do oceano (6°), cresce rapidamente para o interior, onde atinge de 12 a 14°.

O litoral é também a faixa de menor temperatura máxima (28° no verão, 22° na primavera). Tais valores vão crescendo para o interior, mas decaem naturalmente nas zonas elevadas.

Já as menores mínimas ocorrem nas serras sulinas, com 10° na primavera, apresentando o litoral noites mais quentes (18° na mesma época). Tudo conduz, desse modo, a fixar como regiões menos propícias aos vírus da ba-

tata, as de maior altitude, próximas do oceano.

Nova consulta às cartas de umidade relativa mostra ainda que ocorrem à beira-mar os valores mais altos, atingindo 85% no Paraná e Santa Catarina. Já São Paulo e Minas são mais secos, e portanto menos convenientes. No Rio Grande do Sul, também seco, o vôo dos afídeos seria favorecido, caso não o limitasse a forte velocidade dos ventos (3-4 m/seg). Sob esse aspecto, o litoral de Paraná e Santa Catarina apresenta igualmente velocidades elevadas, de 4 m/seg, que baixam contudo para 1 m/seg, formando assim uma faixa perigosa, justamente na zona até agora julgada melhor, que era a da serra litorânea.

Já São Paulo e Minas experimentam em geral correntes fracas, de 1 a 2 m/seg, e que permitem maior atividade dos insetos.

Quanto à direção, esta é via de regra favorável, soprando ventos marítimos, de E-SE, nos vários estados sulinos.

Em resumo, deverão ser mais propícios à obtenção de boas sementes, os terrenos elevados do Paraná e Santa Catarina, quando "próximos do Atlântico". Já os do Rio Grande do Sul, desfavorecidos pela maior temperatura, levariam vantagem sob o vento forte e constante.

Contudo a elevada taxa de insolação (220 horas) constitui fator prejudicial neste último Estado, enquanto o menor número de horas de sol (140 a 160 por mês) nas serras litorâneas do Paraná e Santa Catarina volta a confirmar a superioridade daquelas zonas.

De qualquer modo, será sempre mais recomendável plantar nos terrenos expostos para o sul, onde a menor insolação se faz acompanhar de baixa temperatura e elevada umidade.

Já os de exposição a norte, mais quentes de dia sob a forte insolação, e mais frios à noite pela grande radiação, serão geralmente os piores. Salvo no caso de apresentarem uma grande ventilação, quando poderão ser aproveitados, sobretudo os varridos por ventos marítimos.

Terminam aqui nestas breves notas, dado que não desejamos sair do âmbito estritamente meteorológico. Esperamos contudo haver demonstrado a grande riqueza de informações que se pode extrair do "Atlas Climatológico do Brasil".



**Mãos que espalham
SALITRE DO CHILE
não ficam vazias...**

É MAIS LUCRATIVO MULTIPLICAR A PRODUÇÃO DE 1 ALQUEIRE COM BOM ADUBO, QUE PLANTAR, TRATAR E COLHER 3 ALQUEIRES-POIS SÓ A ECONOMIA DE BRAÇOS COMPENSA FARTAMENTE O SALITRE DO CHILE É UM ADUBO NATURAL QUE REFORÇA A PRODUTIVIDADE DO SOLO EXPERIMENTE-O!

SOLICITE FOLHETOS E INFORMAÇÕES, GRATUITAMENTE.

"CADAL" CIA. INDUSTRIAL DE SABÃO E ADUBOS

AGENTES EXCLUSIVOS DO SALITRE DO CHILE

PARA O DISTRITO FEDERAL, ESTADOS DO RIO E ESPÍRITO SANTO

RUA MÉXICO, 111-12.º AND. (SEDE PRÓPRIA)

CAIXA POSTAL 875 — TELS. 42-0881 e 42-0115

CAMPO E INDÚSTRIA

O Professor Mauricio Babenco, Diretor do Ateneu Libre de Estudos Econômicos de Buenos Aires e figura de projeção no Movimento Cooperativista Argentino, realizou, na sede da Sociedade Nacional de Agricultura, no dia 1 de agosto de 1956, uma magnífica conferência sobre o tema "Campo e Indústria", à qual compareceram diretores da Sociedade Nacional de Agricultura e representantes do Centro Nacional de Estudos Cooperativos, do Clube de Engenharia, do Ministro da Guerra, da Faculdade de Ciências Econômicas e Políticas do Rio de Janeiro, da Confederação Rural Brasileira, da Divisão Econômica do Instituto Nacional do Pinho, da Cooperativa Agrícola de Cotia e outras, além de elevado número de economistas, líderes do movimento cooperativista no país, etc.

Foi a seguinte a conferência pronunciada pelo conceituado líder do movimento cooperativista na Argentina:

"Vivemos obcecados por uma terrível preocupação: a industrialização de nossos países. Especialmente os países considerados poucos desenvolvidos industrialmente, têm caído em um complexo de inferioridade, por não estarem à altura das grandes potências industrializadas. Nunca os políticos tiveram um motivo mais atraente que o da industrialização. Jornalistas, escritores e os conversadores de café, jamais poderiam esgrimir um tema tão eloquente quanto o da industrialização. A opinião pública vê-se arrastada por um apaixonado delírio, quando lê ou escuta sobre a necessidade de engrandecer a indústria do seu país. O delírio cresce quando a eloquência da palavra escrita ou falada relaciona estreitamente a industrialização com a independência, a liberdade, a elevação do padrão econômico, colonialismo, jugo estrangeiro e tantas outras frases altissonantes, que agradam ao público, ao escutá-las, ou lê-las, como aos políticos, ao pronunciá-las ou escrevê-las.

Enquanto os que observam a monstruosa capacidade alcançada pelos países de grande desenvolvimento industrial, lhes invejam e desejam imitá-los, aqueles que suportam, precisamente, o enorme peso de seu desenvolvimento, vêm a compreender:

— Que a aglomeração de grandes massas humanas nas cidades cria o sério perigo da desocupação, falta de trabalho, greves e distúrbios.

— Que as grandes e pequenas indústrias reunidas nas cidades, dificultam o transporte, encarecem a habitação e a subsistência, confinam as pessoas em reduzidos espaços e em detrimento da moral, gerando questões sociais e sindicais cada vez mais difíceis de dirimir.

— Que o desequilíbrio entre a capacidade produtiva do campo e a grande procura das cidades, ameaça de fome as populações, carregando enfermidades e excesso de mortalidade por escassez e má alimentação.

— Que a educação dos filhos, a moral dos jovens, a formação de um lar, a procriação, a vida familiar, e tudo quanto pode ser caro e apazível ao gênero humano, vai decaindo nas grandes cidades de vida febril e agitada, para produzir, tão somente, moderada, mais reduzida e difícil situação de vida.

Sem embargo, apesar de tudo quanto podemos ver e compreender do que sucede nos "grandes países industrializados, os "pequenos", os chamados pouco desenvolvidos, estão ansiosos para imitar.

Acontece que os pequenos não conhecem a sua grandeza, e os grandes apenas começam a compreender e a reconhecer a sua pequenez. Sabem os grandes que a sua situação se torna cada vez mais séria pelo crescimento fabuloso da massa operária. Que o indústria dos seus países chegou à situação incontrolada, e que não pode frear-se nem deter-se um instante, sem provocar desemprego, fome, distúrbios e voltar ao totalitarismo dogmático, cruel e despótico. Compreendem que a competição entre os grandes produtores vai em perigoso aumento, que cada vez necessitam de maiores contingentes humanos para colocar a sua produção; e sabem, também, que os elementos de produção que dispõem, são antiquados, e que a técnica e a ciência já os superaram bastante, obrigando a acelerar a sua aplicação antes que outros o façam.

Naturalmente não quero dizer que um país deva ser exclusivamente pastoril ou agrícola. Mas



O Prof. Mauricio Babenco quando pronunciava sua conferência na tribuna do auditório da Sociedade Nacional de Agricultura.

deixar abandonadas as suas imensas e ricas terras, que tanto benefício podem trazer ao país e à humanidade, e correr atrás de uma ilusória atividade industrial, em concorrência com os que levam dezenas de anos adiantados e séculos marcados em relação ao progresso técnico, com a esperança de que fiquem estancados para que outros os alcancem e superem, há diferença muito grande. Pretendendo imitar os países industrializados, criar, em nossa terras, os mesmos erros sociais e econômicos de que eles pretendem libertar-se agora, não adiantaria nada, senão criar uma atmosfera adequada à rebelião, consequência lógica das dificuldades criadas por um regime de trabalho caro e de vida onerosa.

Resulta, pois, que maior dependência têm os países grandes dos que consideram pequenos, do que estes daqueles. Não se pode falar de submissão e colonialismo, quando um país agro-pecuário concentra o seu trabalho industrial na exploração dos seus bens naturais para fornecer matéria prima, para que os que têm melhores máquinas, técnica e capacidade, elaborem para eles aquilo que por sua vez o povo necessita. Por outro lado, industrializando os produtos autóctones, produzindo alimentos suficientes para a sua própria população e para fornecer aos países que necessitam, o equilíbrio seria completo, e as populações de ambas as esferas, a industrial e a agrária, viveriam felizes dentro das suas possibilidades, hábitos e necessidades satisfeitas.

Uma coisa certa podemos estabelecer: um país que vive do campo tem assegurado uma existência feliz e tranquila. O país que depende das suas indústrias é uma sementeira de ódios, discórdias e luta se destruição. Sempre dependerá de outros: de uns, para que lhe comprem os seus produtos, de outros para que lhe proporcionem matérias primas e alimentos para a sua conglomerada e explorada população.

De sua privilegiada posição de país com inensos recursos naturais, o Brasil deve observar tranquilamente a situação criada, porisso deve também refletir muito serenamente. A terra e o trabalho continuam sendo a base de toda a riqueza. A potencialidade reside em que possa organizar o trabalho para melhor aproveitamento da terra, e não

concentrar, perigosa e inconcientemente, conglomerados humanos para criar indústrias que nunca alcançarão, sequer, igualar aquelas que já tenham adiantado meio século em seu progresso.

É preciso não deixar-se levar pelo entusiasmo demagógico, nem pelas falsas promessas políticas, e analisar, devidamente, a situação. Convém seguir o exemplo dos países industrializados, quando aqueles agonizam sob o peso das suas indústrias? Pode-se, com uma relativa capacidade técnica e elevado custo da mão de obra, criar indústrias e competir com os que possuem maior técnica, experiência e elementos, ou com aqueles cujo padrão de vida é muito inferior? Seria inteligente abandonar as terras férteis e dadas, e converter o camponês em operário? Com que objetivo e vantagem? E quando a indústria não der o resultado que dela se espera? Como se converterá o operário, outra vez, em homem do campo? São problemas sérios que dão lugar a profunda meditação. É muito fácil abandonar o campo. Tampouco não é difícil empreender indústrias, difícil é poder manter a produtividade do campo e o desenvolvimento industrial ao mesmo tempo.

Sugestionada por um dogma que, desgraçadamente, já se converteu em mito, a opinião generalizada — mal orientada pelos jornais sensacionalistas — aceita a idéia de que é absolutamente necessário satisfazer às necessidades da produção industrial para libertar-nos dos que produzem os artigos que necessitamos. Se não elaboramos — dizem — os produtos que precisamos para o nosso uso, os países que os fabricam continuarão explorando-nos, e seremos sempre colônias à mercê daqueles. Que absurdo maior! Se os países que dispõem de terras agricultáveis, matérias primas e tudo quanto elas encerram em sua superfície e profundidade, soubessem aproveitá-las e explorá-las devidamente, receberiam, em troca, pelos mesmos, quanto quisessem, e em condições mais vantajosas e econômicas, sem que porisso deixasse de subsistir e progredir a indústria própria, realizada em condições humanas.

Eis aí o problema plantado. Nosso poder, nossa riqueza, é a terra e o que ela contém. Devemos saber explorá-la e evitar, a todo o custo, a escassez de mãos para trabalhá-la e o aumento de bocas para alimentar.

Já temos exemplos que nos dão ensinamentos bastante eloquentes, para não incorrerem em erros semelhantes. O que devemos fazer é humanizar o padrão do trabalho e de vida do campo, e ao mesmo tempo, buscar como satisfazer nossas próprias necessidades, para depender, no mínimo, dos produtos e artigos de exterior.

Povoar a terra melhorando a condição de vida, atrairá o homem para o campo e elevará o seu espírito, sua situação moral, social e cultural.

Tenho analisado problemas muitos sérios, que poderiam resumir-se assim.

- 1º.) — O desenvolvimento agrícola é fundamental para a subsistência e progresso do país.
- 2º.) — O desenvolvimento industrial é necessário para assegurar o progresso econômico do país.
- 3º.) — Para lograr um elevado agrário, devemos melhorar a situação de vida do homem do campo.
- 4º.) — Para lograr um elevado progresso industrial, é preciso estimular o Capital e o Trabalho, elevando o benefício para o primeiro e a condição de vida para o segundo.
- 5º.) — Estas situações são inconciliáveis entre si.

Entretanto, podemos criar uma nova situação fundada nos altos objetivos do bem-estar geral e não parcial. Não pretendo sugerir a destruição do regime existente, nem tirar nada a ninguém, nem provocar situações extremamente revolucionárias. Deixemos as coisas como estão e, com todos aqueles que o desejem, criaremos algo novo para os que gostam de orientar suas vidas para um futuro melhor. Estabelecamos um regime em que nem o Capital nem o Trabalho tenham domínio, um sobre o outro. Para isso devemos suprimir o lucro como fonte única — e certamente ilusória — de trabalho e inversão, e tratar de organizar a vida de tal forma que seja digna de ser vivida.

A Colônia Cooperativa Industrial não constitui nem latifúndio nem minifúndio. Nela poderão ajustar-se o Capital, o Trabalho e o Talento, atuando em uníssono e com o objetivo exclusivo e comum de desfrutar a vida.

Tampouco tenho o simples propósito de brilhar — se é que

pude logr  -lo, do que duvido — com uma conferência, e de apenas ocupar a aten  o dos presentes com a mesma. Costumo, como dizem em meu pa  , não dar ponto sem fio. Se atendendo    convoca  o que lhes f  z a benemérita Sociedade Nacional de Agricultura, patrocinadora desta conferência, aqui compareceram homens tão capazes e idealista, desejo formular-lhes um caloroso ap  elo no sentido de tomarem a seu cargo a forma  o de uma grande empresa privada, que possa dar cunho sistemático    planifica  o das col  nias cooperativas agro-industriais, naturalmente em articula  o com o Instituto Nacional de Imigra  o e Coloniza  o.

Não desconheço a atua  o desta autarquia do G  verno Federal, mas como todo organismo estatal, em qualquer país, deve naturalmente ter deficiências funcionais por fôrça das complica  es burocráticas que embarrac  am as suas atividades, julgo aconselhável que uma ampla empresa privada bem sistematizada e planificada, venha complementar a aço do Estado, atuando com maior elasticidade e desembaraço de aço.

Tendes aqui todos os recursos necessários. Ricas e imensas terras para povoar e cultivar. Dinheiro suficiente no país — sem necessidade de recorrer a empréstimos estrangeiros — que terá interesse em ajudar a realiza  o desta iniciativa; uma crescente multidão de homens e mulheres que aceitariam, com muito bom grado, a reforma de suas vidas, e o início de um novo e progressivo rumo para um futuro humano, para o seu bem-estar e felicidade. Tendes imensos recursos de homens, capitais e ferramentas que estão dispostos a ingressar no país, desde que lhe ofereçam garantias suficientes de poder trabalhar tranquilamente e se lhes proporcionem terras adequadas para lavoura.

Tudo está ao alcance da mão, e bastaria propôr-lhes realiz  -lo. E tendo tudo isto, dispondo de tanta riqueza quanta queiram possuir, seria desaconselhável meter-vos em complica  es de industrializa  o, recorrendo a onerosos empréstimos que manterão o país travado por anos seguidos, para fazer, afinal, maus produtos e elevado custo em rela  o aos que poderiam receber

a pr  o e qualidade muito mais vantajosos, devido    grande concorrência que existe entre os países extremamente industrializados.

Levantemos nós da América Latina, as nossas vistas e olhem os mais alto no futuro. Deixemos aos líricos e políticos que cr  m salvar o país e a situa  o de fome de suas modestas popula  es por meio da industrializa  o. Deixemo-los seguir o seu caminho, se    que não podemos evitar que se detenham. Mas, de nossa parte, formemos em cada um dos nossos países, um organismo que não seja estatal, nem estatístico nem acad  mico, pela união dos homens de b  a vontade, dispostos a prestar o seu tributo intelectual ao bem do país, de seus concidadãos e de tôda a humanidade.

Apelo aos que aqui estão presentes, no sentido de constituírem uma comissão de estudo e execu  o, que preparar   os passos necessários. Os que desejarem poderão ficar, para discutir e realizar êste elevado propósito, que modesta e humildemente me tenho permitido expôr-lhes."

(Conclusão da pag. 55)

riam se entrelaçar para a organiza  o da grande obra de recupera  o e desenvolvimento dos **MUNICÍPIOS BRASILEIROS**, formando um fundo nacional para cuidar dos problemas nacionais através de acordos específicos que seriam celebrados entre os Municípios e os órgãos especializados oficiais, segundo as obras e os serviços em vista. Esses acordos seriam elaborados e planejados na forma de "projetos" para serem executados em fun  o da lei de desenvolvimento rural elaborada pelo município, isto   , seriam executados pelo próprio município, embora sob orienta  o e fiscaliza  o dos referidos órgãos especializados.

4.   — No presente caso, da **CAMPANHA NACIONAL DE EDUCA  O RURAL** nos **MUNICÍPIOS**, objetivando o desenvolvimento da EDU-

CA  O FUNDAMENTAL ou **DE BASE** junto às popula  es (Missaes Rurais, Centros Sociais de Comunidade, Centros de Treinamento, de Cooperativismo, Orienta  o de Líderes e de Colaboradores Locais, Semanas Rurais, etc.), promoveria, êste órgão, a prepara  o

especializada do pessoal local necessário para a realiza  o das atividades técnicas; instalaria os serviços, entregando-os depois ao pessoal preparado, cabendo-lhe, então, a orienta  o técnica para assegurar a execu  o perfeita do Plano e os melhores resultados do convênio.

(Conclusão da pag. 23)

nha, Carlos Camargo Shalders, Humberto Monteval Cerqueira, Manoel Batista de Moraes Filho, Cid Cabral de Mello, Armando de Brito, Leonidas Melrelles, Edy Costa Leite, Léo de Barros Jensen, José Dias da Silva, Lib  nia Carneiro Rabelo e Belfort de Oliveira..

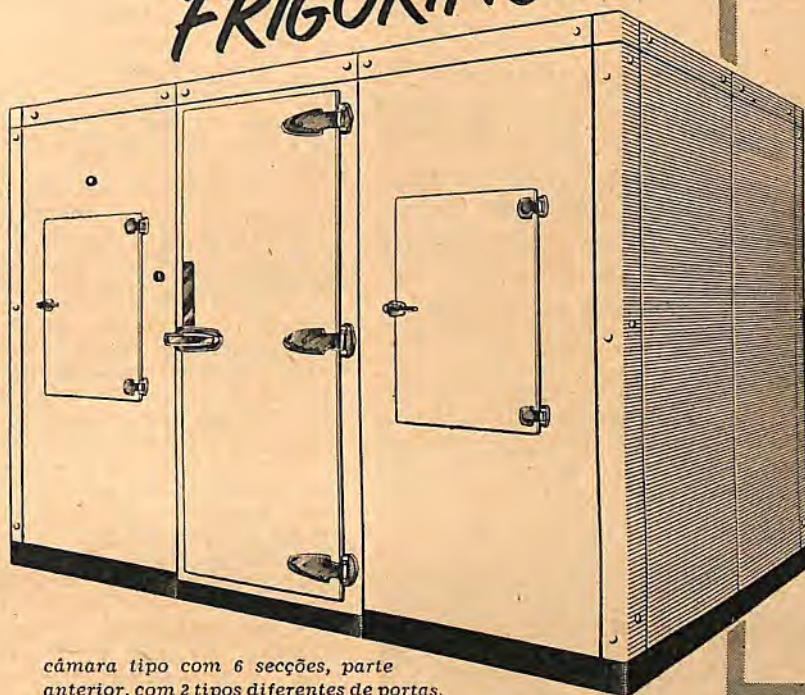
VI — Resultados alcançados

Indiscutivelmente, foram dos mais apreciáveis os resultados alcançados com a realiza  o do curso, dado o caráter prático e objetivo que a   le tão bem soube imprimir o Prof. Mac Lean.

Estão, pois, de parabéns, a O. E. A., pela inclusão de um tão útil e oportuno curso em seu programa de trabalho; o S. I. A., que tanto apoio emprestou ao mesmo; o Prof. Mac Lean, pela segura orienta  o que soube imprimir às aulas, os técnicos que frequentaram o curso, pelos sólidos conhecimentos que adquiriram e os agricultores brasileiros, que contarão daqui por diante com uma equipe de divulgadores agrícolas capazes de levarem até   les, de uma maneira clara e objetiva, os conhecimentos de que tanto carecem para a melhoria de suas técnicas de trabalho e eleva  o de seu nível de vida.

AGORA, FINALMENTE...

a **PROPAC** lança os *FRIGORÍFICOS*



câmara tipo com 6 seções, parte anterior, com 2 tipos diferentes de portas.

Pré-fabricados, desmontáveis, resolvem todos os seus problemas de armazenagem e transporte de mercadorias sob controle de temperatura e umidade, (alta ou baixa). Construídos em aço galvanizado ou alumínio e acabamento em metal polido ou pintura a laca sintética, são alteráveis em suas dimensões, com capacidade a partir de 4 m³. De funcionamento automático, são equipados com geradores de frio a gás FREON ou AMÔNIA, conjugáveis com geradores elétricos e podem ser instalados, em poucas horas, em qualquer ponto do país.

**Para maiores detalhes, dirija-se à
DIVISÃO DE REFRIGERAÇÃO DA**

COMPANHIA



(COMÉRCIO E INDÚSTRIA)

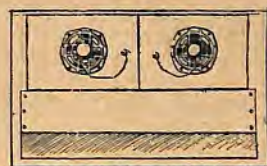
**Rio: Rua Camerino, 79/81 - Tels.: 23-1761 e 43-4990
S. Paulo: Rua Álvares Penteado, 208 - 9.º andar
Belo Horizonte: Rua Guarany, 307**



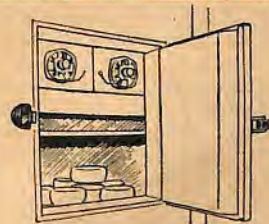
Parte anterior com 1 porta aberta, vendo-se laticínios armazenados.



Vista posterior, com quadro de comando e unidade condensadora (compressor, motor, condensador, etc.). Essas unidades condensadoras serão orçadas à parte.



Difusor de frio, que também fabricaremos nesse e em outros modelos. Essa peça é instalada dentro das câmaras.



Vista através uma das portas menores, aparecendo o difusor de frio.

MELHORES TÉCNICAS DE INFORMAÇÃO DE EXTENSÃO AGRÍCOLA

O que foi o Curso Nacional de Informação de Extensão Agrícola do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas da O E A (Organização dos Estados Americanos), ministrado no Rio de Janeiro, de 21 de agosto a 5 de setembro de 1956, em colaboração com o Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura

Eng. Agr. GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Redator Técnico d'A LAVOURA

I — Generalidades

O Curso Nacional de Informação Agrícola do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas é o Projeto 39 do Programa de Cooperação Técnica da Organização dos Estados Americanos (O.E.A.) da Zona Sul e foi ministrado no Rio de Janeiro, no período de 21 de agosto a 5 de setembro de 1956, em colaboração

II — Programa do curso

Foi o seguinte o programa preparado pelo Prof. Alejandro Mac Lean y Estenós e desenvolvido durante o curso:

PROGRAMA

- Objetivo dos Cursos Nacionais de Informação Agrícola.
- Integração e funcionamento dos Serviços de Infor-

— Métodos para fazer chegar a informação ao agricultor: em massa, em grupos de pessoas e em contatos individuais.

— Preferência dos agricultores sobre temas agrícolas.

— Técnicas para medir o grau de facilidade de leitura de um texto. A fórmula Flesch.

— Diferenças básicas entre artigos científicos agrícolas e de divulgação popular.

— A propriedade da linguagem.

— Campos de investigação em informação agrícola.

— Papel a desempenhar pelas Estações Experimentais e Institutos Agronômicos na divulgação agrícola.

— Fontes de informação sobre a agricultura e a vida rural.

— Conveniência de utilizar diversos métodos de informação em acontecimentos especiais (feira da soja, do tomate etc.).

— Análise de revistas e boletins de extensão agrícola: preparo, redação e mecânica do estilo.

— Aplicação das normas sobre preparação de publicações de extensão. Comentários sobre revistas agrícolas brasileiras.

— Etapas por que passa um artigo até sua publicação.

— Erros mais comuns na redação de artigos.

— Os artigos científicos agrícolas como fontes de informação para o preparo de notas de divulgação.

— A revisão editorial. Aplicação e importância da mecânica de estilo na revisão editorial.

— O Manual de Estilo: fins visados e pontos-chaves.

— Como verificar a exatidão de dados e números.

— O editor: suas funções, problemas e distribuição de trabalho.

— Correções que o editor deve fazer num texto.



O Prof. Alejandro Mac Lean y Estenós e os alunos que concluíram o Curso de Informação de Extensão Agrícola do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas.

com o Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura.

Encontrando por parte do Sr. Ministro da Agricultura, General Ernesto Dornelles, todo o apoio e estímulo, pôde o S. I. A. prestar mais um relevante serviço à agricultura nacional, proporcionando a agrônomos, veterinários e jornalistas, através de um curso intensivo, o conhecimento das mais modernas técnicas de informação de extensão agrícola.

mação e de Publicações Agrícolas na América Latina.

— Organização dos Serviços de Divulgação Agrícola no Brasil.

— Filosofia da Informação de Extensão Agrícola.

— Os processos de comunicações e de difusão.

— Como os agricultores aceitam novas idéias.

— Quem escreve sobre agricultura e vida rural: o pesquisador agrícola, o jornalista e o especialista em informação agrícola.

— Sinais convencionais a usar na correção de provas.

— Os serviços de documentação aplicados às ciências agrícolas. Uso do material bibliográfico.

— Preparo de resenhas ou resumos. Diferença entre resenhas, análise de livros e anotações.

— Preparo de bibliografias. A literatura citada.

— Importância da imprensa e do rádio em programas de Informação Agrícola.

— Preparo de material para imprensa e rádio.

— Os jornais ou suplementos agrícolas, os comunicados para a imprensa, as colunas agrícolas.

— As notícias agrícolas. Características principais. Normas a seguir no preparo de notas sobre assuntos agrícolas.

— As cartas circulares.

— Apreciação de um artigo de divulgação agrícola.

— Os meios visuais. Sua importância no ensino agrícola.

— Como preparar exibições, cartazes, quadros, gráficos.

— Apreciação dos diferentes tipos de auxílios visuais.

— Importância das ilustrações em publicações de extensão.

— Apresentação de diafilmes relacionados com informação agrícola.

— Uso do quadro de flanela em trabalhos de extensão e informação agrícola.

— As Relações Públicas: objetivos visados e meios que utiliza.

— A ciência agrícola e a opinião pública.

— Integração de um programa de relações públicas.

III — Quem ministrou o curso

O curso esteve a cargo da figura insinuante e amável do Engenheiro Agrônomo Alejandro Mac Lean y Estenós, da O. E. A., que, desde a primeira aula conquistou a simpatia dos alunos, entre os quais se encontravam técnicos do Ministério da Agricultura, professores e jornalistas especializados em assuntos agrícolas.

Profundo conhecedor do assunto, já tendo desempenhado várias e importantes funções relacionadas com a divulgação agrícola em seu país: — o Peru —, é atualmente especialista de informação de extensão do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas.

Orientou pouco antes, em S.

Paulo, em colaboração com a Secretaria de Agricultura do Estado, curso idêntico. Tanta objetividade e eficiência tem sabido imprimir ao curso, que a Secretaria de Agricultura do Paraná já solicitou sua colaboração para a realização, em outubro, de um curso semelhante naquele Estado.

Simple e agradável, o Prof. Mac Lean soube sempre imprimir às suas aulas grande objetividade, despertando interesse por parte dos alunos e levando-os a debaterem, com ampla liberdade, todos os assuntos focalizados.

agricolas brasileiras, apreciação de artigos de divulgação agrícola, organização de programas radiofônicos para o meio rural, comentários sobre filmes e diafilmes exibidos, respostas a questionários distribuídos aos alunos etc.

V — Os que frequentaram o curso

Matricularam-se no curso, os seguintes agrônomos, veterinários, jornalistas e interessados no assunto: José Anastácio Vieira, Jorge Vaistman, Jorge Pinto Lima, Geraldo Goulart da Silveira, Antonio



Aspecto da visita dos alunos do Curso Nacional de Informação de Extensão Agrícola ao Diário Carioca, vendo-se sentados o Prof. Mac Lean e o jornalista Xavier Placer e em pé, da esquerda para a direita, o Eng. Agr. Geraldo Goulart da Silveira, da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal do Ministério da Agricultura, o médico veterinário Arthur J. C. Coelho e o jornalista Belfort de Oliveira, do Diário Carioca

IV — As aulas

Apesar de intensivo, não foram descuidadas as aulas práticas que se seguiram, com frequência, às aulas teóricas ministradas pelo Prof. Mac Lean e às palestras dos técnicos Eng. Agr. Sebastião Gonçalves e Silva, da Secretaria de Agricultura de S. Paulo, jornalista José Anastácio Vieira, Diretor do Serviço de Informação Agrícola e Eng. Agr. Mario Vilhena, do Ministério da Agricultura, e outros.

As aulas práticas constaram de comentários sobre revistas

Rodrigues Coutinho, José Maria Pereira, Heitor Tavares, Maria Dolores Palmerio, Ruy Calheiros Bonfim, Carlos Buhr, Xavier Placer, Luis Noguchi, Guaracy Cabral de Lavor, Inacio Dantas de Bragança, Helio Ferraz Franco, Juraci Lourdes A. de Oliveira, Eduardo Sidney Witehurst, Frederico Murtinho Braga, Carmosina Monteiro de Araujo, Antonio dos Santos Oliveira, Arthur José Caetano Coelho, Paulo de Oliveira Cami-

(Continua na pag. 20)

O Instituto Agronômico de Campinas

Seu decisivo papel atual na defesa da economia agrícola do Estado de São Paulo e do Brasil

*Prof. Arthur Torres Filho —
Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura*

Em 1809 era plantado o primeiro cafezal em Campinas, que seria o ponto de partida para a formação de sua maior riqueza agrícola e prosperidade do Estado, até hoje. Em 27 de junho de 1887, D. Pedro II, graças à larga visão do Conselheiro Antônio Prado, então Ministro da Agricultura, era criada a Estação Agronômica de Campinas e contratado para dirigi-la o prof. Dr. F. W. Dafert. A escolha de Campinas, dentre outras razões, se justificava porque, já àquela época, Campinas se tornara o centro de irradiação da cultura cafeeira, que se deslocara do Estado do Rio para as regiões não desbravadas, de terra roxa, que se transformaria no Eldorado da cafeicultura brasileira. Sempre atento à evolução econômica que se operou com a grande riqueza agrícola, em 1892, a Estação Agronômica passou para a alçada do governo estadual e em 1897 o sábio professor Dafert regressava à Austria deixando assinalada a sua passagem por uma obra notável, caracterizada por uma ação intensa, de experimentação, de que se destacam as referentes à cultura cafeeira cujas bases científicas foram por ele traçadas e até hoje os seus ensinamentos, contidos em relatórios, são estudados e aplicados. Em reconhecimento à obra científica que realizou em benefício da nossa agricultura, ergue-se no Instituto a herma do sábio austríaco. Seguiu-se-lhe na direção do Instituto o engenheiro Uchôa Cavalcanti e o engenheiro agrônomo Gustavo D'Utra, cuja atuação também foi assinalada por trabalhos de grande valor. Como Gustavo D'Utra fosse chamado a prestar sua valiosa colaboração na organização do Ministério da Agricultura foram chamados para dirigir o Instituto Agro-

nômico de Campinas, Lourenço Granato e Arthur Bert e outros.

Quando Secretário da Agricultura Cândido Rodrigues, sofreu o Instituto sua primeira reforma a que se seguiu uma outra, pelo Doutor Heitor Penteado que, procurando atender à evolução econômica e técnica da agricultura paulista, criou as seções técnicas.

Coube ao Secretário da Agricultura, Dr. Gabriel Ribeiro dos Santos aperfeiçoar a organização técnico-científica do Instituto adaptando-o à evolução científica da agronomia e às reais necessidades da economia agrícola de São Paulo e também do Brasil convidando, em 1923, para a realização dessa transformação notável e de mais larga repercussão em todo o País, o ilustre professor Theodoreto de Camargo, que até 1942 dirigiu o Instituto, que teve, nesse período, a sua fase áurea no campo da experimentação e da assistência técnica às principais fontes de produção do Estado, que passaram a contar com seções especializadas, tendo à frente das mesmas grandes profissionais. Nessa época surgiram novos setores econômicos no Estado, como o do algodão e da citricultura e as indústrias agrícolas tiveram orientação científica com novo surto de progresso. Na administração Theodoreto de Camargo, dentre da nova estruturação, o Instituto Agronômico se revitalizou com orientação segura na ordem administrativa e científica e passou a formar profissionais brasileiros especializados nos grandes ramos da agronomia, merecendo destaque o da genética, com o melhoramento das principais culturas, sendo criadas, para muitas delas, estações

experimentais regionais. Pode-se assinalar que graças à atuação do Instituto e à segurança de suas pesquisas e assistência técnica à classe agrícola, o Estado de S. Paulo passou a orientar o Brasil no verdadeiro caminho que lhe pode assegurar e consolidar sua riqueza agrícola porque, sem orientação científica e sem pesquisas experimentais, não pode hoje haver exploração racional do solo.

Com o grão de aperfeiçoamento atingido em suas explorações agrícolas e diante de seu crescimento industrial e demográfico, o Instituto Agronômico de Campinas passou a ser a mola principal da estabilidade e do progresso de sua agricultura em que se apoiaria o edifício econômico do Estado e sua financeira.

São os seguintes os setores básicos das atividades do Instituto, que dispõe de 27 estações Experimentais devidamente organizadas nas diferentes zonas econômicas do Estado: agrogeologia; química mineral; conservação do solo; botânica; genética e ecologia; introdução de plantas; fisiologia; fitopatologia; virologia; entomologia; tecnologia agrícola; técnica experimental e cálculo.

As estações experimentais do Instituto se dedicam, em maior ou menor grau, a várias economias, com prioridade para uma ou mais culturas, de acordo com a respectiva região do Estado.

Para ter-se idéia da multiplicidade e volume dos trabalhos experimentais nas 17 estações experimentais, bastará dizer que em um ano foram executados 1.233 projetos e 261 na sede do Instituto. Além disso, o Instituto dá completa assistência técnica aos agricultores do Estado. 140 agrônomos radicados nas "Casas da Lavoura", no interior do Estado, em íntimo contacto com os agricultores para orientá-los nos seus processos de exploração, recebem, em íntimo intercâmbio, a colaboração do Instituto para a solução dos seus problemas, além do estágio que realizam no Instituto, nas seções especializadas. Os trabalhos experimentais são divulgados pelo "Agrônomo"

(Continua na pag. 56)

TEME-SE A FOME EM TODO O MUNDO

Luiz Carlos de Mesquita Maia

O XVIII Congresso Geográfico Internacional recentemente realizado no Rio de Janeiro debateu o problema da alimentação humana, criado em face da excessiva multiplicação de nossa espécie, cuja população mundial vai aumentando em uma média de trinta a quarenta milhões de indivíduos. Grandes autoridades em matéria de alimentação têm, aliás, se manifestado ultimamente sobre o assunto, demonstrando pessimismo e apreensão diante do agravamento da ameaça de fome, pairante sobre uma crescente fração da humanidade.

No mencionado conclave, os participantes apresentaram relatórios, citaram estatísticas e chegaram à conclusão surpreendente de marchar o homem, que dominou, com sua inteligência, o planeta, para a fome e a inanição. Acreditam alguns estudiosos

da matéria, que, inclusive, faltará espaço vital para a espécie humana, dentro de alguns séculos, pois, na opinião deles, a nossa população continuará se multiplicando de maneira incontrolável.

Tal revelação surpreende, de vez que, nesta era atômica de tão decantado esclarecimento geral, os meios de resolver o problema têm sido detalhadamente estudados e explicados e, aparentemente, não há governo que ignore as soluções preconizadas.

O que mais espanta, entretanto, é a revelação feita pelos congressistas relativamente à fome que já se verifica, no momento, em diversas partes do mundo. Vários milhões de indivíduos passam fome, no sentido literal da palavra (não se trata, apenas, de fome carencial), enquanto verificamos, com assombro, que amplas áreas do mundo ainda estão desabita-

das ou quase, áreas estas que, em grande proporção, são férteis e aproveitáveis.

A velha Índia, hoje dividida politicamente em dois países independentes, é um exemplo desconcertante desse paradoxo. Vastas extensões territoriais, ao sul do Himaláia, encontram-se praticamente desabitadas e cobertas por uma flora pujante, às vezes a famosa "jungle" que Rudyard Kipling imortalizou, e, entretanto, nas vizinhanças de toda aquela exuberância, homens morrem de fome e outros, em número extraordinário, vivem de esmolas para poderem comer.

No Brasil também há fome, tem detalhado o Dr. Josué de Castro. E, todavia, a nossa pátria possui grandes áreas desertas de humanidade, sertões que surpreendem a qualquer pessoa, devido à vastidão imensurável. Os Estados de Mato Grosso e Amazonas são, talvez, os dois melhores exemplos, porém quase todo o território brasileiro está escassamente, deficientemente mesmo, ocupado pelo homem.

★ MÁQUINAS AGRÍCOLAS
★ TRATORES
★ MÁQUINAS AGRÍCOLAS

★ MOTORES EM GERAL
★ MÁQUINAS PARA RODOVIAS
★ ACESSÓRIOS EM GERAL

G. VIDAL S. A.

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MÁQUINAS

CONCESSIONARIOS DA

INTERNATIONAL HARVESTER MÁQUINAS S. A.

ASSISTÊNCIA MECÂNICA — PEÇAS

ESCRITÓRIOS :

Rua dos Andradas, 96-3.º and.
Sala 301-A — Fone: 23-2656

LOJA E ESCRITÓRIO :

Rua São Cristóvão n.º 1176-B
Fone: 34-6347 — 54-0326

RIO DE JANEIRO



Deduz-se que o problema da fome humana, pelo menos na atualidade, não é consequência da super-lotação de regiões ou países. E, se analisarmos a situação atual do Japão, compreenderemos que provavelmente nunca a humanidade ocupará *toda* a superfície emersa do planeta. É impressionante a densidade demográfica das ilhas nipônicas, porém áreas de apreciável amplitude ainda se mantêm livres da ocupação humana permanente e certamente assim permanecerão por tempo indeterminado. É o caso, por exemplo, das frias montanhas japonesas.

Desta maneira, as considerações acima nos conduzem ao ponto básico da questão, motivo deste artigo: *por maior que seja a população humana, sempre haverá áreas, às vezes vastas, que ficarão livres da ocupação pelo homem.* Isto significa que, sem prejuízo da humanidade em expansão, e apesar dela, estas áreas podem ser dedicadas à formação de estoques de alimentos em potencial, que independam do trabalho humano para sua manutenção e seu desenvolvimento. Mas... qual a fonte de alimentos a ser encontrada nos desertos, lagos, cordilheiras e, durante ainda muito tempo, nos amplos sertões espalhados por todo o mundo? É a fauna, evidentemente.

A fauna mundial constitui um manancial de alimentos de imensurável valor e que, com poucas exceções, não tem sido usado nas devidas proporções para saciar a fome de grupos humanos. Pelo contrário, os animais selvagens, e principalmente os de maior tamanho, foram e, embora geralmente em menor escala, ainda são massacrados inutilmente, por motivos vários, dos quais o mais estúpido é o "tiro ao alvo com vida". A caça esportiva não sacia quem morre de fome e diminui ou mesmo extingue importantes estoques de alimentos. Todavia o mais idiota pretêxo para se chacinarem animais selvagens foi o inventado ultimamente pelas autoridades sul-africanas. Decidiram estas exterminar, fora dos refúgios de fauna, certas espécies de an-

tilopes a fim de tentar a eliminação da doença do sono. É lógico que a moléstia jamais acabará, porque continuará veiculada pelos rebanhos dos refúgios de fauna e dos países vizinhos.

Considerada em conjunto, a fauna mundial da atualidade possui elementos, úteis para a alimentação humana, adaptados a qualquer tipo de "habitat", o que leva à compreensão de que será possível o aproveitamento permanente das regiões ou zonas que a humanidade não ocupa nem ocupará.

Em muitos casos, todos os elementos faunísticos adaptados a um mesmo "habitat", estão irregularmente espalhados pelo mundo, de modo que um aproveitamento científico, em grande escala, para os fins em causa, de uma dada área, requer a introdução artificial de espécies animais, de outros países ou continentes.

A fauna, sobrevivendo independentemente dos cuidados da nossa espécie, é um grande elemento para a alimentação de grupos humanos, através das áreas não ocupadas por nós. Os exemplos que registramos, no passado e mesmo atualmente, são bastante encorajadoras.

Verificamos que, tanto ocasionalmente como em caráter permanente, a fauna de várias partes do mundo tem servido para alimentar satisfatoriamente a humanidade. Assim aconteceu, por exemplo, durante a construção de ferrovias no Oeste dos Estados Unidos, durante o século passado, e na África Oriental, há alguns decênios. Uma capital africana tem os seus açougues regularmente abastecidos de carne de caça e não há necessidade de se mencionar aqui a série de povos mais ou menos primitivos que vivem, exclusivamente ou quase, da alimentação fornecida pelos animais selvagens.

Lógicamente, é preciso haver controle sobre o abate de exemplares, a fim de se evitar o decréscimo da população animal e sua consequente perda de valor. As autoridades faunísticas dos Estados Unidos lamentam hoje o desaparecimento dos sessenta milhões de visões, que,

segundo seu cálculos, proporcionariam agora poderosa fonte de alimentos, praticamente sem despesas. Por outro lado, os funcionários coloniais britânicos que cuidam da fauna, conseguiram, em várias regiões africanas, através da regulamentação da caça a manutenção de importantes estoques vivos de alimentos, já em uso e com sucesso.

O Brasil também se encontra em boa posição no terreno. Tem importância secundária o fato de nosso país não possuir desertos, grandes lagos ou amplas montanhas inabitáveis. Igualmente, pouco significa que os nossos sertões tendam a ser ocupados e colonizados, em escala crescente.

É que o Brasil, como todas as nações civilizadas, aliás, tem necessidade de manter reservas florestais de grande envergadura, não só para fins de equilíbrio ecológico (chuva anual, proteção de mananciais, etc.), mas também por causa da indústria da madeira e derivados. Até aonde podem alcançar as nossas previsões atuais, haverá sempre essa necessidade de preservação de densas e vastas florestas nas nações importantes.

Igualmente, a civilização moderna exige a manutenção de reservatórios de água, tais (como represas, etc.), o que reforça a crença na sobrevivência, durante os tempos presentes e futuros, de amplas áreas desocupadas por parte da humanidade.

Compreendido o valor para a alimentação humana, dos grandes herbívoros selvagens, percebe-se imediatamente o absurdo que constitui deixar as áreas obrigatoriamente desabitadas pelo homem, também desertas de fauna.

No Brasil, graças ao maior realce da fauna de nossos rios e florestas em relação à dos outros tipos de "habitat", o panorama se mostra muito favorável ao aproveitamento das zonas acima discriminadas. Não olvidemos os tapires, os porcos do mato com suas numerosas manadas, o peixe-bol, os botos de rio, o pirarucu, etc.

Não há, portanto, necessi-

(Continua na pag. 56)

ABATEDOURO MODELO BRASIL S/A

ORGANIZAÇÃO HOTELEIRA

CAPITAL Cr\$ 30.000.000,00

Escritório Central: RUA AFONSO CAVALCANTE, 179 — Tel. 48-2395

Endereço Telefônico: BRASILVES — Caixa Postal, 371

RIO DE JANEIRO — BRASIL

BALANÇO GERAL DE 1 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 1955

ATIVO		PASSIVO	
Disponível:	Cr\$	Não exigível:	Cr\$
Caixa	1.511.685,30	Capital realizado	26.597.050,00
A ordem em Bancos	2.070.636,00	Capital a realizar	3.402.950,00
			30.000.000,00
Imobilizado:			
Caixas e engratados	3.185.052,00	Fundo de obras novas	984.335,40
Despesas de instalação	73.143,50	Fundo de reserva legal	1.414.944,20
Imóveis	5.215.717,60	Fundo de provisão para perdas	2.404.590,00
Maquinismos	1.102.289,10	Fundo de depreciação dos materiais	2.624.744,80
Material rodante	3.390.386,70	Títulos depositados	185.000,00
Móveis e utensílios	1.176.387,70		7.613.614,40
Obras e instalações	3.721.105,40		
Rouparia	321.131,40		
	18.185.213,40	Exigível:	
Realizável, a curto e longo prazo:		Contas correntes	2.044.888,70
Acionistas	3.402.950,00	Dividendos	3.290.169,90
Contas correntes	717.930,30	Obrigações a pagar	501.120,00
Depósitos	432.842,70	Contas de Bancos	845.154,90
Duplicatas e Obrigações a receber	10.551.957,20	Diversas contas	614.523,60
Impostos reembolsáveis	218.348,70	Bonificações	108.863,30
Mercadorias	8.455.301,20	Impostos a pagar	620.000,00
Participação em Sociedades	120.000,00		8.024.719,90
Títulos da Cruzeiro do Sul Capitalização	385.693,30	Compensados:	
Valores pertencentes à Sociedade	444.164,00	Endossos	4.629.059,00
	24.729.187,40	Títulos Cauçionados	1.000.000,00
		Caução da Diretoria	15.000,00
			5.644.059,00
Compensado:		Lucros & Perdas:	
Ações em caução	15.000,00	Lucros & Perdas	858.387,80
Caução	1.000.000,00	A disposição da Assembléia Geral	
Endossos	4.629.059,00		52.140.781,10
	52.140.781,10		

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1955. — João Francisco Gomes Fuga, Presidente — Antonio de Amorim, Tesoureiro — José Gomes de Barros, Secretário. — Manoel de Jesus Martins, Contador Reg. C. R. C. 4.176.

No dia 28 de setembro, no Gabinete do Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, teve lugar a posse do Prof. Adamastor Lima, no elevado cargo de Presidente do Conselho Regional do Serviço Social Rural do Distrito Federal, eleito em sessão realizada pelo Conselho Nacional do S. S. R., no dia 20 de setembro.

EMPOSSADO O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DO SERVIÇO SOCIAL RURAL DO DISTRITO FEDERAL

disse da satisfação com que empossava o Prof. Adamastor Lima no elevado cargo, pois se tratava de um elemento de

há muito ligado ao ruralismo, ocupando cargos tanto na diretoria da C. R. B., como na diretoria do S. N. A. e o Professor Arthur Torres Filho, que, em nome da S. N. A. saudou o empossado, que há mais de quarenta anos estava integrado nos ideais da referida instituição.

Em seu magnífico improviso o Prof. Arthur Torres Filho focalizou as necessidades do sertão carioca em matéria de assistência social e a certeza de que o empossado, profundo conhecedor do meio rural do Distrito Federal tudo faria para elevar o nível de vida daqueles que vivem no Sertão Carioca.

Usou, finalmente, da palavra, o Prof. Adamastor Lima que disse de seus propósitos de bem servir ao meio rural carioca na Presidência do Conselho Regional do Distrito Federal, estando certo de que, com o apoio de seus companheiros de Conselho e dos líderes rurais do Distrito Federal, poderia realizar alguma coisa de bom e de útil, dentro do critério que norteou a criação do Serviço Social Rural.



Estiveram presentes à solenidade, o Dr. Rubens de Campos Farrula, Presidente do Conselho Nacional do S. S. R. a quem coube dar posse ao primeiro presidente do Conselho Regional do Distrito Federal; o Prof. Arthur Torres Filho, Presidente Sociedade Nacional de Agricultura; o Dr. Luiz Simões Lopes, Vice-Presidente da S. N. A.; Engenheiros Agrônomos Geraldo Goulart da Silveira, Cyneas de Lima Guimarães, Itagiba Barçante, Alberto Ravache, Kurt Repsold e outros, todos membros da Diretoria do S. N. A.; o Sr. Luiz Marques Poliano, Secretário-Geral do S. N. A.; o Sr. Abel de Almeida, representante da S. N. A. no Conselho Regional do Distrito Federal do S. S. R.; o Sr. Flavio de Brito, Presidente da Federação de Cooperativas; os Srs. João Luiz de Carvalho, Ubaldo Carvalho, Antonio Correia da Silva e outros elementos de destaque na lavoura carioca; funcionários do Ministério da Agricultura, da Confederação Rural Brasileira, do Conselho Nacional do Serviço Social Rural e da Sociedade Nacional de Agricultura, além de numerosos amigos e admiradores do Prof. Adamastor Lima.

Usaram da palavra na ocasião, o Dr. Rubens Farrula, que

Leitura do termo de posse do Presidente do Conselho Regional do Serviço Social Rural do Distrito Federal, Prof. Adamastor Lima, vindo-se além do empossado, o Dr. Rubens Farrula, presidente do S.S.R. e o Prof. Arthur Torres Filho, presidente da S.N.A.

BANCO HIPOTECÁRIO E AGRÍCOLA DO ESTADO DE MINAS GERAIS S. A.

Fundado em 1911

CAPITAL : Cr\$ 100.000.000,00 — RESERVAS : Cr\$ 100.000.000,00

Sede : BELO HORIZONTE — Praça Sete de Setembro
Sucursais { RIO DE JANEIRO — Rua 1.º de Março, 51
SAO PAULO — Rua da Quitanda, 126

Agências e Escritórios no DISTRITO FEDERAL e nos ESTADOS de MINAS GERAIS — GOIÁS — SÃO PAULO — PARANÁ — RIO GRANDE DO SUL — RIO DE JANEIRO — ESPÍRITO SANTO — BAHIA — PERNAMBUCO
— CORRESPONDENTES EM TODO O PAÍS —

DESCONTOS * CAUÇÕES * DEPÓSITOS
*** COBRANÇAS * VALORES**

DIA DO LAVRADOR CARIOCA

Brilhante solenidade realizada na Fazenda Modelo, por ocasião do Dia do Lavrador Carioca — A classe rural carioca unificada — Magnifico discurso do Major Acácio Gomes

Por ocasião da passagem do Dia do Lavrador Carioca, que é também o Dia do Agricultor, de acôrdo com o estabelecido pela Confederação Rural Brasileira e que coincide com o Dia da Árvore (21 de Setembro), realizou-se na Fazenda Modelo, uma solenidade à qual compareceram os representantes das altas autoridades municipais, líderes do ruralismo carioca e numerosos lavradores.

Durante a solenidade, falou em nome dos lavradores do Distrito Federal o Major Acácio Gomes, cujo magnifico discurso vai na íntegra adiante transcrito.

Agradecendo, e comemorando a unificação da classe rural do Distrito Federal em torno de seu órgão representativo que é a Sociedade Nacional de Agricultura, investida da função de Federação das Associações Rurais do Distrito Federal, usou da palavra o seu Secretário Geral, Sr. Luiz Marques Poliano, que disse da satisfação da S. N. A. pela harmonia estabelecida entre as entidades de classe do Distrito Federal e que a mesma trabalhará como sempre trabalhou, em prol das justas reivindicações daqueles que, no Sertão Carioca labutam na lavoura.

Coube ainda o Secretário-Geral da S. N. A., comemorando a data, duplamente auspiciosa para a lavoura Carioca, plantar um exemplar de Pau Brasil.

Foi o seguinte o magnifico discurso pronunciado, na ocasião pelo Major Acácio Gomes:

**DISCURSO DO MAJOR
ACÁCIO GOMES**

Na reunião do dia 17 do corrente, da Federação das Associações Rurais do Dis-

trito Federal, considerada a "mais importante já realizada", depois de sua existência, pelo conhecimento que tiveram os lavradores do território carioca, de que a sua maior organização de classe se havia incorporado, por uma interpretação do Ministério da Agricultura à Sociedade Nacional de Agricultura, e por consequência à Confederação Rural Brasileira, com os mesmos direitos e deveres de suas congêneres, alcançando-se assim, satisfatoriamente a aspiração máxima dos ruralistas cariocas, fui designado, por proposta, do Presidente Flavio da Costa Brito, e com o consenso de todos os presentes, para dizer aqui palavras aos colegas da lavoura, relativamente ao dia de hoje, que é oficialmente o nosso dia, isto é, do lavrador do Distrito Federal.

A tarefa que me confiou o Presidente da FARDIF, é para mim fácil e agradável, desempenhá-la, por motivos que me dizem respeito, a sentimentos íntimos — que é a oportunidade que tenho, de entrar em contacto com velhos e bons companheiros, alguns amigos de muitos anos, e ser aqui neste recanto do sertão carioca, que conheço desde 1909, quando vinha com colegas de farda, ainda aspirante. Que magnifica recordação fazermos churrasco nas matas da Fazenda da Prefeitura, quando Prefeito o inesquecível Marechal Bento Ribeiro.

Meus caros colegas lavradores, pelo que venho de dizer, estou habilitado a fazer um histórico das atividades agro-pecuaristas, durante os últimos quarenta anos, do território carioca, porque delas, tenho participado na minha propriedade rural, à Estrada Intendente Magalhães n.º 2816, adquirida em 1915; mas não farei, porque, infelizmente, tem havido soluções de continuidade no desenvolvimento de nossa vida agro-pecuarista. Vou reportar-me tão somente a recordar ligeiramente a época au-

RAYMUNDO GONÇALVES & CIA.

END. TELEGR. "MIGOLY" — CAIXA POSTAL, 2466

**CERA DE ABELHAS — CEREAIS — CRINA
ANIMAL — MEL DE ABELHAS — POLVILHO
— RESINAS — SEBO ANIMAL —**

ESCRITÓRIO :

RUA DA QUITANDA, 185-6.º PAV.º

TELEFONES : 32	3974
	3973
	4966
	6608
	8816

DEPÓSITO :

AV. CIDADE DE LIMA, 157

TELEFONE : 43-2108

RIO DE JANEIRO

rea da laranja, marco destacado do progresso rural do Distrito Federal, quando era um jardim encantador, com belos e bem cuidados laranjais, orgulho dos turistas cariocas, e que proporcionaram abundantes divisas para o País, com a exportação de seus frutos, e em cuja atividade muitos companheiros nossos, fizeram fortunas apreciáveis.

É justo, meus companheiros lavradores, que prestemos uma homenagem especial, no dia do lavrador carioca, ao agrônomo, que com seu entusiasmo de moço, grande capacidade de trabalho, competência, e honestidade funcional, tudo fez ao seu alcance, para que no sertão carioca, se aproveitasse uma grande área de suas terras férteis, com a cultura da laranja, e que sempre foram disputados por consumidores nacionais e estrangeiros, pela sua excelente qualidade. Este profissional, que tem o seu nome ligado à cultura de tão apreciada fruta, embora com a saúde um tanto alterada, ainda dirige a contento o órgão máximo da classe — que é a Sociedade Nacional de Agricultura — refiro-me ao nosso grande amigo — *Dr. Arthur Torres Filho* — um dos maiores ruralistas brasileiros, excelente homem público, a quem a agricultura nacional, e em particular a carioca, muitos lhe deve.

Já que fiz uma homenagem especial a um grande vulto da agricultura nacional, cumpre-me o dever de mencionar o nome de mais dois, isto é, os membros 1 e 2 da escola da agricultura do Distrito Federal, que relevantes serviços prestaram e ainda prestam com o mesmo ardor e eficiência à nossa lavoura; o primeiro da escala, que considero autoridade na produção agrícola e na distribuição; competente, entusiasmado, grandemente interessado pelo bem estar de seus colegas, naturalmente honesto, e acima de tudo, possui uma consciência exata do homem de bem, como constatei quanto Secretário da Agricultura — não precisaria indicar o seu nome, já vejo que está aflo-

rando nos lábios de todos — é o nosso companheiro Abel de Almeida; o segundo da escala, a que me refiro é um professor de agricultura, um técnico de valor, nosso conhecido há mais de trinta anos, perfeitamente identificado com o sertão carioca e com os seus habitantes, dotado de sólida cultura, inteligente, prestativo e com exemplar honestidade funcional, que apesar de um pouco maduro, tem espírito de moço e acompanha com vivo interesse, todos os progressos da agricultura — todos já sabem também quem é ele: o nosso velho amigo Corrêa.

Estes dois pioneiros da agricultura, por mim apontados — Abel de Almeida e Antônio Corrêa, e mais o prestimoso Presidente da nossa FARDIF o digno companheiro Flávio da Costa, que tem dado sobejas provas de ser um grande batalhador e infatigável defensor dos interesses agro-pecuários do território carioca, agiram de comum acordo, no sentido de aplainar dificuldades e garantir os nossos legítimos direitos, em face à Sociedade Nacional de Agricultura, e o êxito dos resultados obtidos, foram de grande valia, com a abertura de um novo horizonte para a agricultura carioca. Promete-se de agora em diante, um contacto direto com os Poderes Públicos Federais, para usufruirmos todas as vantagens das leis sociais em vigor.

É um dever do Poder Público, procurar afastar os produtores da influência dos atravessadores, que se infiltram sornateiramente na faixa, que separa os produtores dos consumidores, e basta uma ligeira observação nos centros distribuidores — feiras-livres e mercados — para que os produtores se capacitem da necessidade imperiosa de se organizarem em classe — Associações e Cooperativas — e foi o que fizeram os da época, reunindo logo em seguida, todas as organizações existentes, na Federação das Associações Rurais do Distrito Federal — a Fardif, — e que devido à sua influência, como órgão máximo da classe, foi construído o Entrepasto Central

Agrícola da Praça da Bandeira.

Como vêm, meus companheiros, muitos e boas providências foram tomadas, em prol do lavrador, como a construção do Entrepasto Central Agrícola, e que na inauguração, declarei, como Secretário da Agricultura, ao Sr. General Mendes de Moraes, que igual àquele precisaríamos de mais alguns, para a melhor distribuição dos produtos de nossa lavoura.

Houve muita satisfação, fez-se um regulamento, nomeou-se administrador, mobilizou-se até telefone, e logo em seguida mudou-se o Governo Municipal, e a nova administração, encarando o assunto através de um outro prisma, cedeu-o, sem relutância, ao Saps, e este, o destruiu imediatamente, como se fosse uma velha casa da Avenida Presidente Vargas, e construiu no terreno limpo, o Supermercado.

E agora, meus amigos, o que estamos assistindo, o Governo Federal, grandemente preocupado de melhorar as condições de vida de nosso povo, incumbiu o Presidente da Cofap e o nosso digno Secretário da Agricultura, o Senhor Dr. Fontes Romero, para escolherem local e construir um Entrepasto de Produtos Agrícolas, dentro de 120 dias.

O programa que foi traçado pela Secretaria da Agricultura, anos atrás, e executado pelo Departamento da Agricultura, sob a competente, entusiasta e dinâmica direção, do então jovem, agrônomo Osmar Rezende, e depois, habilmente seguida pelo inteligente e brilhante agrônomo Antônio Dias Lopes, proporcionou, tais ajudas e benefícios aos lavradores e criadores, que desafiavam confronto com o de países, que mais interesse tomam, por aqueles, que dedicam suas atividades, na produção dos elementos básicos, destinados à alimentação de seus semelhantes.

Não vou analisar o panorama agrícola de ontem o de hoje. Sei perfeitamente que a Secretaria de Agricultura, apenas de estar nas mãos



SAL DE MACAU

TODOS OS TIPOS PARA TODOS OS FINS



ITA O MELHOR
SAL DE
COZINHA E PARA
SALGA DE MANTEIGA



CONDOR
FINÍSSIMO SAL
— PARA MESA —



Henrique Lage Comércio e Indústria S. A.

Av. Graça Aranha, 226-8.º andar — Telefone : 52-8168

Telegramas : Lage — RIO DE JANEIRO — CAIXA POSTAL, 1032

de um homem inteligente, experientado e hábil político, como é o Sr. Dr. Fontes Romero, tem que enfrentar dificuldades muitas, pois, dispondo do mesmo pessoal técnico, competente e trabalhador, como bem sei, não dispõe todavia, de dotações, que possam atender com eficiência, os vários serviços de sua Secretaria. Por cima de tudo, veio a inflação alterar também a situação social e econômica do nosso sertão com a valorização brusca de suas terras, tornando-se antieconômico o seu aproveitamento na exploração agropecuária, e daí o febril loteamento a que estamos assistindo, em todos os sentidos, e em muitos, ainda se observam vestígios, como galinheiros e árvores fruteiras, indicando, que antes, eram centro de ativa produção agropecuária.

Antes de terminar, desejo lembrar como justa e merecida homenagem, o nome do Sr. General Angelo Mendes de Moraes, que foi inquestionavelmente, o Prefeito

que mais fez pelo desenvolvimento agropecuário do Distrito Federal, e como tal, passou a ser chamado, espontaneamente, por todos nós, como *Prefeito dos Lavradores*.

Feliz inspiração, teve o legislador carioca, fazendo coincidir o nosso dia de festa, com o da árvore, por ser ela, uma das melhores dadas divinas e por isso, devemos dedicar um grande amor, não só pelo lirismo de sua beleza, como pelos grandes benefícios que presta à humanidade.

O lavrador carioca, um grande apaixonado pela cultura da terra, associa-se, com prazer, e aplaude, com entusiasmo, a campanha patriótica, dirigida pelo Sr. General Dornelles, operoso Ministro da Agricultura, da recuperação de nossas florestas, por todo o território nacional.

Finalmente, meus caros companheiros, faço votos de progresso e felicidades, e para que todos nós, irmana-

dos, no sentimento de produtores, continuemos, com o mesmo garbo e entusiasmo, produzindo — muito, cada vez mais e melhor.

MOVIMENTO DA BIBLIOTECA DA S. N. A.

Foi o seguinte o movimento da biblioteca da S. N. A. durante os meses de Julho e Agosto.

Livros etiquetados	101
Obras catalogadas ...	80
Livros registrados ...	45
Revistas registradas .	231
Fichas intercaladas nos fichários	1.626
Fichas batidas	1.443
Livros enviados para encadernação	94
Revistas enviados para encadernação	56
Mapas guardados	21

Obs.) Foi iniciado, no referido mês, a organização do mapoteca.

Notícias e Informações

Comision Argentina Pro Fomento del Intercambio.

De acôrdo com officio da Comision Argentina Pro Fomento de Intercambio, divulgamos as seguintes ofertas e procuras de firmas argentinas.

a) Benjamin Kohn & Cia., José Fererico Moreno 1497 Mendoza interessado em exportação de frutas, frutas secas, etc.

b) Onofre Tuma, Riva-da, 756 — Las Heras — Mendoza, interessado em exportação de mel.

11.º Aniversários das Nações Unidas

No Dia 24 de outubro, as Nações Unidas comemoraram mais um aniversário. O Centro de Informações do Rio de Janeiro divulgou uma interessante nota a respeito intitulada "Viver em paz uns com os outros os outros, como bons vizinhos.

1.ª Conferência Panamericana de Organização Científica

Realizou-se, no período de 12 a 17 de novembro, em Santiago do Chile, a 1.ª Conferência Panamericana de Organização Científica, organizada pelo Instituto Chileno de Administração Racional de Empresas "ICARE" e sob os auspícios da Pan América Council Of the Comité International de el Organización Científica.

Confederação Rural Brasileira

O Presidente da S. N. A. recebeu, em Agosto, telegrama do Presidente da Confederação Rural Brasileira, congratulando-se com a vitória ao veto parcial da lei execução do reajustamento pecuário.

Cooperativismo no Brasil

A UNESCO reconhece um grande progresso nas cooperativas escolares do Brasil. Em 1931, o nosso companhei-

ro Dr. Fábio Luiz Filho publicou o primeiro modelo de Estatutos para as Cooperativas Escolares e em 1933, a primeira edição de um livro sobre o assunto. Em 1954, o Brasil constava com 759 Cooperativas escolares. Atualmente o nosso país é o que, entre os países latino-americanos, publica mais números de revistas, livros e folhetos sobre o assunto.



A FOTO INTERNACIONAL

O símbolo da vida agrícola americana bem pode ser o Estado da Pennsylvania, pois as fazendas nessa região dos Estados Unidos tem um característico especial e conservado através dos anos de história da própria nação. Uma fazenda da Pensilvânia é invariavelmente algo que reflete uma tradição e um processo de história, embora seja ultra moderna e disponha das culturas mais avançadas. Há algo nas fazendas do formoso Estado, e o clichê nos mostra uma típica fazenda da região, com seu lago próprio, destinado a conservar água para vários usos, inclusive para servir de cria de ouro peixes, sem falarmos na parte de recreação que oferece. Como vemos na fotografia, essa fazenda traz a marca de um processo agro-pecuário que não se desviou da tradição, embora as conquistas modernas que encerra. (Foto do International Press Service, especial para A Lavoura).

LIVRARIA FREITAS BASTOS (A MAIOR DO BRASIL)

Apresenta

O LIVRO DE GRANDE INTERESSE

MORATÓRIAS E REAJUSTAMENTOS (PECUARISTAS E AGRICULTORES)

Pelo DR. EDUARDO CORRÊA. Contendo as Leis Moratórias e Reajustamentos dos Pecuáristas antecedidas das Leis Bancárias que as precederam.

1 volume enc. com 524 páginas Cr\$ 240,00. Temos em estoque as mais recentes novidades nacionais e estrangeiras sobre Agricultura, Pecuária, Veterinária, Zootecnia e Zoologia.

LIVRARIA FREITAS BASTOS S. A.

LARGO DA CARIÓCA, ESQUINA DE
BETENCOURT DA SILVA

— PEDIDOS PELO REEMBOLSO POSTAL —
RIO DE JANEIRO

MÉTODO DE ANÁLISE DOS ELEMENTOS TROCÁVEIS DAS TERRAS DE CULTURAS

1 — *Preparo da amostra de terra* — Estende-se em uma bandeja a amostra de terra a ser analisada, a qual é levada a uma estufa e seca à temperatura de 50°C. A estufa é provida de uma ventoinha afim de assegurar uma perfeita circulação do ar quente. A seguir, a terra é triturada e passada através de uma peneira com orifícios de 2 mm de diâmetro. Denomina-se "terra fina" a amostra preparada nestas condições, a qual se coloca em vidros e está pronta para ser analisada.

2 — *Umidade higroscópica* — Em um cadinho previamente tarado, pesam-se 5 g de terra fina; coloca-se em uma estufa, pelo espaço de 3 horas e à temperatura de 110°C. Depois de resfriado o cadinho em um dessecador, a água contida em 5 g de terra fina. Essa diferença de peso, multiplicada por 20, expressará a percentagem de umidade higroscópica.

Devendo ser calculadas para terra seca a 110° todas as percentagens dos elementos dosados no decorrer da análise, acha-se o fator correspondente da seguinte maneira: Sendo *a* a percentagem de umidade higroscópica —

representará o fator

pelo qual será multiplicado o teor percentual dos elementos dosados na terra fina, para transformar em percentagem na terra seca a 110°C.

3 — *Matéria orgânica* — Coloca-se 0,5 ou 1 g de terra fina no forno elétrico do aparelho determinador de carbono "Dietert", a uma temperatura de 500 a 600°C, passando-se uma corrente de oxigênio. Os gases formados na combustão (CO²), o oxigênio e o ar — são conduzidos a uma bureta especial do aparelho, fazendo-se o nível d'água coincidir com o zero da escala. Em seguida, faz-se a mistura dos gases atravessar uma solução con-

centrada de hidróxido de potássio, que retém todo o CO². O restante dos gases (oxigênio e ar) faz-se voltar novamente à bureta, onde, por diferença, se obtém os cc antes ocupados pelo CO². O método de trabalho e a graduação da bureta do aparelho darão diretamente a percentagem de carbono na terra fina. Donde:

$$C\% \times 1,724 \times \frac{100}{100-a} =$$

Matéria orgânica % em grammas (g), na terra seca a 110°C.

4 — *Nitrogênio total (N)* — Em um balão de Kjeldahl, atacam-se 5 g de terra fina com 20 cc de ácido sulfúrico concentrado, usando-se como catalisador 0,5 g de sulfato de cobre. Terminada a oxidação da matéria orgânica, que leva de 4 a 6 horas, retira-se o balão do fogo e depois de frio transvasa-se o seu conteúdo para um balão calibrado de 200 cc, completa-se o volume e agita-se. A seguir, tomam-se 100 cc de destilação, juntam-se 50 cc uma solução de hidróxido de (2,5 g de terra) em um balão

Adubos



fortificam
as terras
fracas

Dep. Prop. CADAL

UMA FÓRMULA PARA CADA CULTURA — SOLICITE FOLHETOS E INFORMAÇÕES, GRATUITAMENTE
CADAL CIA. INDUSTRIAL DE SABÃO E ADUBOS
 Agentes exclusivos do Salitre do Chile para o Distrito Federal, Estados do Rio e Espírito Santo
 Rua México, 111-12.º and. (Sede própria)
 Caixa Postal 875 — Tls. 42-0881 e 42-0115

de água destilada e 50 cc de sódio a 50%. Destila-se 2/3 do volume, recebendo-se o NH_3 destilado em 10 cc de uma solução de ácido bórico a 1%. Fimda a operação, titula-se o borato de amônia formado com uma solução de ácido clorídrico n/20, usando-se como indicador 15 gotas da mistura dos solutos alcoólicos de vermelho de metilo e verde de bromocresol a 0,1%. Sabendo-se que 1 cc da solução de ácido clorídrico n/20 corresponde a 0,0007 g de nitrogênio, calcula-se a percentagem do teor em N do seguinte modo: Os cc de HCl n/20 $\times$ 0,0007 $\times$ 40 $\times$ 100

100-a
= N% em gramas (g), na terra seca a 110°C.

5 — *Índice pH* — Em um copo de 50 cc de capacidade, colocam-se 10 g de terra fina e adicionam-se 25 cc de água destilada, — previamente fervida e resfriada. Por meio de um agitador elétrico, agita-se a mistura por minutos e deixa-se em repouso por 18 horas. Executa-se depois a determinação do pH da mistura, por intermédio de um potenciômetro, provido de eletrodo de vidro, de acordo com a técnica indicada.

Fósforo (PO_4me) — Em um tubo percolador de 30mm de diâmetro por 300 mm de altura, colocam-se 10 g de terra fina e juntam-se 100 cc da solução extratora, formada de um volume de ácido oxálico normal e três volumes de oxalato de potássio também normal. Do percolado, depois de bem agitado, tomam-se 100 cc, colocando-se em um balão calibrado de 100 cc. Em seguida, juntam-se 3 cc de uma solução de ácido sulfúrico 10 N e 9,5cc de uma solução de permanganato de potássio normal e espera-se a reação oxidante do permanganato sobre o ácido, que se processa mesmo a frio. Uma vez incolor a solução, junta-se, gota a gota, a solução de permanganato de potássio normal até excesso de duas gotas. Adicionam-se cerca de 30 cc de água destilada e mergulha-se o balão em banho-maria. Depois de 10 minutos, juntam-se 5 cc de

uma solução de glicose, a 24% e deixando-se no banho maria até que a solução se torne incolor, indicando a redução total do MnO_2 . Após 10 minutos de redução, adicionam-se 2 cc do reativo sulfomolibdico. Iniciada a coloração azul, deixa-se em banho-maria pelo espaço de 30 minutos, findo os quais complete-se o volume do balão, depois de frio. Em seguida, mede-se a intensidade da coloração azul da solução por intermédio do Eletrofotômetro "Fisher", usando-se o filtro vermelho. A leitura da escala (L) multiplicada pelo fator de calibração do aparelho (f) dará os miliquivalentes (me) de PO_4 .

Assim, $L \times f \times 100 \frac{100}{100-a} = \text{PO}_4$
me por 100 g de terra seca a 110°C.

7 — *Percolação do Cálcio e Potássio trocáveis* — Em 1 tubo percolador de 50 mm de diâmetro por 400 de altura, colocam-se 30 g de terra fina e adicionam-se 300 cc de uma solução de ácido nítrico n/20. Recebe-se o líquido percolado 300 cc. Terminada a percolação em um balão calibrado de 300cc. Terminada a percolação, completa-se o volume e agita-se o balão.

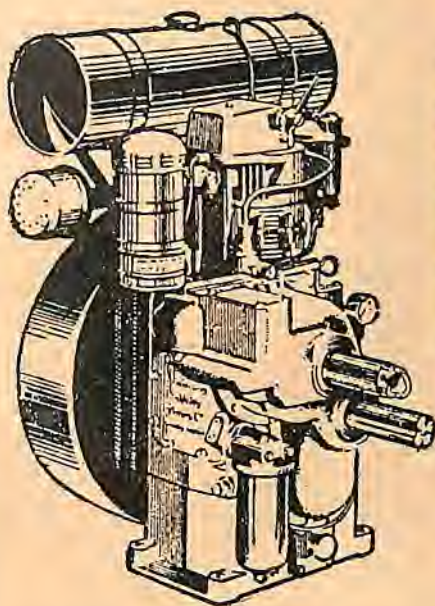
8 — *Cálcio (Ca me)* — Em um copo de 150 cc de capacidade, tomam-se 100 cc líquido percolado, onde se juntam 3 cc de ácido cítrico a 10% e 5 cc de uma solução saturada de cloreto de amônio. — Alcaliniza-se com hidróxido de amônio e leva-se ao fogo. Eliminado o amoníaco livre, precipita-se o cálcio com 5 cc de uma solução saturada de oxalato de amônio, deixando-se em fogo brando até que todo o precipitado fique assentado. Em seguida, filtra-se, lavando-se o precipitado de oxalato de cálcio com água quente. Passa-se depois, o funil para um Erlenmeyer de boca larga e dissolve-se o precipitado com ácido sulfúrico (1+9) e quente. Titula-se, a seguir, o ácido oxálico formado com uma solução de permanganato de potássio n/10. O cálculo é o seguinte: Os cc

de KMnO_4 n/10 $\times \frac{100}{100-a} = \text{Ca}$
me por 100 g de terra seca a 110°C.

9 — *Potássio (K me)* — Em uma cápsula de porcelana, evaporam-se 200 cc do líquido percolado (20 g de terra); até completa secura. Leva-se, depois, a cápsula ao fogo direto, onde é calcinada brandamente cerca de 10 minutos. Depois de frio, dissolve-se o resíduo em 5 cc de água destilada, agitando-se com um bastão de vidro, provido de ponta de borracha. Filtra-se e, do líquido filtrado, tomam-se 2 cc (g de terra), em um pequeno tubo de ensaio e precipita-se o potássio com 2 cc do reativo de cobalto. Depois de 3 horas de repouso, coloca-se o tubo na centrífuga para turbinar enérgicamente por 2 minutos, aspirando-se, em seguida, o líquido sobrenadante por meio de um tubo capilar de vidro, ligado a uma trompa d'água. Lava-se o precipitado com pequenas porções de água destilada, centrífuga-se novamente e aspira-se o líquido limpo. A lavagem e centrifugação são repetidas até que o líquido sobrenadante apresente-se completamente incolor. Passa-se o precipitado para um Erlenmeyer de boca larga e procede-se à titulação com uma solução de permanganato de potássio n/25, operando-se da seguinte maneira: Por meio de uma bureta, junta-se um pequeno volume da solução de permanganato, adicionam-se 3 cc de ácido sulfúrico e coloca-se o Erlenmeyer em banho-maria. Deve-se tomar a precaução de ter sempre um pequeno excesso do permanganato, a fim de serem evitadas perdas de gás nítrico. Prossegue-se a titulação até que a solução apresente a coloração rosa persistente. Retitula-se, o excesso da permanganato com uma solução de oxalato de sódio n/25. Dos cc de permanganato de potássio n/25, obtendo-se, então, os cc de permanganato de potássio n/25 realmente combinados. Sendo o peso de ensaio final de 8g de terra e sabendo-se que 1 cc de permanganato de potássio n/25

ARMSTRONG SIDDELEY

MOTORES DIESEL



O Motor Diesel Armstrong Siddeley para todos os fins — disponível como unidade monocilíndrica (6 h.p. — 8 h.p.), ou unidade de cilindros gêmeos (14 h.p. — 20 h.p.). Esfriamento a ar, dispensa abastecimento de água. Transportável, de desenho simples, de baixo consumo de combustível, de partida fácil. O Motor Diesel Armstrong Siddeley tem inúmeras aplicações onde quer que se precise de fornecimento assegurado de energia a baixo preço. Para informações mais completas dirija-se a

THORNYCROFT MECÂNICA E IMPORTADORA S. A.
ESCRITÓRIO, ALMOXARIFADO E OFICINAS
RUA PREFEITO OLÍMPIO DE MELO, 1.435

Tel. 54-2084 — Rêde interna

OFICINAS E GARAGEM "ITA"

RUA MARQUÊS DE ABRANTES, N.º 102
Tels. 25-3277 e 45-5662

Rio de Janeiro

FILIAL: — SÃO PAULO

RUA PEDROSO, 238 — TEL. 31-5866

Unidade de cilindros gêmeos
 (14 H.P. — 20 H.P.)

FABRICADO POR ARMSTRONG SIDDELEY, COVENTRY, INGLATERRA

corresponde a 0,006664 mili-
 quivalentes de potássio, cal-
 cula-se o teor em K da se-

$KMnO_4 \quad n/25 \times 0,833 \times \frac{100}{100-a}$
 K me por 100 g de terra
 seca a 110°C.

Quando se dispõe de um
 Fotômetro de Chama, a do-
 sagem de potássio é feita, em
 linhas gerais, da seguinte
 maneira: Neutraliza-se uma
 parte do líquido percolado
 com hidróxido de amônio,
 usando-se como indicador a
 fenofaleína. Depois de um
 repouso de 2 horas, separam-
 se, por filtração, os precipi-
 tados de hidróxidos de ferro
 e de alumínio formados.
 Em seguida, leva-se o líqui-
 do filtrado ao fotômetro, pa-
 ra a determinação do potás-
 sio, pelo processo da leitura
 direta da intensidade das ra-
 diações emitidas pelo elemen-
 to em análise, utilizando-se
 o ultragás (propano) como
 fonte de energia.

REAGENTES

Indicador de vermelho de

metilo e verde de bromocre-
 sol

I — Vermelho de metilo 0,1 g
 Alcool a 95% 100cc

II — Verde de bromocresol
 0,1 g
 Alcool a 95% 100 cc

Misturam-se 50 cc do solu-
 to alcoólico I com 20 cc do
 soluto alcoólico II.

Solução de glicose

Glicose 24 g
 Água destilada 90 cc
 Alcool 10 cc

O álcool adicionado tem,
 apenas, a propriedade de
 conservar a solução.

Reativo sulfo-molibdico
 Molibdato de amônio 10 g
 Água destilada 100cc
 Água sulfúrico (1,84) 100cc

Dissolve-se o molibdato de
 amônio na água destilada,
 adicionando-se, depois, pou-
 co a pouco, resfriando con-
 tinuamente, o ácido sulfú-
 rico.

Reativo de cobalto

"a" Nitrato de cobalto 10 g
 Água destilada 20 cc
 Ácido acético glacial

5 cc
 "b" Nitrato de sódio 48 g
 Água destilada 72 cc

Tomam-se 84 cc da solução
 "b" e adiciona-se à solução
 "a", passando-se, em segui-
 da, uma corrente de ar até
 o desaparecimento dos vapo-
 res nitrosos.

Obs) Dados fornecidos pela
 Seção de Química do Institu-
 to Agrônomo de Minas Ge-
 rais.

ANUNCIE

EM

"A LAVOURA"

O ELEMENTO HUMANO NA COLONIZAÇÃO

Ney Brandão

Eng.º agr.º.

Especial para "A Lavoura"

O Brasil é um país que, pela sua baixíssima densidade demográfica, está destinado a utilizar grande quantidade de braços para o seu soerguimento econômico, o qual se baseará principalmente nas atividades industriais e agrícolas. Estas últimas consistirão na ocupação permanente com culturas ou criações de animais domésticos.

Para utilizar de forma efetiva a terra, temos que realizar a colonização. Um dos problemas capitais que comprometem o sucesso de qualquer obra colonizadora é o elemento humano.

Diversos e muitos dêles recentes, têm sido os fracassos ocasionados pela escolha infeliz e conseqüente utilização de mão de obra agrícola, em empreendimentos particulares ou mesmo patrocinados pelo poder público. Não chegamos a dizer que tenham sido causas únicas, porém não podemos deixar de considerá-las como decisivas.

Duas são as origens a que se recorre para o povoamento: a nacional e a estrangeira. Esta última é sempre escolhida pressupondo-se a sua melhor capacidade de trabalho, o que se traduz por técnicas mais fáceis e rendosas.

Entretanto, o simples fato de não ser alienígena não confere a "priori" a garantia de êxito, como querem os acérrimos valorizadores da mão de obra não brasileira. Inúmeros têm sido os insucessos que têm acontecido com elementos, que, pela sua origem, eram considerados ótimos.

Lembremos os alemães no Espírito Santo, por exemplo. De tal modo se confundiram com o ambiente ecológico que degeneraram; o contacto imigratório se orientou de tal forma que o único resultado objetivo da aculturação foi uma simples mudança no ta-

manho e na densidade da população da região.

A nosso ver, cremos que não deve ocorrer um nítido isolamento estrutural e sim um contacto receptivo, progressivo, através do qual o grupo introduzido, embora influa preponderantemente, não consiga o predomínio cultural. A aculturação ideal é aquela que traga uma mudança e para melhor, das possibilidades econômicas. Mas nada disto se obtém, pela simples razão de não se fazer uma escolha prévia e cuidadosa.

Cuida-se simplesmente de introduzir "tantas famílias do país tal", para se dedicar à agricultura. Não há a menor preocupação em se conhecer se têm tais famílias habilitações necessárias ao bom desempenho da atividade agrícola.

Comumente entre os "colonos", encontramos e em proporções bem acentuadas,

pessoas que jamais trabalharam na lavoura ou pecuária. Eram na terra de origem artífices, operários especializados ou mesmo tinham nível universitário! Procurando fugir às condições adversas, tais elementos emigraram sob o amplo título de "colonos".

É fácil compreender que estes tipos de imigrantes não trazem qualquer benefício para o desenvolvimento agrícola. Logo que podem, deixam o meio rural e vão exercer as profissões para as quais estavam realmente preparados.

Julgamos que o recrutamento da mão de obra estrangeira deve ser bastante cuidadoso, feito no local de origem e adequado para o fim especial em vista, por técnicos nacionais em agricultura e colonização.

Assim é imprescindível que sejam selecionados agricultores para a lavoura! Parece uma observação inoportuna, porém, na verdade, ela precisa ser feita, pois os resultados estão aí a afirmar da necessidade de uma escolha bem feita.

Quanto ao elemento nacional, não deve escapar, e com mais forte razão, de um critério seletivo. Não basta transportar, colocar no local

(Continua na pág. 56)

Registros para açudes "Kerber"

ROSCA sem fim de BRONZE

GAVETA de FERRO ou de BRONZE

Sede QUADRADA ou Sede CIRCULAR

Escolha o teu tipo e nos consulte.

GEOVIA S.A.

Rua Visconde de Inhaúma, 134 - 19.º and.

Telefone : 23-2080

RIO DE JANEIRO

À CLASSE RURAL

TEMAS E SUGESTÕES

LII

FOLCLORE — PRODUTOS AGRÍCOLAS NA COZINHA AFRO-BAIANA

Nos pratos da cozinha afro-baiana registrados pelo escritor Luiz da Camara Cascudo em o seu magnífico "Dicionário do Folclore Brasileiro" figuram, além de hortaliças, verduras e óleos vegetais (dendê), arroz, feijão, mandioca e milho.

Entra o arroz no preparo de acaçá, afurá, arroz de assuá, cuscuz de arroz e de cusca ou cusca. É o feijão fradinho utilizado na feitura do abalá, abará ou acarajé, do ebô, do ecurú e do humulucú ou feijão de azeite. Outros feijões, entre os quais o mendobi, também chamado mulatinho, na Bahia, entram na confecção de apreciadas e diversas iguarias. A mandioca é empregada para o preparo do abraço, ambráz ou ambrozô de mandioca, do arubê, do beiju, do carimã, do cuscuz de mandioca, do olubô e de outros componentes de variadas iguarias. O milho, com múltiplas aplicações, entra no preparo do aberém, do abraço, do acaçá de milho, do ado, do angú, da cangica, do curáu, do cuscuz de milho, do dengê, do mugunzá, da pamonha, etc., pipoca e xerém.

LIII

GOMA DE MASCAR — INDÚSTRIA EXTRATIVA DE FUTURO

Gregorio Bondar, cujos trabalhos são numerosos e apreciados, em estudo sobre a goma de mascar, ressalta a possibilidade do desenvolvimento de sua exploração. Enumera os processos de extração e indica, além do sapotizeiro, principal fornecedor da goma chicle na América Central, apocináceas e sapotáceas, essas abundantes nas matas do sul da Bahia.

LIV

NOMADISMO DO SERINGUEIRO NO VALE AMAZÔNICO, — SUAS CAUSAS E MEIOS DE EVITA-LO

Em trabalho apresentado à III.ª Conferência Econômica da

ARRUDA CAMARA

Borracha, realizada em Belém, Estado do Pará (1948) tivemos oportunidade de dizer:

"O homem da hinterlândia amazônica, vivendo, sabe Deus como, na solidão das matas, — disperso desde a planície até as encostas e chapadas de além cachoeiras —, torna-se, pelo hábito das distâncias, mais ou menos andejo, tendendo ao nomadismo. Não é, entretanto, pelo menos os de origem de zonas rurais nordestinas, nômade por índole, e seria mais feliz se pudesse exercer sua atividade extratora simultaneamente com a de pequeno lavrador e criador.

O nomadismo é uma resultante, — não em todos, mas, na maioria dos casos —, da precariedade das condições da vida nos seringais. Melhorá-las, facilitando a constituição regular da família e sua instalação para o exercício da atividade agro-extrativa de interesse permanente, muito propício a favorecer o povoamento dos seringais, é, naturalmente, o caminho indicado."

LV

GREVE NO ABASTECIMENTO DE LEITE

Foi com justa inquietação, em referência ao futuro dos produtores, que tomel conhecimento da última greve no fornecimento de leite aos mercados consumidores. Traz ela consequências lamentáveis e essas, com um pouco de senso, teriam sido evitadas. Temos demonstrado a necessidade imperiosa da baixa do nível do custo da produção e da melhoria do seu rendimento.

Não dispõe a maioria, senão a totalidade dos criadores, de recursos para enfrentar o complexo e dispendioso problema. Entretanto, o papel a ser desempenhado pelas associações rurais e suas federações junto aos criadores e aos poderes, exige prudência e, sobretudo, muito tato.

LVI

MISTURA INJUSTIFICAVEL

Não se justifica, e deve, mesmo, ser combatida como fraude prejudicial aos interesses do Brasil, e dos seus cafeicultores, a projetada mistura ou liga do café brasileiro ao de procedên-

DESFIBRADEIRA "NICOLA"



HP	Kg/h.
3	1.200
5	2.200
7	3.200

Para : Cana, milho e similares.

Moinhos a martelos e de pedras.
Picadores, Máquinas para café, arroz, milho, etc.
Motores, Turbinas, Comportas e outras máquinas.

FARIX ENGENHARIA LTDA.

Av. Nilo Peçanha, 26 — S. 917 — Fone: 52-9397

Caixa Postal, 5137

Exposição: — Av. Augusto Severo, 92 - loja C
Distrito Federal

cia africana nos mercados internacionais.

O que necessitamos é manter campanha, racional e persistente, visando elevar a produção de cafés finos para substituir, nos mercados importadores, os de qualidade inferior.

LVII

ALGAROBA

Tem despertado real interesse entre os criadores nordestinos o plantio da algaroba, — leguminosa forrageira considerada como fator de desenvolvimento da pecuária nas zonas secas. É utilizada como "rama" e como "forragem concentrada" proporcionada pelos seus frutos.

LVIII

INDÚSTRIA BRASILEIRA DO BACALHAU VERDADEIRO E SEUS GONGENES

Dispendemos com a importação do bacalhau elevada soma de divisas e dada a importância e tradição do seu consumo no país, devemos lutar pela sua industrialização no Brasil e pela exploração de seus congêneres pescados em águas brasileiras.

O bacalhau verdadeiro, — *Gadus morrhua*, obtido em campos internacionais de pesca, poderia ser trazido, já salgado, para ser beneficiado no Brasil. Aponta a Divisão de Caça e Pesca, pelo seu clima e situação privilegiada, o Rio Grande do Norte como ponto indicado para a instalação da indústria.

A exploração dos congêneres, isto é, abrotéa — *Uropleycis Brasiliensis*, badejo — *Melanogrammus aeglefinus*, badejo largo — *Molva molva*, badejo negro — *Pollachius virens*, brosmio — *Brosme brosme*, e merluza — *Merluccius merluccius* deve ser tentada, sobretudo no sul do país, onde revela-se promissora a pesca da abrotéa e da merluza. Indica a Divisão de Caça e Pesca a instalação, em local a ser escolhido, no Rio Grande do Sul ou em Santa Catarina, de parque industrial organizado nos moldes mais modernos, dispondo de construções simples e eficientes, de custo o mais baixo possível.

LIX

CARTEIRA DE CRÉDITO CO-OPERATIVO DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL

Dirigida pelo Eng. Agrônomo Roberto Bezerra de Menezes, es-

tá a COOPE dividida em dois setores, cuidando o primeiro (Operações) do financiamento às sociedades cooperativas e o segundo (Orientação técnica e planejamento) da assistência técnica, quando solicitada, e da difusão da doutrina e prática cooperativista.

Falhas de ordem técnica e administrativa, corrigíveis com o tempo, têm dificultado a ampliação desse tipo de operações. Entretanto, no exercício de 1955, foram financiadas 48 sociedades cooperativas (Cr\$ 32.295.000,00) e no primeiro semestre do corrente ano foram beneficiadas com financiamento 31 sociedades cooperativas (Cr\$ 23.800.000,00). As 79 entidades contempladas, todas sediadas na área do polígono das secas, atenderam a 4474 cooperativas, realizando assim um magnífico programa de redistribuição.

"As cooperativas constituem, — como bem disse Roberto Bezerra de Menezes em conferência pronunciada em Terezina, o veículo ideal para fazer chegar aos pequenos agricultores o crédito agrícola."

LX

XXXIV DIA COOPERATIVO INTERNACIONAL

Ao ensejo da comemoração, ocorrida em 7 de julho, tivemos oportunidade de enviar ao CNEC a seguinte mensagem:

"É um dever de mais velho, trazer aos companheiros, nessa expressiva data comemorativa, as congratulações que, a rigor, vêm do fundo do coração. As realizações do cooperativismo brasileiro são, realmente, apreciáveis. E, se a família cooperativista continuar unida prestigiando a ação construtiva de seus membros, dia virá em que a sua atuação, cada vez mais fortalecida, far-se-á sentir de Norte a Sul e de Leste a Oeste do Brasil. Tudo depende, em última análise, de orientação do Centro Nacional de Estudos Cooperativos. Unamo-nos todos em torno do CNEC com os olhos fitos na posição do cooperativismo brasileiro, levando-o a enquadrar-se, pelo estudo e pelo exemplo, entre os mais prósperos do continente e do mundo".

LXI

FOSFATO NATURAL DE OLINDA

O fosfato de Olinda representa para a lavoura brasileira a segurança de sua prosperidade,

De sua exploração e emprego dependem a recuperação dos solos empobrecidos pela constante retirada do elemento fósforo. Pela situação das jazidas em exploração, vulto de sua cubagem (45 milhões de toneladas) composição do produto *in natura* (19 a 34% de P₂O₅) e, sobretudo, pela aparelhagem e organização da indústria, tudo indica que o adubo produzido será colocado, a preços razoáveis, à disposição dos produtores.

É necessário que associações rurais e as cooperativas de agricultores não fiquem indiferentes, pois, como bem disse o senador Apolônio Sales, em Aspectos do Problema da Adubação:

"Os solos brasileiros precisam ser recuperados, custe o que custar. Ou se levantam estas miseráveis médias de produção ou não haverá quem detenha a penúria que ronda as populações rurais e faz caretas aos cidadãos que, mais felizes, recebem do governo o amparo passageiro das importações de alimentos.

E para isso é preciso adubo. Adubo em quantidade, adubo a bom preço, de boa qualidade, adequado às terras, e nacional, a fim de que não custe, pela via indireta das divisas escoadas para o exterior, o saldo mirrado do trabalho brasileiro.

Em uma palavra, aponto à nação o problema do adubo como em plano igual ao do petróleo, ao da siderurgia, ao do provimento de energia."

.....

☆ ☆ ☆

A LAVOURA

a mais antiga revista

agrícola em circulação

no Brasil.

☆ ☆ ☆

.....

SUBVENÇÕES E AUXÍLIOS ÀS ASSOCIAÇÕES RURAIS

O Ministério da Agricultura acaba de determinar ao Banco do Brasil, que por intermédio de suas agências, efetuem o pagamento das subvenções e auxílios às associações abaixo relacionadas:

SÃO PAULO

Associação Rural Presidente Prudente —
Cr\$ 50.000,00; Associação Rural Caçapava —
Cr\$ 50.000,00; Associação Rural Bebedouro —
Cr\$ 50.000,00; Associação Rural Tatuí —
Cr\$ 50.000,00; Associação Rural Piraju —
Cr\$ 100.000,00. Associação Rural Novo Horizonte — Cr\$ 100.000,00; Associação Rural Mogi das Cruzes — Cr\$ 100.000,00; Associação Rural Paranapanema — Cr\$ 150.000,00; Associação Rural São Carlos — Cr\$ 50.000,00; Sociedade Luiz Pereira Barreto — Cr\$ 100.000,00; Associação Rural Fernandópolis — Cr\$ 50.000,00; Associação Rural Catanduva —
Cr\$ 50.000,00; Associação Rural Vargem Grande do Sul — Cr\$ 50.000,00; Associação Rural Atibaia — Cr\$ 50.000,00; Associação Rural Tambaú —
Cr\$ 130.000,00; Associação Rural Araraquara — Cr\$ 200.000,00; Associação Rural Ibitinga —
Cr\$ 180.000,00; Associação Rural Leme —
Cr\$ 50.000,00; Associação Rural Nova Granada — Cr\$ 50.000,00; Associação Rural Araras —
Cr\$ 120.000,00; Associação Rural Taubaté —
Cr\$ 100.000,00; Associação Rural Casa Branca — Cr\$ 150.000,00; Instituto Oceanográfico Universidade São Paulo — Cr\$ 800.000,00; Mosteiro Cisterciense de Santa Cruz de Itaporanga, Missão Rural, Itaporanga — Cr\$ 50.000,00.

RIO GRANDE DO NORTE

Associação Rural São Paulo Potengi —
Cr\$ 40.000,00; Associação Rural Angicos —
Cr\$ 60.000,00; Associação Rural Nova Cruz —
Cr\$ 190.000,00; Associação Rural Martins —
Cr\$ 30.000,00; Associação Rural Santana do Matos — Cr\$ 146.000,00; Associação Rural Goianinha — Cr\$ 30.000,00; Associação Rural Açú —
Cr\$ 100.000,00; Associação Rural Caraibas —
Cr\$ 98.000,00; Associação Rural Florânia —
Cr\$ 60.000,00; Associação Rural Alexandria —
Cr\$ 30.000,00; Associação Rural Serra Negra do Norte — Cr\$ 150.000,00; Associação Rural Jucurutu — Cr\$ 30.000,00; Associação Rural Apodi — Cr\$ 30.000,00; Associação Rural Augusto Severo — Cr\$ 30.000,00; Associação Rural Santa Cruz —
Cr\$ 100.000,00; Serviço Assistência Rural (Natal) — Cr\$ 78.000,00; Associação Rural Caicó —
Cr\$ 150.000,00; Associação Rural Currais Novos — Cr\$ 80.000,00; Associação Rural Ouro Branco — Cr\$ 40.000,00; Associação Rural São Tomé —
Cr\$ 70.000,00.

MINAS GERAIS

Associação Rural Carlos Chagas —
Cr\$ 50.000,00; Sociedade Rural Triângulo Mineiro (Uberaba) (2) — Cr\$ 554.150,00.

PARÁ

Associação Rural Igarapé Açú (1) —
Cr\$ 175.670,00.

MATO GROSSO

Associação Rural Cuiabá (1) — Cr\$ 1.000.000,00.

PARAÍBA

Associação Rural Conceição — Cr\$ 150.000,00;
Associação Rural Alagoinha (2) — Cr\$ 100.000,00.

SERGIPE

Associação Rural São Cristóvão —
Cr\$ 350.000,00; Associação Rural Japoatã (2) — Cr\$ 100.000,00.

RIO GRANDE DO SUL

Associação Rural Lageado — Cr\$ 90.700,00;
Associação Rural Nossa Senhora Anunciação (Cerro Largo) (2) — Cr\$ 20.700,00.

ESPÍRITO SANTO

Associação Rural Santa Teresa (1) —
Cr\$ 164.800,00.

SANTA CATARINA

Associação Rural Seara — Cr\$ 100.000,00;
F. A. R. E. S. P. (2) — Cr\$ 200.000,00.
(Continua na pág. 41)

VERMES?
OPILAÇÃO?

PANVERMINA

GLOBULOS
DE
GELATINA
(LAXATIVOS)

Golpe certo

CONTRATODOS os VERMES

LABORATORIO PANVERMINA

RUA SAMPAIO FERRAZ, 38-RIO

LIVROS E PUBLICAÇÕES

Comentários pelo
Eng. Agr. GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Redator Técnico d'A LAVOURA

PESQUISA DE PADRÃO DE VIDA NO BRASIL

José Alípio Goulart

O Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, através da Série Estudos e Ensaios (n.º 11), acaba de publicar um interessante trabalho sobre "Pesquisa de padrão de vida no Brasil", de autoria de José Alípio Goulart, de grande interesse para os estudiosos no assunto.

SERVIÇO ESPECIAL DE ESTATÍSTICA

Carteira de Crédito Agrícola e Industrial
Banco do Brasil S. A.

O Banco do Brasil S. A. publicou um útil e oportuno volume do Serviço Especial de Estatística, com o movimento anual de 1955.

ZOOTECNIA ESPECIAL

Guilherme E. Hermsdorff

Sob os auspícios da Universidade Rural e do Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos, acaba de ser publicado o tomo I — Equídeos, da Zootecnia Especial do Dr. Guilherme Edelberto Hermsdorff, Professor Catedrático da Escola Nacional de Veterinária.

Trata-se de um magnífico volume que não deve faltar na biblioteca de todos quantos se dedicam aos estudos da zootecnia, dada as credenciais do autor, nome sobejamente conhecido e consagrado como abalizado zootecnista.

EXPOSIÇÃO GERAL DA SITUAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL

O Conselho Nacional de Economia, publicou, como faz anualmente, um magnífico volume com a Exposição Geral da Situação Econômica do Brasil, referente ao ano de 1955, onde examina, com a sua autoridade em assuntos econômicos, os seguintes problemas:

- Orçamento Econômico Nacional em 1955;
- Consumo e Investimentos;
- Despesas Governamentais;
- Investimentos Públicos e Privados;
- Importação e Exportação de Bens e Serviços;
- Política do Café;
- Política de Energia Elétrica;
- Política de Transporte;
- Política da Borracha;
- Política do Trigo.

BRAZIL — PEOPLE AND INSTITUTIONS

T. Lynn Smith

O sociólogo americano T. Lynn Smith publicou, por intermédio da Louisiana State University Press — Baton Rouge, um magnífico trabalho de 704 páginas, fartamente ilustrado, onde analisa, com grande conhecimento, o povo e as instituições do Brasil, que ele tão bem conhece através de suas viagens ao nosso país.

REVISTA DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Ano XIV — XVI

Na nova fase, a Revista de Imigração e Colonização é o órgão Oficial do Instituto Nacional de

Imigração e Colonização. Entre as valiosas colaborações destacam-se: "Política Migratória e Colonizadora" de Renato Azzi; "A Política de Colonização no Brasil", de João Castelo Branco; "Cooperação na Vida Rural Finlandesa", de Valdiki Moura; "Um pouco da vida de Karl Von Koseritz", de José Fernandes Carneiro, etc.

ECONOMIC SURVEY

Registramos, com satisfação, o reaparecimento de "Economic Survey", após cinco anos de ausência.

A. C. A. R.

Acaba de aparecer o 7.º Relatório Anual da A. C. A. R., com farta documentação das atividades.

A LAVOURA

(ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

Eng.º Agrônomo ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade

Eng.º Agrônomo ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
Diretor

Eng.º Agrônomo KURT REPSOLD
Diretor Técnico

Eng.º Agrônomo GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Redator-Técnico

LUIZ MARQUES POLIANO
Diretor Responsável e Redator-Secretário

Redação e Administração:

General Justo, 171

Telefone: 42-2981

Caixa Postal: 1245

Rio de Janeiro

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados

Representante em S. Paulo:

NEWTON FEITOZA

RUA BOA VISTA, 245, 3.º andar — Tel.: 33-1432 — End. Tel.: "LINEFE. C. A.: 7257

— SÃO PAULO —

des da referida entidade que tão bons serviços vem prestando às comunidades rurais no Estado de Minas Gerais.

A CABRA NA PAISAGEM DO NORDESTE

Octávio Domingues

O magnífico livro "A cabra na paisagem do Nordeste", de autoria do Professor Catedrático da E. N. A., constitui a publicação n.º 5 da Seção de Fomento Agrícola no Ceará.

Trata-se, sem dúvida, de um trabalho de grande interesse principalmente para aqueles que se dedicam aos estudos da agro-pecuária nordestina.

CORNELL UNIVERSITY

Agricultural Experiment Station, Ithaca, New York

Recebemos os seguintes trabalhos da Universidade de Cornell.

- 1 — The characeae of the State of New York.
- 2 — Study of three cuts of power and higher grade beef.
- 3 — The quality of seed on sale in New York.
- 4 — Seventy fourth annual report.
- 5 — Analysis of forage harvesting patterns.
- 6 — Effect of curing methods and stage of maturity upon feeding value of noughages.

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Recebemos do I. B. G. E. os seguintes volumes referentes ao VI Recenseamento Geral do Brasil, de 1950:

- 1 — Estado do Pará — Censo Demográfico.
- 2 — Estado de Goiás — Censo Demográfico.
- 3 — Estado de S. Paulo — Censos Industrial, Comercial e dos Serviços.
- 4 — Estado do Rio Grande do Sul — Censos Econômicos.

O SOLO

Ano XLVII — N.º único

Como sempre, o número único do ano XLVII, de "O Solo", que é o órgão dos acadêmicos de agronomia da Universidade de São Paulo, traz farta e valiosa colaboração.

SÍTIOS E FAZENDAS

Maio e junho de 1956

Sítios e Fazendas, editada em S. Paulo, é uma revista de grande aceitação entre os agricultores brasileiros. Os dois últimos números trazem uma variada e interessante colaboração de interesse dos lavradores e criadores.

(Conclusão da pag. 39)

RIO DE JANEIRO

Associação Rural Parati — Cr\$ 30.000,00; Federação das Associações Rurais (Niterói) (2) — Cr\$ 1.000.000,00.

PERNAMBUCO

Associação Rural Vertentes — Cr\$ 50.000,00; Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco (Recife) — Cr\$ 100.000,00; Associação Rural Nazaré da Mata — Cr\$ 200.000,00; Associação Rural Tabira (4) — Cr\$ 100.000,00.

BAHIA

Associação Rural Santo Estêvão — Cr\$ 520.000,00; Associação Rural Ituaçu —

AGUA PURA

SAÚDE SEGURA

SÓ COM VELAS



SENUN

ESTERILIZANTE

FABRICADAS
PELO PROCESSO SENUN

Cr\$ 230.000,00; Associação Rural Barreiras — ...
Cr\$ 20.000,00; Associação Jaguaquara (4) —
Cr\$ 600.000,00.

MARANHÃO

Associação Rural Rosário — Cr\$ 200.000,00;
Associação Rural Vitória Mearim — Cr\$ 80.000,00;
Associação Rural Alta Parnabíba — Cr\$ 100.000,00;
Parque de Exposição Pecuária Pinheiro (4) — ...
Cr\$ 200.000,00.

AMAZONAS

Associação Rural Fonte Boa — Cr\$ 207.000,00;
Associação Rural Tefé — Cr\$ 107.000,00; Associação Rural Borba — Cr\$ 107.000,00; Associação Rural Parintins (4) — Cr\$ 400.000,00.

PIAUI

Associação Rural Picos — Cr\$ 100.000,00; Associação Rural Piracuruca — Cr\$ 150.000,00; Associação Rural Paulistana (3) — Cr\$ 100.000,00.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXOCORTE DOS CITRUS

Eng. Agr. GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Diretor Técnico da S. N. A.

I — Generalidades

Em recente viagem de estudos que tivemos a oportunidade de fazer ao Estado de S. Paulo, em missão da Sociedade Nacional de Agricultura, observando várias questões relacionadas com a fruticultura, dedicamos uma certa atenção ao problema da **exocorte**, que vem despertando inquietação entre os citricultores daquele Estado.

É natural que assim seja, pois é bem recente ainda o que a doença "tristeza" causou no referido Estado, inutilizando para a produção, numerosos pomares.

Laranjais desapareceram sob a ação implacável da "tristeza", ocasionando não só prejuízos de vulto para os citricultores, como também, danos à economia nacional, com a redução de nossa produção citrícola.

Superado o problema da tristeza, mal se iniciava uma nova fase para a citricultura, eis que outra doença, embora não se apresentando com a mesma gravidade, vem, novamente, causar inquietação entre os citricultores paulistas.

Trata-se da "exocorte", enfermidade que vem sendo observada em S. Paulo desde 1945, em porta-enxertos de limão cravo.

Embora nem sempre o aparecimento da exocorte determine a morte da planta, os prejuízos não deixam de ser de vulto, pois em consequência de sua ação, o desenvolvimento da copa torna-se muito reduzido, e assim, muito acentuada é a queda da produção.

Baseados nos estudos realizados pela "Comissão da Exocorte", integrada por técnicos da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", da Universidade de São Paulo, do Instituto Agrônomo de Campinas, do Instituto Biológico e da Divisão de Fomento Agrícola do Estado, podemos fazer as ligeiras considerações que se seguem.

II — O que é a exocorte

Embora não se possa afirmar com segurança seja a exocorte uma doença de vírus, tudo leva a crer que sim; e, até mesmo, que resulte da atuação simultâ-

nea de mais de um vírus, ou melhor, de um complexo de vírus.

Estudos já concluídos em outros países, indicam que a exocorte em *Poncirus trifoliata* (limão trifoliata), é causada por um vírus, e, entre nós supõe-se que sejam os mesmos agentes os causadores da exocorte em enxertos sobre limoeiro cravo, a exemplo do que ocorre aqui também com o limoeiro trifoliata.

III — Sinonímia da exocorte

A doença que tem ocorrido em laranjais de S. Paulo e que já tem sido observada em outras regiões (Estado do Rio, por exemplo), quando enxertados sobre limão cravo, parece ser causada, como dissemos acima, pelo vírus ou complexo de vírus que ataca o limão trifoliata.

Esso doença recebe as seguintes denominações: "descascara-do", na Argentina; "scaly butt", na Austrália; "Exocortis" nos Estados Unidos e "exocorte", no Brasil.

IV — Sintomatologia da doença

Entre outros, podemos citar

como sintomas da exocorte, os seguintes:

a — redução do desenvolvimento da copa, perda do brilho característico das folhas, definhamento geral da planta, etc. (esses, são os chamados sintomas da copa);

b — aparecimento de lesões características nas cascas dos porta-enxertos, sempre abaixo do ponto de enxertia, portanto. Os tecidos externos da casca do porta-enxerto apresentam fendilhamentos que se levantam depois em placas mais ou menos alongadas e secas, seguindo-se, geralmente, a formação de goma, que sai através dos referidos fendilhamentos. Em casos de ataques muito intensos os próprios tecidos internos ficam seriamente comprometidos (esses são os chamados sintomas do cavalo ou porta-enxerto).

V — Experimentos de porta-enxertos

Nos experimentos de porta-enxertos de Citrus que se realizam desde 1936 na Estação Experimental de Limeira, do Instituto Agrônomo de Campinas, observou-se que apresentam sintomas de exocorte:

a — a laranjeira Baianinha, quando enxertada em P. trifoliata;

b — o pomelo Marsh Seedless, também quando enxertado em P. trifoliata.

Sementes de batatas

Variedades alemãs, holandesas e suecas

As sementes de grande preferência:

Aquila
Ancila
Benedikta
Bintje
Capella
Delta
Eigenheimer
Eva
Jakobi
Konsuragis
Lerche
Lori
Oda
Panther
Vorán

DELTA SOCIEDADE COMERCIAL LTDA.
Rua 7 de Setembro, 135 — 1.º andar
Telefone 43-1868 — Rio de Janeiro

Nos experimentos de porta-enxertos que se realizam desde 1949 na Estação Experimental de Tietê, do mesmo Instituto, verificou-se que:

a — apresentavam sintomas de exocorte, as laranjeiras Baianinha, Hamlin e Maracaná, quando enxertadas em limão trifoliata;

b — não apresentavam sintomas de exocorte os enxertos de laranjeira Pêra e limoeiro Eureka, sobre o mesmo porta-enxerto.

A Seção de Citricultura do Instituto Agrônomo de Campinas vem estudando cuidadosamente as combinações enxerto-cavalo afetadas pela enfermidade, não só através dos ensaios citados, como também em andamento, em diferentes regiões do Estado.

Esses estudos evidenciaram, até o momento, que:

a — as copas que tem apresentado exocorte sobre porta-enxertos de Poncirus trifoliata têm sido as mesmas que apresentam a doença do limoeiro cravo quando enxertadas nesses porta-enxertos;

b — as seguintes copas enxertadas sobre limoeiro cravo tem apresentado os sintomas de exocorte: laranjeiras Hamlin, Baianinha, Natal, Valência, Pêra, Barão, Maracaná, Piralima; as tangerineiras Ponkan e Cravo e a grapefruit Marsh seedless;

c — em nenhum caso foi observada a exocorte quando os mesmos tipos de copa estavam enxertados em laranjeiras Caipira e Pêra e em tangerineiras Cleópatra.

VI — Como se transmite a exocorte

Todas as observações até agora feitas e os vários ensaios e experimentos já realizados no Estado de São Paulo evidenciaram que:

a — a transmissão da exocorte realiza-se através de borbulhas retiradas de plantas afetadas, isto é, de plantas matrizes portadoras do vírus;

b — não foi constatado nenhum caso de transmissão da exocorte de uma planta para outra por meio de vetores, tal como ocorre com a "tristeza". Em face de tais observações pode-se concluir que o problema da escolha das borbulhas para a enxertia é fundamental para evitar que a exocorte venha a comprometer os novos laranjais que anualmente, em escala sempre ascendente, estão sendo plantados no Estado de São Paulo.

Ao lado disso, naturalmente, a questão relativa à escolha de porta-enxertos não pode ser descurada, tornando-se necessário, como medida de precaução, a utilização de porta-enxertos que sejam tolerantes à doença.

VII — O problema das matrizes sadias.

Processando-se a transmissão da exocorte através de borbulhas de plantas afetadas, o problema da determinação de plantas matrizes sadias (isentas do agente da doença), é fundamental para a obtenção de boas borbulhas para a enxertia.

Aliás, na escolha de matrizes sadias, deve-se levar em consideração, também, outras doenças (Seroze, xilosporese, e outras), para evitar possíveis preocupações futuras.

Em São Paulo já foi sugerido, a exemplo do que ocorre em outros países (Estados Unidos, por exemplo), que a Secretaria de Agricultura estabeleça um "Serviço de Registro de Matrizes para Enxertia", a fim de que, através dele, possa ser feito, com segurança, o fornecimento em quantidade suficiente, de borbulhas sadias aos lavradores.

Tal serviço, naturalmente implicaria em grande trabalho e despesas, o que, sem dúvida, seria compensado com os resultados práticos que deles adviriam.

Trata-se, indiscutivelmente, de uma sugestão que merece ser considerada, tendo-se em vista as possibilidades da citricultura para a economia nacional.

VIII — Controle da exocorte pela sub-enxertia

Os estudos até agora feitos têm evidenciado a vantagem do controle da exocorte em pomares já formados, através da sub-enxertia (inarching).

Nos pomares de laranjeiras Baianinha, Pêra e Hamlin enxertados sobre limoeiro cravo, da Fazenda Cambuí (Matão, Estado de S. Paulo), afetados pela exocorte, o controle da doença vem sendo feito, a conselho do Instituto Agrônomo de Campinas, através da sub-enxertia com porta-enxertos de laranjeira Caipira.

Os resultados até agora obtidos conduzem à conclusão de que, embora um tanto cara e trabalhosa a operação, ela é recomendável como meio adequado de controle da exocorte em pomares já formados.

Mais alguns anos de observações, são, entretanto, necessários, uma vez que os trabalhos de sub-enxertia naquela Fazenda datam, apenas, de 1953 (pouco mais de três anos de observações).

IX — Como se pratica a sub-enxertia

A sub-enxertia, também chamada "inarching", é feita plantando-se dois a três porta-enxertos ao lado do tronco da árvore com os sintomas característicos da exocorte, e cuja enfermidade se deseja controlar.

A extremidade desses porta-enxertos deve ser cortada em bisel e, em seguida, enxertada sob a casca da copa da árvore afetada, através de uma incisão em tê invertido.

De acordo com as observações feitas na Fazenda Cambuí, houve melhor pegamento dos sub-enxertos quando os porta-enxertos eram um tanto lenhosos.

"SELEÇÕES AGRÍCOLAS"

REVISTA MENSAL

Direção : Eurico Santos — Sylvio Leal — M. Nunes

Assinatura anual Cr\$ 150,00

Número avulso Cr\$ 5,00

Avenida Nilo Peçanha, 26-12.º — Tel.: 32-6163 — Rio de Janeiro — Brasil

Uma vez pegados os enxertos, a alimentação da planta passa a fazer-se através dos porta-enxertos, e vão assim, gradativamente, desaparecendo os sintomas da enfermidade.

X — Escolha do porta-enxertos

Em face dos conhecimentos que se tem sobre a "tristeza" e a "exocorte", são recomendáveis para a enxertia dos Citrus, os seguintes porta-enxertos;

1 — **Laranja Caipira** — No momento, tendo em vista o que se tem observado a respeito de seu comportamento, é o mais recomendável dos porta-enxertos para Citrus, em virtude de:

- a — ser bastante vigoroso
- b — ser tolerante tanto a tristeza como à exocorte.

Apresenta, entretanto, entre outras, as seguintes desvantagens:

- a — é de formação difícil nos viveiros
- b — é pouco resistente às secas.

2 — **Tangerina Cleópatra** — É, segundo a maioria dos estudiosos no assunto, um porta-enxerto de grande futuro em virtude de ser:

- a — tolerante tanto à tristeza como à exocorte
- b — resistente à gomose
- c — de fácil formação nos viveiros.

A tangerineira Cleópatra é, segundo observações no Estado do Rio, um bom porta-enxerto para terrenos de baixada

3 — **Limoeiro Cravo** — É, nas nossas condições, o melhor dos porta-enxertos para os Citrus, embora seja tolerante à enxorte. Entre as vantagens da utilização do limoeiro cravo como porta-enxerto podemos citar:

- a — é de fácil formação nos viveiros
- b — as plantas enxertadas sobre ele são mais precoces
- c — é tolerante à tristeza
- d — pode ser usado em qualquer tipo de solo.

Apresenta, como dissemos acima, a grande desvantagem de ser intolerante à exocorte, de modo que só pode ser usa-

do como porta-enxerto quando se tem certeza de que as borbulhas a serem nele enxertadas são provenientes de matrizes não portadoras de exocorte.

4 — **Limoeiro Rugoso** — É segundo os ensaios já feitos, um bom porta-enxerto. O limão rugoso é resistente à tristeza, porém parece que até certo ponto é intolerante à exocorte, razão pela qual não pode ser aconselhado sem reservas. Em terrenos arenosos é excelente o seu comportamento, segundo observações no Estado do Rio.

XI — Considerações finais

O estudo de todos os problemas relativos à citricultura no Estado de São Paulo é da mais alta importância, uma vez que nos três últimos anos a sua recuperação vem se processando num ritmo bastante acelerado.

O ano de 1939 foi áureo para a citricultura paulista, bastando lembrar que naquele ano a sua exportação de laranjas atingiu a elevada cifra de 2.890.653 caixas.

Dai por diante a exportação foi caindo, concorrendo para isso não só o colapso do mercado mundial em virtude da guerra, como também, as sensíveis perdas ocasionadas pela tristeza.

São Paulo que em 1939 havia exportado quase três milhões de caixas de laranjas, em 1953 exportou pouco mais de cento e vinte mil caixas (exatamente 120.550 caixas).

No momento, entretanto, é outro o panorama.

Magníficas são as perspectivas, tanto do mercado interno como do mercado externo e, em São Paulo, o novo surto da citricultura é um fato que chama a atenção de todos.

Para que se tenha uma idéia do que representa a citricultura no momento, no Estado de São Paulo, basta lembrar que, segundo as estimativas do Departamento de Produção Vegetal da Secretaria de Agricultura do referido Estado, em junho de 1956, são as seguintes:

a — existem no Estado 8.075.022 pés de laranjeiras, entre as que se encontram em produção e as mais recentemente plantadas, e, portanto, ainda não em produção (o número dessas últimas é muito elevado);

b — estima-se em 7.852.875 o número de caixas de laranjas produzidas no corrente ano.

Transcrevemos adiante a estimativa do Departamento de Produção Vegetal do Estado de São Paulo (junho de 1956), relativamente ao número de pés e produção nos Municípios mais produtores:

Municípios	N. de pés	Produção (Caixas)
Piracicaba	2.184.500	1.809.500
Bebedouro	1.139.982	1.048.650
Araraquara	822.000	861.000
Piraçununga	760.000	738.000
Campinas	615.000	681.000
Taubaté	435.400	175.275
Itapetininga	257.440	348.500

Além dos Municípios citados, são ainda produtores de laranja os seguintes: Avaré, Baurú, Bragança Paulista, Catanduva, Fernandópolis, Franca, Jau, Jundiaí, Lins, Lorena, Lucélia, Marília, Irlândia, Ourinhos, Paraguaçu Paulista, Ribeirão Preto, Santos, São João da Boa Vista, São João do Rio Preto, São Paulo.

Conforme se verifica:

a — somente os sete Municípios citados em primeiro lu-

gar detêm 6.414.302 das 8.075.092 árvores de laranjeiras plantadas no Estado.

b — os sete Municípios citados produzirão, no corrente ano, 5.661.925, caixas das 7.852.875 caixas de laranjas que se espera colher em São Paulo.

Apenas esses dados são suficientes para focalizar a importância da citricultura no Estado de São Paulo, e justificam os estudos cuidadosos que li vêm se processando a seu respeito.

I — Generalidades

Realizou-se, nos dias 4 e 5 de julho de 1956, no Instituto de Ecologia e Experimentação Agrícolas, com a colaboração da Universidade Rural, o 1.º Seminário Brasileiro de Herbicidas e Ervas Daninhas.

O certame, que despertou vivo interesse entre técnicos e demais pessoas interessadas no assunto, contou com a presença de mais de 100 representantes de instituições oficiais, firmas comerciais e industriais.

As questões estudadas e debatidas foram da mais alta importância e, tendo-se em vista o resultado desse primeiro encontro entre técnicos e demais interessados no assunto, ficou assentado, desde já, a realização, em 1958, do 2.º Seminário Brasileiro de Herbicidas e Ervas Daninhas.

Sessão inaugural

Durante a sessão inaugural do certame usaram da palavra:

- a — o Sr. Ministro da Agricultura, General Ernesto Dornelles, que focalizando a importância dessas reuniões técnicas formulou votos de pleno êxito dos trabalhos.
- b — o Prof. Waldemar Raythe, Diretor Geral do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônomicas, ressaltando a importância da reunião
- c — O Prof. Oswaldo Bastos Menezes, Diretor do Instituto de Ecologia e Experimentação Agrícola, salientando não só a importância do certame, como também os detalhes de sua organização e o interesse despertado entre os técnicos.

II — Sessões realizadas e Mesa Redonda

Durante o Seminário foram realizadas:

- 1 — 6 sessões técnicas, para estudo dos seguintes problemas:
 - a — Herbicidas seletivos em Diversas Culturas e Pastagens
 - b — Herbicidas Seletivos em Hortas e Pomares
 - c — Sistemática de Plantas Daninhas
 - d — Herbicidas Totais
 - e — Herbicidas e Conservação do Solo

CONTRÔLE DE ERVAS DANINHAS POR MEIO DE HERBICIDAS

O que foi o 1.º Seminário Brasileiro de Herbicidas e Ervas Daninhas no Instituto de Ecologia e Experimentação Agrícolas, em colaboração com a Universidade Rural

- | | |
|---|--|
| f — Esquema Experimental e Interpretação dos Resultados | "Aplicação de herbicidas em culturas de cana de açúcar". |
| 2 — 1 Mesa Redonda para estudo do seguinte tema: <ol style="list-style-type: none">a — Preços de Aplicaçãob — Mão de Obrac — Custo do Herbicidad — Dificuldades de Importaçãoe — Aparelhagemf — Possibilidades de fabricação no Brasil | 3 — Paixão J. C. e J. Dobrein — ENA e I.E.E.A. (Km. 47)
"Contribuição para o emprego de herbicidas em culturas de milho". |
| | 4 — Camareira, João — Serrana S/A — São Paulo.
"Dados práticos sobre aplicações de herbicidas em culturas de cana e trigo". |



Grupo de Participantes do 1.º Seminário Brasileiro de Herbicidas e Ervas Daninhas

III — Organização das sessões e trabalhos apresentados

1.ª Sessão: Herbicidas Seletivos em Diversas Culturas e Pastagens

Presidente: Dr. Dalmiro Almeida
Secretário: Dr. Salomão Aronovich

TRABALHOS

- 1 — Souza Leão Pinto, Eudes e Gonçalves, Lins, R-UR Samba — Pernambuco.
"Contrôle de Dicotyledoneas em pastagens".
- 2 — Souza Dias, Herval — I.A.A. — Campos — Estado do Rio.

- 5 — Marques de Almeida, Leucio — I.A.N. — Pernambuco.

"Primeiros resultados experimentais obtidos com herbicidas na lavoura canavieira de Pernambuco".

- 6 — Torres, S. A. — Indústrias Químicas Imperial — São Paulo.

"Experimento com herbicidas em cultura de cana de açúcar em São Paulo."

- 2.ª Sessão: Herbicidas Seletivos em Hortas e Pomares

Presidente: Prof. Eudes de Souza Leão Pinto
Secretário: Prof. Mario Pereira Duarte

TRABALHOS

- 1 — Souza Leão Pinto, Eudes e Gonçalves Lins. R. — U.R. — Pernambuco.
"A eficiência do 2,4-D e 2,4,5-T em aplicação sobre Ipomea fistula".
- 2 — Coelho, Mario — E. S. A. — Pernambuco.
"Primeiros resultados obtidos com Herbicidas sobre vegetação espontânea de Restingas ocupadas com coqueiro".
- 3 — Couto, Flavio — E.S.A. — Minas Gerais.
"Observações preliminares sobre o uso de Alanap como herbicida seletivo para Curcubitaceas".
- 4 — Giacometti, Dalmo e J. C. Paixão — I. E. Exp. A. (Km. 47).
"Emprego do Carpinox em experimento de manejo do solo em laranjal (Nota prévia)"
- 5 — Kramer, Moysés — I. B. — São Paulo.
"Estudo sobre controle químico da tiririca".
- 6 — Camareira, João — Serrana S/A. — São Paulo.
"Combate às pragas de pastagens com 2,4,5-T".
- 7 — Duarte, M. P. — I. A. L. — Bahia.
"Competição de herbicidas para controle do capim Dandá".
- 8 — Torres, S. C. A. — Indústrias Químicas Imperial — São Paulo.
"Controle do leiteiro por meio de produtos químicos".

3.ª Sessão: Sistemática de Plantas Daninhas.

Presidente: Prof. Honorio Monteiro Filho
Secretário: Dra. Inoah de Aquino

TRABALHOS

- 1 — Limosiro, Rubem — I. E. Exp. A. (Km. 47).
"Controle de Plantas Invasoras no I. E. Exp. A."
- 2 — Monteiro H., Paixão J. C. e Monteiro J. — E. N. A. (Km. 47).
"Ervas Daninhas invasoras de culturas".
- 3 — Silva, Sebastião Luiz — D.C.P. — (Km. 47).
"Ervas Daninhas em Piscicultura".
- 4 — Cluffi, Adriano — ICOMI — Amapá.
"Amostras secas de ervas daninhas do Amapá".

- 5 — Teixeira, Liene — I.A.B.A.
"Fichário de ervas daninhas".

4.ª Sessão — Herbicidas Totais.

Presidente: Milton Anacleto de Souza
Secretário: Dalmo Giacometti

TRABALHOS

- 1 — Gibson, Oscar — Blenco.
"Herbicidas em Alfafa".
- 2 — Farah, João B. e M. Kramer — Eletro-Química Paulista — São Paulo.
"Cloreto de Sódio na Agricultura".
- 3 — Souza Leão Pinto, Eudes e Gonçalves Lins, R. — U.R. e Samba — Pernambuco.
"O valor econômico dos herbicidas totais em substituição ao processo mecânico de erradicação de vegetação daninha".
- 4 — Aragão, Mario — D. N. Endemias Rurais — D. Federal.
"Evolução do combate às Bromeliáceas que são criadouros de anofelinos".

5.ª Sessão: Herbicida e Conservação do Solo

Presidente Dr. Edgard Lorenz
Secretário: Dr. Edgard Leite

TRABALHOS

- 1 — Paixão J. C. e J. Dobrein — ENA e IEEA. Km. 47.
"Ensaio preliminar com Karmex W quando aplicado com herbicida total".
- 2 — Fernandes, Clovis — I. A. N. — Pernambuco.
"Observações sobre a ação do 2,4-D e do TCA nos microorganismos de nitrificação".

6.ª Sessão: Esquema Experimental e Interpretação dos resultados

Presidente: Prof. Octavio Drumond
Secretário: Dr. Fernando Costa Pereira

TRABALHOS

- 1 — Penteado, Alberto — S. A. P. A. — Km. 47.
"Experimentos de herbicidas no SNPA".
- 2 — Discussão sobre esquema e interpretação de experimentos com herbicidas. Demonstração — Após a 6.ª Sessão foram feitas demonstração da nova polvilhadeira "Solo" distribui-

das pela Soc. Com. Ind. Lasec Ltda.

IV — Mesa Redonda

Durante o 1.º Seminário de Herbicidas e Ervas Daninhas realizou-se uma Mesa Redonda para debate do seguinte tema:

Temário: Prêcos de Aplicação — Mão de obra — Custo do Herbicida — Dificuldades de Importação — Aparelhagem — Possibilidade de Fabricação no Brasil.

A Mesa Redonda ficou assim constituída:

Coordenador: Dr. Alvaro Barcelos Fagundes; Secretário: Dr. Moysés Kramer; Expositores: Dr. Herval Dias de Souza — I.A.A. — E. Rio; Dr. Edgard Andrade — Blenco S/A. — D. Federal; Dr. José da Cruz Paixão — IEEA e ENA (U. Rural); Dra. Inoah de Aquino — Serrana S/A. — São Paulo; Dr. S. C. A. Torres — Imperial Chemical — S. P.; Dr. Gercino Carvalho — Cia. Shell — D. Federal; Dr. Mario Aragão — Dept. Endemias Rurais; Dr. Clovis Nery — E. Exp. Botucatu — S. P. e Dr. Afonso Malta — Volta Redonda.

Participaram desta mesa redonda mais de 50 técnicos, tendo feito explanação os seguintes:

- 1 — Agr. Herval Dias de Souza sobre preço de aplicação de herbicida em cultura de cana de açúcar no Est. do Rio.
- 2 — Agr. Eudes Souza Leão Pinto sobre o mesmo assunto em Pernambuco.
- 3 — Agr. Clovis Nery sobre preço de aplicação de Herbicida (Paulista).
- 4 — Agr. S. C. A. Torres, da Imperial do Brasil, sobre problemas de aplicação de herbicidas.
- 5 — Eng. Afonso Malta de Volta Redonda, sobre emprego do sulfato ferroso como herbicida e sua fabricação na Siderurgica de Volta Redonda.
- 6 — Agr. Gercino Carvalho, da Shell Limited, sobre possibilidades do emprego dos óleos como herbicidas.
- 7 — Agr. Liene Teixeira, do Inst. Agr. de Belo Horizonte, sobre a química dos herbicidas.
- 8 — Prof. Antonio Barreto, da ENA, sobre emprego do Sulfato Ferroso, etc.

(Continua na pág. 56)

Os serviços existentes no Brasil, com relação à Assistência Social Rural, são apenas de caráter pioneiro. Sua significação, nem por isto, deve ser subestimada, uma vez que, além dos trabalhos concretos e fecundos que podem apresentar, são eles também o instrumento experimental de que se vai servir a organização recentemente criada do Serviço Social Rural, cuja ação se fará sentir no campo próprio, em caráter de profundidade e fixação.

O serviço mais importante até aqui existente, é a Campanha Nacional de Educação Rural — CNER — subordinada ao Ministério da Educação e Cultura.

Visa a CNER assistir ao homem do campo, mediante uma "educação de base" ou "fundamental", segundo o planejamento da Unesco, no sentido de "proporcionar aos indivíduos e às comunidades um mínimo de conhecimentos teóricos e técnicos, indispensáveis a um nível de vida compatível com a dignidade humana e com os ideais democráticos, e porque, sem essa base, as atividades dos serviços especializados (médicos, sociais, agrícolas) não seriam plenamente eficazes".

Dentro desta finalidade, empenha-se a Campanha Nacional de Educação Rural, segundo os termos do seu próprio Regulamento, em "fornecer um mínimo de educação geral, ajudando crianças, adolescentes e adultos a compreenderem os problemas peculiares ao meio em que vivem, a formarem uma idéia exata de seus deveres e direitos individuais e cívicos, e a participarem eficazmente do progresso social e econômico da comunidade a que pertencem".

As atividades da CNER abrem-se num leque de trabalhos assim distribuídos: Missões Rurais, Centros Sociais de Comunidade, Campanhas Educacionais, Semanas Educativas, Centros de Treinamento de Líderes Rurais e de Professores e Auxiliares Rurais.

Estas diversas modalidades de serviços estão sistematizadas num esquema duplo, compreendendo dois itens gerais:

- 1) — As Missões Rurais;
- 2) — Os Centros de Comunidade.

DA MISSÃO RURAL

No III Congresso Nacional de Municípios, reunido em São Lou-

AÇÃO SOCIAL RURAL NO BRASIL

G. Mello Mourão

renço, em 1954, ficaram definidas e aprovadas as bases de funcionamento das Missões Rurais. Segundo o plano ali apresentado, a Missão Rural é uma equipe de educadores, especializados no conhecimento dos diferentes problemas que caracterizam a vida rural, e que procuram, no próprio local em que vive a família camponesa e onde esses problemas se situam, orientar os indivíduos e a comunidade, para lhes encontrar a solução e resolvê-los, ao mesmo tempo que incentivam a organização dessa comunidade, para formular, equacionar e resolver, pela sua própria iniciativa, os novos problemas que venham a surgir.

Para consecução dessa finalidade, a Missão Rural desenvolve o seu trabalho com os seguintes objetivos:

- a) — investigação e pesquisa das condições econômi-

cas, sociais e culturais do homem rural;

- b) — reconhecimento e preparação dos líderes das comunidades rurais, permitindo-lhes, assim, mais ampla e mais intensa participação nas diversas fases do programa educativo;
- c) — formação de grupos sociais primordiais (clubes, núcleos, etc.) para o estudo, a aprendizagem e a convivência social;
- d) — colaboração e apoio às instituições e aos serviços educativos existentes no meio rural e que visem ao bem comum;
- e) — preparação da mentalidade juvenil para as práticas agrícolas, como motivação à introdução de hábitos higiênicos, sociais e econômicos, e como incentivo do amor

Forjas de Campanha Portáteis

"Z. WERNECK" e "IDEAL"

Reforçadas — Eficientes — Garantidas



Engenho de Cana "VELOZ"

Manual de 3 rolos. — Indispensável ao pequeno lavrador



A VENDA NAS BOAS CASAS DE MAQUINAS E FERRAGENS

FABRICANTES:

Z. Werneck & Cia. Ltda.

Rua dos Arcos, 27

Tel.: 22-4031

RIO DE JANEIRO

- à terra e confiança no êxito do bom trabalho;
- f) — orientação das moças para as lides do lar e para o aproveitamento dos lares, num sentido econômico e cultural. através de cursos de artezanato, de recreação, popular, de economia doméstica, de indústrias rurais, etc.;
 - g) — contribuição para elevação do nível social, econômico e cultural da família rural pela criação de Centros Sociais de Comunidade, por iniciativa e responsabilidade das populações interessadas, de modo que cada comunidade tenha sua "casa do povo", onde encontre recursos e instrumentos para a aprendizagem e para a recreação sadia;
 - h) — orientação dos lavradores, organizados em grupos de trabalho por meio de demonstrações práticas de agricultura racional e dos métodos auxiliares de educação áudio-visual, bem como palestras, reuniões, seminários, círculos de estudos, etc.
 - i) — criação de uma mentalidade cooperativista, através de pequenos cursos, debates, trabalhos experimentais;
 - j) — amparo e estímulo às tradições locais, festejos populares, divertimentos outras manifestações do folclore;
 - k) — estímulo à organização e prática dos desportos pelas comunidades rurais.

4 — MÉTODOS DE AÇÃO DA MISSÃO RURAL

A característica fundamental da Missão Rural é o trabalho em equipe, isto é, a consciência de que o grupo de técnicos constitui uma unidade de ação para um único objetivo — elevação dos padrões culturais das comunidades junto de que agem. Esses técnicos — agrônomo, assistente social, enfermeira, médico, operador cinematográfico, professores de artes e indústrias rurais, de economia doméstica, de recreação, etc. — embora especializados na aplicação de suas técnicas profissionais, colaboram intimamen-

te uns com os outros, quer na organização dos planos de trabalho, de modo que todos visem simultaneamente os mesmos problemas, quer dando sua participação individual ao trabalho específico que cada um dos outros realiza.

Assim é que se o agrônomo, por exemplo, sugere uma campanha pelo desenvolvimento da horticultura, o assunto é debatido e planejado por toda a equipe de modo que a atividade educativa se movimenta em torno desse problema: — a assistente social encaminha os grupos e clubes para o estudo da questão, em conversas e debates; os educadores sanitários (médicos e enfermeira) organizam palestras, pequenos cursos e demonstrações a respeito do problema alimentar, focalizando sempre a importância das hortaliças na dieta; a recreadora estimula e sugere diversões em que se valorizam as frutas e os legumes; a agente de economia doméstica ensina a bem aproveitar as propriedades nutritivas dos produtos hortícolas, pelo trato das hortas, preparo adequado e pela boa apresentação, mostrando as técnicas de sua conservação; projeta e se filma sobre técnicas de horticultura, regime alimentar, fabrico de conservas, etc.; o agrônomo, enfim, assume a supervisão das técnicas de formação e trato das hortas. Em suma a horta constituirá a motivação central do trabalho conjunto de todo o grupo. A mesma tática se observa com referência a qualquer programa agrícola, sanitário, social etc.

Para conseguir esse espírito de equipe, os trabalhadores da Missão Rural devem ser selecionados e treinados, o que se faz em cursos intensivos, durante 60 dias, em regime de internato, nos Centros Regionais de Treinamento de Educadores de Base, que a CNER vem mantendo em Pinhal (São Paulo), Cruz das Almas (Bahia) e Florestal (Minas Gerais), nos quais são ministrados as seguintes disciplinas: Sociologia Rural, Geografia Agrícola, Higiene Rural e Educação Sanitária, Extensão Agrícola, Cooperativismo, Serviço Social de Grupo de Organização de Comunidade, Psicologia Educacional e Pedagogia Rural.

É finalidade dos cursos, não somente informar cada técnico a respeito dos métodos e obje-

tivos de trabalho de seus companheiros, como fornecer-lhe orientação e, sobretudo, habituá-lo ao trabalho em equipe e desenvolver o espírito ruralista, no sentido da exata compreensão humana do camponês, vivendo-se e sentindo-se os seus padrões de vida e tomando contacto com suas reações diante dos fenômenos ambientais, pois simultaneamente às preleções informativas, aos debates em círculos de estudos e seminários, realizam os técnicos, durante o curso, trabalhos de campo, supervisionados por professores e monitores, de modo a cumprir um rápido programa experimental de técnica de Missão Rural junto às comunidades vizinhas ao Centro de Treinamento.

Após esse estágio de seleção, organiza-se a equipe, atribuindo-se-lhe a área de trabalho, geralmente um município, em cuja sede se aloja. A área sofre uma investigação preliminar, pelo Setor de Estudos e Pesquisas da CNER, que fornece os resultados à Missão Rural. Esta examina cada um dos grupos de vizinhança e, entre eles seleciona aqueles que lhe pareçam mais adequados ao trabalho. Impõe-se esta seleção, porque a equipe não pode agir eficazmente sobre um número excessivo de comunidades e tem de limitar o seu campo de ação às possibilidades, da mesma forma que uma classe escolar tem de estabelecer um limite de matrículas. De fato, demonstra a experiência que o trabalho educativo, para produzir bons resultados, exige duas visitas semanais a cada grupo, não devendo cada visita demorar menos de duas horas, exclusivas do transporte. Como a equipe dá dois turnos obrigatórios de trabalho de campo e como o dia de domingo tem de estar livre para trabalhos eventuais, são doze turnos de visitas, o que limita a seis (no máximo) as comunidades a serem edificamente trabalhadas, embora o número ótimo seja cinco, de modo a deixar horário para reuniões de estudo, revisão e planejamento. Depois que o processo educativo se vai desenvolvendo e as pequenas comunidades rurais começam a organizar e fazer funcionar os seus grupos de ação a equipe pode reduzir seu trabalho à supervisão dos núcleos e de seus líderes, dispondo, assim, de tempo para agir junto a outras comunidades.

FISCHER S. A.

(COMÉRCIO, INDÚSTRIA E AGRICULTURA)

Rio de Janeiro — São Paulo — Santos — Buenos Aires

Exportação de Laranjas, Bananas e Abacaxis

Casa de Embalagem em Americana (SP)

Plantações de fruta cítrica

Fazendas Moinho Azul e Moinho Verde

Americana e Limeira (SP)

Em cada comunidade, realiza a equipe um levantamento social, quer dizer, investiga as condições de vida locais, através de um inquérito informal, em visitas sucessivas, auscultando cada técnico, isoladamente ou em reuniões de grupo, os indivíduos, e as famílias, sobre os problemas e dificuldades que os preocupam. Anotados cuidadosamente os informes obtidos, são eles comentados, discutidos, controlados de modo a fornecerem elementos para o diagnóstico social da comunidade, e elabora-se um relatório, em que se analisa a comunidade em todos os seus aspectos — geografia, economia, saúde, vida doméstica, relações de vizinhança, costumes, tradições, história local, folclore, religiosidade — pois, do solo até o espírito, tudo tem de ser pesquisado e compreendido.

Dessa análise é que surge o diagnóstico dos problemas fundamentais, discriminados e expostos numa seqüência natural de sua importância sócio-econômica. Dentre eles, faz a equipe uma dupla seleção. De início distingue os que podem ser resolvidos pela ação direta da

comunidade e os que incumbem à administração, por sobreexcederem a força realizadora da ação local. Os problemas administrativos irão constituir assunto de debate, no sentido de serem encaminhados aos poderes públicos, ou diretamente ou por meio dos representantes naturais da comunidade e com a colaboração da Missão e dos órgãos diretivos da CNER. Os outros (e estes são os mais numerosos) constituirão a motivação do trabalho de Missão Rural. Esta seleção é imperativa, pois os "grandes problemas" não podem ser atacados no programa educativo da Missão, devendo-se considerar especialmente os chamados "pequenos problemas". Sendo o objetivo do trabalho orientar a comunidade na solução das deficiências locais, usando os próprios recursos e criando o espírito de iniciativa, esses grandes problemas, cuja execução é dispendiosa ou excessivamente demorada, acima dos recursos do grupo, são discutidos, com o propósito de encaminhá-los aos órgãos administrativos, formando, assim, o hábito de estudar os problemas co-

letivos e esclarecendo os direitos das populações de reclamarem benefícios do poder público. A força de atuação da Missão Rural, porém, tem de concentrar-se nas "pequenas coisas", questões as mais gerais, de que não cuidam os administradores e que podem ser decididas pela iniciativa local. Se o abastecimento de água exige a construção de um açude, o assunto será levado ao conhecimento da administração, mas se se trata de abrir poços ou cisternas, ou de regularizar uma fonte, mobiliza-se a própria comunidade.

Depois dessa primeira seleção, fixados e delimitados os escopos a atingir, faz-se a segunda escolha, classificando-se os diversos problemas de acordo com a sua prioridade, de modo a serem atingidas e superadas aquelas deficiências fundamentais, cuja solução irá ensejar condições para trabalhos ulteriores, ou aquelas que mais intensamente preocupam os rurícolas.

Essa pesquisa leva ao planejamento geral do trabalho, planejamento que constitui, na realidade, um esquema e um roteiro

ro, pois tem de ser extremamente flexível, de modo a atender a novas condições que o próprio trabalho venha a criar. Neste planejamento, cada técnico toma a seu cargo as questões que lhe são especialmente afetas, e das quais se constitui o supervisor, pois todo o serviço tem de estar entrosado, de modo que o processo da recuperação do camponês não se sente sob aspectos particulares — da economia, da saúde, da educação — mas em globo, como a realidade a apresenta, em interdependência íntima, condicionada a elevação econômica pela melhoria de saúde e da educação e, vice-versa, dependentes os mais altos padrões de saúde, da base econômica e da valorização educacional. A questão de saber se este ou aquele setor é mais ou menos importante é um problema inteiramente fora das cogitações da Missão Rural, que encara o homem como uma personalidade indivisível, cujas necessidades todas têm de ser consideradas simultaneamente, pois o seu objetivo é a recuperação do homem rural, pela elevação de suas condições de vida, o que se tem de fazer por etapas, mas integralmente, obtendo-se sempre uma melhoria, pequena que seja, mas em todo o seu status, e firmando-se nessa base para obter condições favoráveis e novos progressos. A Missão Rural considera a educação nos seu conceito mais alto — preparação para a vida — e, assim, tem de levar na mesma conta todos os aspectos com a que a vida se apresenta.

Estabelecido o planejamento, programa-se o horário do serviço, de modo que cada comunidade seja visitada duas vezes por semana, de preferência uma vez pela manhã e outra à tarde. Durante a visita, já estabelecidos os laços de confiança e cordialidade pelos contactos anteriores entre a equipe e a família rural, inicia-se o trabalho de organização da comunidade, objetivo primordial da Missão Rural. Utilizando as técnicas do Serviço Social de Grupo, todas as conversas são encaminhadas no sentido da formação dos núcleos primordiais, buscando agrupar homens, senhoras, moças, meninos ou meninas, para debaterem algum problema ou algum interesse comum. Logo que há certa mobilização, promove-se uma exibição de cinema educativo, encarregados os

elementos mais entusiastas da comunidade de fazerem os convites e adaptarem o local (quase sempre a céu aberto). Os filmes são selecionados em função do problema a atacar (conservação da saúde, fertilização do solo, deveres sociais, etc., além de filmes recreativos); o técnico comenta o filme, explica-o ajustando-o ao centro de interesses do grupo; ao final, há sempre uma turma de interessados, para os quais se programa uma reunião no horário de visita da equipe.

Dessa reunião, sai a idéia da organização de um clube; dias sucessivos, é a questão debatida; aparecem no debate, os líderes naturais; processa-se a eleição de uma diretoria (presidente, secretário, tesoureiro); fixam-se as contribuições; planeja-se um trabalho a executar. A equipe da Missão Rural está presente, mas se retrai o mais que pode, deixando a iniciativa e a direção aos membros da comunidade e limitando-se a estimular a supervisionar. Surge a necessidade do local para reuniões e, alugada ou cedida, obtém-se uma sala. Os vários clubes se associam nessa tarefa, e, enquanto os homens cuidam da reforma e adaptação da casa, as moças planejam e executam leilões, fabricam-se móveis rústicos, adornam-se as paredes, fazem-se repositórios. A equipe orienta e ensina, colaborando para a boa execução desses trabalhos. Durante todo período de formação e organização dos clubes, período que pode ser mais ou menos longo conforme a receptividade do grupo, a equipe vai realizando suas demonstrações — com os lavradores sobre práticas agrícolas, construção de fossas sanitárias, captação de água, com as senhoras, sobre arranjos do lar, cuidados com os filhos, preparo dos alimentos; com as moças, sobre corte e costura, fabrico de objetos de uso doméstico ou pessoal; com as crianças, na escola e fora dela, em atividades de classe (junto à professora local) ou extraclasses.

Seria um nunca acabar, se fôssemos enumerar todas as pequenas coisas que a vida apresenta e que a Missão Rural contribui para melhorar. Basta dizer que não há assunto que escape ao interesse do trabalho, não há problemas pequenos, pois tudo interessa, já que tudo diz respeito à vida do rurícola.

5 — RESULTADOS OBTIDOS

A CNER iniciou o seu programa de ação, em 1952, com prudência, buscando experimentar as técnicas e ajustar os técnicos. Não tem havido precipitação. Procuram-se acordos com entidades e instituições que já viessem atuando no meio rural, associando-as ao trabalho e utilizando as suas anteriores experiências. Nem tudo tem dado certo, é verdade, erros têm sido cometidos e insucessos têm-se verificado. Mas o volume de resultados obtidos demonstra que a técnica de Missão Rural produz frutos e conduz e o homem rural a uma melhor compreensão dos seus problemas, desperta-lhe o espírito de iniciativa, melhorando a sua capacidade produtiva e elevando os seus padrões de vida. Estão em funcionamento as Missões Rurais de Osório e Alegrete (Rio Grande do Sul), Paraíba do Sul (Rio de Janeiro), Januária (Minas Gerais), Cruz das Almas, Serinha e Feira de Santana (Bahia), Pinhal (São Paulo), Palmeira dos Índios (Alagoas), Sobral (Ceará), em diferentes regiões do país, de modo a proporcionar, em diversas condições, elementos comprovadores de sua eficiência.

Que conclusões fundamentais pode dar-nos o trabalho já apurado? Enumerar cada uma das Missões e analisar os seus efeitos é empresa de alto porte e que demandaria mais espaço que o limitado por esta tese. Citar um que outro exemplo, não nos daria uma impressão real do que se vem fazendo e seria injustiça para os que não fôssem referidos. Expor números não seria um bom método, pois o trabalho educativo é daqueles que nem sempre pode ser medido, devendo, antes, ser sentido e compreendido. Que adiantaria dizer, por exemplo, que no município de Osório há tantos clubes agrícolas e tantos pelotões de saúde, se esse número não nos informa do espírito que anima cada uma dessas instituições?

Melhor será, talvez, um depoimento pessoal, sem discriminação, abertos que estão os trabalhos à vista e à comprovação dos interessados.

Em consequência do trabalho educativo realizado pela Missão Rural, observa-se completa modificação no espírito do camponês. Habitando-se, através de

pequenas experiências, a ensaiar novos métodos de trabalho, outras formas de vida, maneiras diferentes de pensar, comprovando os benéficos efeitos das inovações que vai praticando, conseguindo aquela oportunidade de relações humanas com pessoas de outro padrão cultural, o camponês supera o espírito de rotina, passa a confiar na sua própria iniciativa e, tendo vencido dificuldades que lhe pareciam insuperáveis, conquista a autoconfiança. A vida social assume novo aspecto; os clubes — embriões do Centro Social de Comunidade — recebem os diferentes grupos, que ora realizam um trabalho conjunto, ora frequentam pequenos cursos de aprendizagem, ora escutam palestras dos técnicos da Missão ou de outras instituições, ora discutem e planejam assuntos do seu interesse. Por força dessas oportunidades, modifica-se a paisagem humana, transforma-se a paisagem física.

A agricultura assume uma nova feição; utilizam-se, à medida que chegam os recursos máquinas agrícolas; ensaiam-se novas culturas e modernizam-se e ampliam-se as que estavam decadentes; fabrica-se o adubo orgânico e aprende-se a sua boa utilização; começa-se a combater a erosão; pratica-se a rotação de culturas; cuida-se da criação de animais sob os ensinamentos da técnica; combatem-se as pragas e os insetos daninhos; seguem-se os preceitos da defesa sanitária vegetal e animal; vai-se substituindo, através de demonstrações e experiências, o uso da enxada pelo arado e pelo cultivador, como passo inicial para a mecanização. O cultivo extensivo da batata e do tomate, em Osório; as lavouras de hortaliças, a adubação generalizada, a correção no cultivo do fumo, em Cruz das Almas; a campanha pela silvicultura e o reflorestamento, em Paraíba do Sul; a racionalização do plantio do milho, pelo alinhamento e espaçamento adequados, em Serrinha; a vitória sobre o curuquerê, em Palmeiras dos Índios; a intensificação da pomicultura (laranjeiras, mamoeiros e coqueiros), em Feira de Santana; para só referir resultados definitivos de Missões que completaram um ano de atividade, bastam para demonstrar a profundidade e extensão da recuperação econômica.

Se avaliarmos o setor médi-

CAÇA E PESCA

Antonio Miguel Scolari

ARMAS E MUNIÇÕES

Rua Luís de Camões, 110
RIO



Carabinas e chumbo para ar comprimido.

Canções e carretilhas para pesca.

Cartuchos e espingardas nacionais e estrangeiras.

co-sanitário, comprovaremos a larga disseminação de privadas higiênicas ao lado de cada casa de campônio, construída por sua iniciativa e utilizadas na certeza de que, assim, se evita a verminose; os pequenos mananciais de água potável estão protegidos, cisternas e poços são abertos, famílias e famílias adquirem o hábito de ferver a água, enquanto outras, com mais recursos, usam o filtro; os pátios e terreiros estão livres do lixo (usado nas pilhas de adubo orgânico); faz-se a vacinação antivaríola, antitífica e pelo BCG; abrem-se janelas nos quartos de dormir; começam a ser vencidos os tabus alimentares; acostumam-se a procurar, confiantes, o Centro de Saúde e o Hospital, esclarecidos sobre os benefícios da boa assistência médica; as parteiras curiosas, orientadas e informadas, já se apercebem dos preceitos da higiene, fazem uma assepsia rudimentar, realizam um correto penso umbilical, aplicam o nitrato de prata nos olhos do recém-nascido, dão o banho com acerto; os cursos de puericultura, de noivas, de mãezinhas, têm fornecido um esclarecimen-

to seguro sobre o cuidado com a criança, a amamentação materna passa a ser habitual, o berço infantil, construído de material rústico, acessível a todos, começa a tornar-se peça obrigatória do mobiliário — e já se percebe que as crianças assim cuidadas vivem sadiamente e que a mortalidade infantil, nessas comunidades começa a declinar.

A escolinha da roça, animada e ajudada a professora (que sempre viveu abandonada a si mesma), cria um novo elan e retira da equipe toda a colaboração possível; fazem-se palestras e demonstrações, dentro do currículo ou nos intervalos; organizam-se clubes agrícolas e pelotões de saúde, cultiva-se a horta, faz-se a experiência da sopa escolar; começam-se pequenos projetos de artes manuais; faz-se a boa recreação, em rodas, canções, dramatizações diversas, teatrinhos de fantoches (preparados os bonecos pelas mesmas crianças); os cursinhos de costuras e bordados observem o interesse e o entusiasmo das garotas — a escola começa a viver e atrair a criança.

O ambiente reflete o novo con-

ceito de vida. Os mais pobres buscam esforçar-se por melhorar a casa e consertam uma parede, abrem uma janela, fabricam um móvel (a equipe mantém cursos de fabricação de móveis rústicos), caíam a casa; enquanto os menos desprovidos de meios, iniciam obras de reconstrução, e as novas casas se fazem com mais higiene e mais conforto, tendo um fogão, um banheiro, uma latrina; a preocupação pela limpeza e pelo bem estar vai surgindo e os quadros e os jarros de flores vão adornando o lar; no quintal cultivava-se a horta, à frente da casa plantam-se flores. As jovens aprendem a fazer os utensílios e os adornos domésticos, com arame, contas, fibras, pedaços de madeira, tampas de garrafa, usando toda essa porção de coisas inúteis que a arte feminina sabe transformar em beleza, e surgem os centros de mesa, os tapetes e capachos, as toalhas e porta-toalhas, os paninhos para o pote ou para o moringue, as cestas de ovos, as peneiras, as bolsas, frutos do trabalho, cujas sobras começam a ser levadas ao mercado, dando, assim um sentido econômico aos lazeres.

A família é valorizada como elemento fundamental da vida social, regularizam-se e legalizam-se situações conjugais, cria-se a consciência da necessidade do registro civil. Suavemente, através da recreação e dos desportos, vai-se atacando o grave problema do jôgo e da bebedeira.

Isto é o que nos mostra um pouco mais de doze meses de ação educativa. Mas o que sobrepõe a tudo o que realmente impressiona a quem se habituou a tratar com o nosso camponês, é o novo espírito que nele desperta. Nas comunidades onde vem agindo uma Missão Rural, já não é aplicável a imagem do jecatati, a retrucar sempre que "não paga a pena". A gente rural está aprendendo a encarar de frente os seus problemas, e a resolvê-los com proveito. E, na verdade, confortador, ver os rurícolas — homens, mulheres, crianças — organizados em grupos, discutindo com espírito crítico e entusiasmo, debatendo questões de interesse imediato, mas também preocupados com os problemas gerais da coletividade — a construção de igreja, o ajardinamento da praça, a abertura de uma estrada de rodagem. O que entusiasma é sentir que se rompe aquela cros-

ta de pessimismo e desalento com que se costuma apresentar o camponês, e descobrir o homem novo, que se costuma apresentar o camponês, e descobrir o homem novo, que se revela descontente com a vida de miséria e desconforto, palpitando de anseios de progressos, pronto a arriscar-se para melhorar, se quisoso por aprender, olhando para as novas iniciativas com o desejo de experimentá-las, e experimentando-as.

Vem-me a vontade de transcrever, aqui, episódios sem conta, depoimentos inúmeros, manifestações incontáveis desse espírito que tenho observado em visita aos diversos trabalhos de Missões Rurais. Os limites desta tese me impedem de expô-los, pois começar seria não chegar ao fim.

6 — CONCLUSÕES

- 1 — O homem rural não encontra elementos para os contactos humanos, que ensejam condições para a educação informal.
- 2 — A escola primária, com sua atual orientação, seus métodos e seus programas, é inadequada à zona rural.
- 3 — Dirigindo-se somente às crianças, a escola primária é insuficiente para as necessidades educativas da comunidade rural.
- 4 — A comunidade rural precisa de elementos educadores que atendam a crianças, adolescentes e adultos, fornecendo-lhes meios para a melhoria de seus padrões culturais.
- 5 — A Missão Rural, pela sua técnica e pelos seus objetivos, atende a esta necessidade.
- 6 — As experiências de Missão Rural realizadas no Brasil, demonstram que se pode conseguir essa melhoria das condições de vida do camponês, aumentando-lhe a capacidade econômica, despertando-lhe a capacidade de iniciativa e fornecendo-lhe padrões mais altos de vida, no lar e na sociedade.
- 7 — O trabalho de Missão Rural, exigindo uma metodologia especial e uma unidade de orientação, deve ser dirigido e supervi-

sionado por um órgão central, na dependência do Ministério da Educação e Cultura.

- 8 — Deve-se ampliar o campo de ação da Campanha Nacional de Educação Rural, de modo a se instalem Missões Rurais em todos os Estados e em todos os municípios que ofereçam condições técnicas para esse tipo de trabalho educativo.
- 9 — O Governo Federal deve destinar maiores recursos orçamentários à Campanha Nacional de Educação Rural.
- 10 — Os Governos Estaduais devem reservar uma parcela de suas dotações para fins educacionais, ao serviço de educação rural, em convênio com a CNER.
- 11 — Recomenda-se às administrações municipais que procurem realizar convênios com a Campanha Nacional de Educação Rural, com o objetivo de instalar, em cada município, uma Missão Rural, constituindo essa iniciativa um dos mais legítimos benefícios de ordem rural, e boa aplicação da cota-parte do imposto de renda atribuída ao Município.

CENTROS DE COMUNIDADE

Enquanto as Missões Rurais atuam, assim, como instrumento de penetração da CNER, os Centros de Comunidade promovem a fixação dos serviços de educação e assistência.

Os Centros de Comunidade operam sob diversas formas, como:

- a) — Centros Regionais de Educadores de Base;
- b) — Centros de Treinamento de Professores e Auxiliares Rurais;
- c) — Centros Sociais de Comunidade;
- d) — Orientação de Líderes Locais;
- e) — Centro de Treinamento de Cooperativismo;
- f) — Patrocínio de Conferências, Congressos e similares.

No sentido de oferecer possi-

bilidade de aperfeiçoamento a líderes rurais e técnicos, a CNER mantém um sistema de bolsas de estudo, bem como um programa progressivo de publicações, que possam dar a esses elementos acesso fácil ao conhecimento atualizado dos problemas de interesse da vida rural.

Atendendo, ainda, às necessidades de maior extensão de sua política de soerguimento do homem do campo, a CNER mantém acordos com terceiros, especialmente, paróquias e bispos para a execução de seus serviços específicos.

A constituição dos Centros de Comunidade é formada pelo mesmo elemento humano exigido para o estabelecimento de uma Missão Rural, a saber:

- 1 médico,
- 1 agrônomo,
- 1 assistente social,
- 1 enfermeira,
- 1 técnica em recreação,
- 1 agente de economia doméstica,
- 1 motorista.

As atribuições de cada um desses elementos são as que constam das folhas mimeografadas anexas ao presente resumo.

LOCALIZAÇÃO E EXTENSÃO ATUAL DOS TRABALHOS DE MISSÕES E CENTROS DE COMUNIDADE RURAL

Segundo as técnicas de Educação de Base aplicadas pelos técnicos em seu trabalho de equipe, têm sido instituídas todas as motivações necessárias ao desenvolvimento do trabalho educativo, isto é: clubes agrícolas, para crianças, adolescentes e adultos, com demonstrações das práticas racionais da agricultura, lavouras demonstrativas, pomares demonstrativos, clubes de lavradores, caixas de socorros de urgência, centros de enfermagem, cursos de puericultura, pelotões de saúde, cursos de Educação Social, centros de reuniões pedagógicas, orientação e colaboração às escolas, associações de pais e mestres, caixas escolares, etc., clubes femininos, com cursos de corte e costura, trabalhos manuais, alimentação e culinária, enfermagem doméstica, recreação, artesanato e indústrias domésticas e rurais, ensinamentos cívicos e democráticos, etc.; centros sociais rurais de comunidade, se-

manas de estudo, entrosamento e articulação com as entidades oficiais e particulares, etc.

As MISSÕES acham-se localizadas nos seguintes municípios:

PALMEIRA DOS INDIOS, (Estado de Alagoas), atuando nas comunidades de Cacimbinhas, Colônia, Igaci, Canafistula e Palmeira de Fora.

CRUZ DAS ALMAS, (Estado da Bahia), atuando nas comunidades de Araçá, Santa Terezinha, Sapucaia, Páu Mulatinho, Taboleiro da Vitória, Aldeia, Chapada, Poções, Cadete, Três Bocas, Tuá, Velame, Bebe Agua, Tapera, Embira.

FEIRA DE SANTANA, (Estado da Bahia), atuando nas comunidades de Pé de Serra, Sobradinho, Boa Vista, Gameleira, Olhos D'água, Maria Quitéria, Matinhos e Pacatã.

SERRINHA, (Estado da Bahia), atuando nas comunidades de Retiro, Chapada, Bela Vista, e Tanque Grande.

MISSÕES em instalação no Estado da Bahia:

JEQUIÊ e PIAU, BARREIROS e ANGICAL, SEABRA, SENHOR DO BOMFIN.

ITAPAGÊ e BATURITÉ, (Estado do Ceará), atuando nas comunidades de Santa Luzia, Cruz, Soledade, Itapagé, Uruburetama, Pacoti, Guaramiranga, Apucarês, Itapipoca.

SOBRAL, (Estado do Ceará), atuando nas comunidades de Monte Castelo, Pedrinha, Cidao, Coração de Jesus, Patrocínio, Estação, Fortaleza, Saúde.

BACABAL, (Estado do Maranhão),

VARGINHA, (Estado de Minas Gerais), atuando nas comunidades de Anta, Vargem Grande, Mata da Onça, Remanso, Bela Vista, Pedra Negra.

JANUARIA, (Estado de Minas Gerais), atuando nas comunidades de Brejo do Amparo, Bela Vis-

ta, Levinópolis, São José do Patrocínio.

MISSÃO em instalação no Estado de Minas Gerais:

SÃO JOÃO DEL-REI.

PARAÍBA DO SUL, (Estado do Rio de Janeiro), atuando nas comunidades de Inconfidência, Queima-Sangue, Cavarú, Werneck.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, (Estado do Rio de Janeiro), atuando nas comunidades de Santa Cruz, Valverde, Boa Vista, Contendas, Jaguará, Córrego Sujo, Tristão Câmara, Posu, Parada Moreli.

NISIA FLORESTA, (Estado do Rio Grande do Norte), atuando nas comunidades de Pirangi e Alcaçuz.

OSÓRIO, (Estado do Rio Grande do Sul), atuando nas comunidades de Morro Azul, Maquiné, Costa, Aguapé, Encruzilhada, Marquês de Herval.

ALEGRETE, (Estado do Rio Grande do Sul), atuando nas comunidades de Encruzilhada, Vasco Alves, Pinheiros, Passo Novo.

MISSÕES em instalação no Estado do Rio Grande do Sul:

TORRES, abrangendo 4 distritos.

SANTO ANTÔNIO, abrangendo 7 distritos.

GRAVATAÍ, abrangendo 3 distritos.

VIAMÃO, abrangendo 2 distritos.

PINHAL, (Estado de S. Paulo), atuando nas comunidades de Jaguaribe, Santa Luzia, Fazenda da Glória, Parque Municipal, Santa Maria, Areia Branca.

MISSÃO em instalação no Estado de São Paulo:

BIRIGUI, atuando em toda a zona rural do município.

CENTROS SOCIAIS DE COMUNIDADE

Os Centros Sociais de Comunidade são organizados em caráter permanente pelas próprias comunidades, orientadas pelos

técnicos da Campanha com o fim de promover o bem comum por meio de alguns processos de Missão quando não se possa contar com esta no local ou quando a Missão se dispuser a deslocar-se, considerando a comunidade suficientemente preparada para desenvolver o seu auto-governo.

Além daqueles, portanto, que as Missões, estão organizando como corolário do seu trabalho de penetração educativa nas zonas rurais, há a enumerar os que foram promovidos isoladamente nas seguintes comunidades:

SOBRAL, (Estado do Ceará),
Centros localizados nas comunidades de UBAJARA, TAPERUABA, SANTANA DO ARACARAÚ, IBIAPINA, COREAU, MERUOCA.

CAUCÁCIA, (Estado do Ceará),
ITAPAGÊ, (Estado do Ceará),
APUIARÊS, (Estado do Ceará),
ITAPIPOCA, (Estado do Ceará),
CAPUAN, (Estado do Ceará),
PETROLINA, (Estado de Pernambuco),

10 Centros no Estado do Rio Grande do Norte,

SÃO PAULO DO POTENGI DO NORTE, **ITARETAMA**, **PEDRO VELHO**, **SÃO RAFAEL**, **SANTANA DE MATTOS**, **TOUROS**, **SÃO JOSÉ DO MIPIBÚ**, **CANGUARETAMA**, **SÃO TOMÉ**, **STA. CRUZ**, **NOVA CRUZ**; Sub-centros em **LAGES PINTADA** e **CAMPO REDONDO**.

ITARETAMA, (Estado do Rio Grande do Norte),
Centros em organização no Rio Grande do Norte: 14 em diversos municípios.

JARRAGUA, (Estado de S. Paulo), em organização.
17 Centros localizados em **TUPINIQUEINS**, **JARAÇATIA**, **MIRACATU**, **JUQUIA**, **APIAI**, **MORRO AGUDO**, **BARRA DO CHAPEU**, **IPO-RANGA**, **RIBEIRA**, **ANA DIAS**, **MARANDUBA**, **PERUIBE**, **BIGUA**, **SETE BARRAS**, **ITUPAMIRIM**, **MUSACEA**, **TRÊS IRMÃOS**.

CENTROS DE TREINAMENTO DE PROFESSORES E DE AUXILIARES RURAIS

A CNER visa, com esta espécie de treinamento, em caráter

prático preparar os professores rurais a fim de que possam colaborar nos objetivos da Educação de Base, aperfeiçoando-os nas suas atribuições pedagógicas junto às escolas e orientando-os para o papel que lhes cabe de liderança social junto às comunidades. Também prepara, nestes cursos, elementos com certa base cultural para o auxílio dos trabalhos das equipes ou dos Centros Sociais de Comunidade (Auxiliares Rurais).

A CNER tem realizado cursos desta natureza nos seguintes Centros:

PALMEIRA DOS ÍNDIOS, (Estado de Alagoas),
MESSEJANA, (Estado do Ceará),
COROATA, (Estado do Maranhão),
BETIM, (Estado de Minas Gerais, Fazenda Rosário),
DIAMANTINA, (Estado de Minas Gerais),
PARÁ DE MINAS, (Estado de Minas Gerais),
VIÇOSA, (Estado de Minas Gerais),
PIRAPORA, (Estado de Minas Gerais),

TEÓFILO OTONI, (Estado de Minas Gerais),
(estes Centros de Treinamento de Professores Rurais localizados no Estado de Minas Gerais foram organizados pela Secretaria de Educação daquele Estado e recebem a colaboração da Campanha).

NATAL, (Estado do Rio Grande do Norte),
1 Centro localizado na Fazenda Ponta Negra.

OSÓRIO, (Estado do Rio Grande do Sul),
1 Centro em instalação.

SANTA MARIA, (Estado do Rio Grande do Sul),
1 Centro em instalação.

CRUZ DAS ALMAS, (Estado da Bahia),
1 Centro em instalação.

CENTROS DE TREINAMENTO DE COOPERATIVISMO DE JOVENS LOCAIS

Estes Centros têm por objetivo educar os moços dentro do regime cooperativista, incutindo-

do-lhes o amor à terra, e o interesse em fixarem-se na zona rural pela exploração econômica dos recursos naturais das regiões onde vivem. Os jovens são reunidos em sua fazenda, após seleção cuidadosa, entre aqueles habituados à vida do campo e ainda não contaminados pela influência negativa dos grandes centros. Seu trabalho é desenvolvido na fazenda, não como alunos, mas como membros de uma cooperativa por eles organizada e dirigida. São educados tanto no que respeita à lavoura, às indústrias e à economia, como também em assuntos de cultura geral. O Centro visa, com o referido treinamento e suas práticas, a melhoria dos processos agrícolas regionais, através de "Projetos" a serem realizados pelos jovens, tais como: cultura de mil pés de tomates, criação de quinhentas galinhas, engorda de vinte porcos, cultura de tantos hectares de milho, de feijão, de batata, etc. Não há perigo de aprendizagem rigorosamente determinado. À medida que os cooperados forem terminando os "Projetos" estabelecidos, irão egressando do Centro. Um mesmo cooperado pode realizar mais de um "Projeto", segundo suas possibilidades. A renda do trabalho é dividida em três partes iguais: uma é creditada na Caixa Econômica em favor do cooperado; outra pagará o gasto do "Projeto"; e a terceira é entregue ao jovem para que experimente a satisfação de dispor de dinheiro ganho com o seu trabalho. Os egressos são acompanhados pelos Centros. Os que vivem na região e cujos pais tenham terras, poderão trabalhá-las financeiramente ligados à Cooperativa do Centro. Os demais serão concentrados em diversas regiões do país a fim de, em núcleos desenvolverem atividades agrícolas e pastoris e instalarem cooperativas nos moldes da que funciona no Centro.

A Campanha Nacional de Educação Rural está começando a desenvolver esta espécie de Centros. Estão pois, sendo instalados os seguintes:

PARÁ DE MINAS, Fazenda Florestal, (Estado de Minas Gerais),

AVARÉ, (Estado de São Paulo).

SANTA MARIA, (Estado do Rio Grande do Sul).

ILHABELA, Barreiros, (Estado de São Paulo).

CENTROS DE ORIENTAÇÃO DE LÍDERES LOCAIS

São Centros que se destinam ao preparo da comunidade em geral especialmente da juventude masculina e feminina, segundo seus interesses. Estes Centros muito ajudam na preparação e no aproveitamento dos líderes comunitários para o papel que lhes cabe de liderança local na irradiação dos trabalhos de Missões e de Centros Sociais de Comunidade, visando levantar o padrão de vida das populações. A Campanha realiza os seguintes:

BARRA, (Estado da Bahia)

MESSEJANA, (Estado do Ceará)

FORTALEZA, (Estado do Ceará) — 10 Centros localizados nos subúrbios, em colaboração com a Prefeitura Municipal.

SANTOS, (Estado de São Paulo) — preparação de jovens líderes procedentes de todos os municípios do Litoral Paulista.

SOBRAL, (Estado do Ceará).

CENTROS DE TREINAMENTO DE EDUCADORES DE BASE

A Campanha realiza o treinamento dos seus técnicos em Educação de Base através de cursos de alto padrão didático e prático. Esses técnicos se destinam ao trabalho de chefia, planejamento e orientação das atividades da Campanha, seja no "staff" central, seja nas localidades em que se desenvolvem as Missões, os Centros Sociais de Comunidade e as demais atividades. Os referidos técnicos são profissionais titulados de acordo com a natureza dos trabalhos da Campanha: médicos, agrônomos, assistentes sociais, enfermeiras, etc. Os Centros de Treinamento de Educadores de Base da Campanha Nacional de Educação Rural são de caráter regional e se acham localizados nos seguintes municípios:

CRUZ DAS ALMAS, (Estado da Bahia).

PARA DE MINAS — Florestal, (Estado de Minas Gerais).

PINHAL, (Estado de São Paulo).

OSÓRIO, (Estado do Rio Grande do Sul), em instalação.

PESQUISAS E ESTUDOS ESPECÍFICOS PARA LEVANTAMENTO DOS MUNICÍPIOS E PARA CONSTATAÇÃO DO RESULTADO DAS TÉCNICAS APLICADAS

Trata-se de atividades de setor especializado da Campanha, com a aplicação da técnica de pesquisa Geo-Antropo-Sociológica, visando coletar os dados essenciais para estudo e planejamento dos trabalhos a serem realizados nos municípios e, ainda, para a constatação periódica dos resultados dos trabalhos e das técnicas aplicadas. A Campanha tem realizado atividades com os referidos objetivos nos seguintes municípios:

PALMEIRA DOS ÍNDIOS, **SANTANA DO IPANEMA** e **ARAPIRACA**, no Estado de Alagoas.

CRUZ DAS ALMAS, **FEIRA DE SANTANA** e **SERRINHA**, no Estado da Bahia.

PACOTÍ, **GUARAMIRANGA**, **APIARÉS**, **ITAPAGÉ** e **ITAPOICA**, no Estado do Ceará.

SANTA TEREZA, no Estado do Espírito Santo.

AREIA, **CAMPINA GRANDE**, **MURUNGÚ**, no Estado da Paraíba.

IRATI, **MALÉ**, **JOAQUIM TÁVORA** e **JACAREZINHO**, no Estado do Paraná.

PETRÓPOLIS, **PARAÍBA DO SUL**, no Estado do Rio de Janeiro.

NAZARÉ DA MATA, **VITÓRIA DE SANTO ANTÃO**, **CARUARU**, **GARANHUNS**, **NÍSIA FLORESTA**, **SÃO PAULO DO POTENGI**, no Estado do Rio Grande do Norte.

OSÓRIO e toda a Fronteira Oeste do Estado do Rio Grande do Sul.

SÃO JOAQUIM, no Estado de Santa Catarina.

PINHAL, no Estado de São Paulo.

Diante dos trabalhos já realizados e da experiência obtida, o III Congresso Brasileiro de Municípios estabeleceu, com referência à Campanha Nacional de Educação Rural, as seguintes.

CONCLUSÕES:

1.º — Sendo o MUNICÍPIO a célula primária administrativa da Nação, é lógico que para ele devem convergir as atenções dos governantes em sua tarefa de promover serviços e orçamentos, para que seu ritmo de vida corresponda às aspirações dos municípios.

Daí a conveniência se aparelharem os MUNICÍPIOS RURAIS BRASILEIROS, com os recursos de extensão educativa e de fomento da produção, isto é, aqueles que representam maior interesse ao trabalhador do campo, em função de suas necessidades: a ESCOLA, o PÓSTO DE SAÚDE, o PÓSTO AGRO-PECUÁRIO.

Que estes serviços funcionem sob a jurisdição do MUNICÍPIO, embora os Ministérios os supervisionem em função de colaboração e de assistência geral.

2.º — Cada MUNICÍPIO deveria elaborar sua lei municipal de desenvolvimento rural, segunda as necessidades e as possibilidades estudadas cientificamente, podendo dirigir-se aos órgãos especializados da União e dos Estados para colaborar nesta tarefa. (É oportuno mencionar aqui, de passagem, a lei municipal n.º 214, de 11 de novembro, de 1953, que "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA RURAL" formulada e promulgada pela Câmara de Vereadores e respectiva Prefeitura Municipal de BIRIGUI, do Estado de São Paulo, a qual demonstra um alto espírito de civismo e de compenetração administrativa, digno de ser louvado com a devida vênua, nesta ilustre assembléia municipalista).

3.º — Os Estados, a União e os municípios deve-

(Continua na pag. 20)

(Conclusão da pag. 24)

co", em que colaboram os técnicos do Instituto e pelos jornais.

É certo que o Estado não poderá ser grande sem poder provar às necessidades das diversas classes sociais.

O futuro de São Paulo, como só acontece com o do Brasil, dependerá de sua organização econômica, evitando os desequilíbrios que possam afetar a sua economia agrícola.

Compreende-se a suma importância que tem a direção do Instituto Agrônomo. Representava grave responsabilidade a substituição do Dr. Theodureto de Camargo por quem fosse capaz de seguir suas diretrizes na direção do Instituto. Houve feliz inspiração ao se confiar essa direção a um discípulo e colaborador dedicado e que foi o engenheiro Agrônomo Carlos Krug, que no período de 1949 a 1955 esteve à testa da notável instituição cujas realizações, durante mais de sete anos, consolidaram a obra inesquecível de Theodureto de Camargo e fizeram do Instituto Agrônomo de Campinas verdadeiro Instituto Oswaldo Cruz da agronomia brasileira.

A par das intensas atividades de pesquisas que obedeceram a seguros planejamentos para a defesa dos setores agrícolas da economia paulista, destaca-se a criação da autonomia e do "fundo de pesquisas", como obras do maior relêvo da administração do geneticista Carlos Krug; sendo de esperar, como até hoje, que os governantes de São Paulo e o Conselho de Política da Agricultura do Estado, tenham sempre presente o papel fundamental do Instituto, não só para a vida econômica de São Paulo, como do Brasil.

(Conclusão da pag. 26)

dade de se temer a fome no Brasil. Porque, se falharem os meios comumente preconizados pelos estudiosos do problema, para sua solução, restará a fauna para saciar a carência alimentar de, ao menos, uma parte dos famintos deste país. E havendo perfeição no trabalho, não

haverá fome em nenhuma de suas formas.

Mas, para que tenhamos bons estoques faunísticos no futuro, é preciso que obremos desde já. E tal trabalho começa com a boa regulamentação da caça e da pesca, sua zelosa fiscalização, em especial nas áreas já transformadas em reservatórios, a ampliação do sistema de hotos florestais, a criação de refúgios de fauna, o cumprimento de tôdas as finalidades dos parques nacionais.

Acima de tudo, porém, é necessário que incutamos o valor da proteção à fauna na mente do povo brasileiro em geral e, em particular, dos funcionários públicos ligados de qualquer forma à matéria e que, porventura, ainda não sejam fervorosos defensores da causa.

(Conclusão da pag. 36)

de trabalho, e dar auxílio financeiro e em material de trabalho; tudo redundará ou em fracasso, ou em um rendimento não compensador, pois a mão de obra não selecionada só permite estas duas alternativas.

De qualquer forma, julgamos que preferência deve ser dada àqueles que tenham melhores conhecimentos de agricultura e estejam bem familiarizados com as culturas em que irão trabalhar.

Finalizando, temos a considerar que o êxito da colonização está totalmente condicionado a um planejamento conciso, que seja baseado em um levantamento fiel das possibilidades existentes e dos recursos materiais com que se poderá contar. É a ocasião propícia de se dar ao elemento humano o destaque que na realidade merece.

(Conclusão da pag. 46)

9 — J. Cruz Paixão, do IEEA e da ENA, sobre preço de aplicação e problemas de aplicação de herbicidas em canaviais de Sergipe.

V — Sessão Cinematográfica

Durante o Seminário houve, no Auditório da Universidade Rural, uma Sessão Cinematográfica

durante a qual foram projetados 5 filmes documentários, sendo:

- a — dois documentários da Shell Limited
- b — um documentário da Dow Chemical
- c — dois documentários do Departamento Nacional de Endemias Rurais.

VI — Considerações finais

Conforme se verifica, foram os mais proveitosos os resultados do 1.º Seminário Brasileiro de Herbicidas e Ervas Daninhas.

Durante o mesmo, técnicos de diferentes regiões do país estudaram e debateram diversos problemas sobre a controle de ervas daninhas através da aplicação de herbicidas seletivos em hortas, pomares, pastagens e em diversas culturas; estudaram a sistemática das ervas daninhas; estudaram os herbicidas totais; focalizaram a ação dos herbicidas sobre a conservação do solo e, finalmente, traçaram esquemas de experimentação com herbicidas e discutiram trabalhos experimentais já realizados.

Durante a Mesa Redonda, que despertou vivo interesse, foram estudadas e debatidas questões objetivas tais como o custo dos herbicidas e de sua aplicação; os problemas de aparelhagem e da mão de obra; as dificuldades da aplicação e, finalmente, as possibilidades de fabricação de herbicidas no Brasil.

Tendo-se em vista os bons resultados desse primeiro encontro entre técnicos e representantes de firmas comerciais e industriais resultarão, sem dúvida, medidas práticas e objetivas que possibilitarão o emprego mais generalizado de herbicidas no controle de plantas invasoras das lavouras.

Com a experiência do 1.º Seminário Brasileiro de Herbicidas e Ervas Daninhas, não temos dúvida, o 2.º Seminário, programado para 1958, alcançará, igualmente, completo êxito e despertará maior atenção ainda que o recém-realizado pelo Instituto de Ecologia e Experimentação Agrícolas em colaboração com a Universidade Rural, que conseguiu reunir mais de 100 interessados no assunto.

G. G. S.

NOVA JORNADA DE ÊXITOS DA COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL

O rumo seguro que a diretoria da C. S. N. presidida pela general Edmundo de Macêdo Soares e Silva vem imprimindo nos trabalhos do nosso maior parque siderúrgico

Uma nova jornada de êxitos para a Companhia Siderúrgica Nacional assinalou o ano de 1956, ora a findar-se. Em todos os setores de atividades da empresa foram alcançados índices de produção superiores aos do ano anterior, que já constituíam, por sua vez, "récords" absolutos na história da Companhia Siderúrgica. Esta produtividade crescente repousa, sobretudo, no rumo seguro que a diretoria da CSN, presidida pelo general Edmundo de Macedo Soares e Silva, vem imprimindo nos trabalhos do nosso maior parque siderúrgico, com vistas a novos objetivos de panorama econômico-industrial brasileiro.

Concentrando seus esforços no sentido de compensar, pela eficiência da operação e pelo aumento do rendimento técnico, os inevitáveis reflexos da conjuntura nacional sobre a vida da Companhia, pôde a CSN suportar o impacto dos aumentos de fretes, do custo da matéria prima e das reivindicações salariais sem maiores transtornos na sua vida financeira, mercê do aprimoramento técnico da produção.

Números de Produção

O acerto das medidas adotadas para obtenção de tão expressivo e favorável resultado traduz-se, inequivocamente, nos números de produção. Até o mês de setembro último, a produção de coque havia atingido 362.649 toneladas, contra 358.818 toneladas de igual período de 1955, o que representa um aumento de 3.831 toneladas. O ferro gusa chegou a 424.164 toneladas, contra 342.965 do ano anterior, ou seja, um aumento de ... 81.469 ton., o que percentualmente é da ordem de 24%. A produção de aço em lingotes foi de 548.907 ton., contra 482.119 tons. em 1955, significando um aumento de 14%.

A produção de laminados seguiu o mesmo ritmo ascensional, sobre a produção de 1955, assim distribuída: mais 36.894 tons. de trilhos e acessórios (16% de aumento); 7.745 tons. de Chapas Finas a Quente (9% de aumento); 14.949 tons. de Chapas Finas a Frio (21% de aumento); 1.698 tons. de Chapas Galvanizadas (18% de aumento) e 28.934 tons. de Folhas de Flandres (113% de aumento). Houve pequena redução na produção de perfilados, barras e chapas grossas, em virtude da maior produção de trilhos.

No último trimestre do ano, os índices de produção mantiveram o mesmo nível de superioridade sobre 1955, na Coqueria, na Aciaria, na Fundição e na Laminação. O mesmo se verificou no setor de matérias-primas com algarismos dantes não atingidos, na produção do carvão lavador, no beneficiamento do carvão, na produção de minérios e fundentes, de energia elétrica e ainda no transporte marítimo, todos eles quebrando marcas alcançadas em 1955.

Além do êxito técnico e financeiro da Companhia Siderúrgica Nacional, no ano de 1956, há a considerar, ainda, o êxito, que se traduziu na ampliação da política assistencial que a empresa dispensa aos seus servidores, política assistencial essa que não tem paralelo em nenhuma outra organização brasileira. Parte substancial dos lucros da CSN reverteu em benefício dos próprios empregados, através de assistência hospitalar, habitacional, educacional e assistência social propriamente dita.

Marcha para um milhão

O ano de 1956 teve ainda excepcional significação para a Companhia Siderúrgica Nacional.

(Continua na pag. 64)

UNIFICADA A LAVOURA DO DISTRITO FEDERAL

O alto alcance social do movimento de pacificação cujo objetivo primordial é o fortalecimento da classe rural carioca

A Sociedade Nacional de Agricultura volta a controlar a classe rural do Distrito Federal — Transformada a "F. A. R. D. I. F." em "D. A. R. D. I. F." — Eleito por unanimidade para representante da classe no Conselho Regional do Serviço Social Rural do Distrito Federal, o sr. Abel de Almeida — As festividades comemorativas do Dia da Árvore — As novas instalações da "D. A. R. D. I. F." — Prosseguem normais as reuniões — Projeto que institui prêmios aos lavradores cariocas — Distribuição de resíduos às entidades federadas — Outras notas

Acontecimento deveras auspicioso para a lavoura carioca ocorreu no dia 17, do mês de setembro, quando, em memorável assembléia geral extraordinária, a Federação das Associações Rurais do Distrito Federal, a "F. A. R. D. I. F.", reconhecendo as prerrogativas legais da **SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA** decidiu, por unanimidade das organizações rurais que a constituíam, cessar definitivamente as suas atividades, transferindo à gloriosa entidade presidida por Arthur Torres Filho, a orientação, controle e responsabilidade da classe rural do Distrito Federal. Transformou-se assim a "F. A. R. D. I. F.", entidade que inegavelmente prestou assinalados serviços ao desenvolvimento do associativismo rural do Distrito Federal, em Departamento das Associações Rurais, conforme normas estatutárias em vigor. Esse fato, não só trouxe para a Classe uma incontável soma de vantagens que mais a robustecem no âmbito municipal, como também, deu oportunidade ao ruralismo carioca de ver se abrirem novos horizontes ao seu crescente progresso na esfera propriamente nacional da vida rural brasileira.

Uma comissão constituída pelos Srs. Abel de Almeida, Flavio da Costa Brito e Antonio Correia da Silva foi incumbida de transferir para a S.N.A. o patrimônio da Fardif.

Documento histórico

Do acontecimento no qual já nos reportamos com abundância de detalhes, foi feita e registrada no cartório competente, uma ata, cujo teor transcrevemos abaixo:

"no livro "D" número três, do Documento Integral de Pessoas Jurídicas, deste Cartório, dele consta, registrado sob o número de ordem mil quatrocentos e cinquenta e nove e do Protocolo número dez mil seiscentos e trinta e um, uma ata apresentada pela **FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL (FARDIF)**, aos vinte e cinco dias de

setembro de mil novecentos e cinquenta e seis, do seguinte teor: — Aos 17 dias do mês de setembro do ano de 1956, em sua sede provisória, à Rua Debret n.º 29, 13.º andar, nesta capital do Rio de Janeiro, reuniram-se os representantes legais de todas as Associações Rurais do Distrito Federal filiadas à Federação das Associações Rurais do Distrito Federal (FARDIF) juntamente com a diretoria desta e, tendo em vista aquela unanimidade, deliberou-se converter a reunião em assembléia geral extraordinária da aludida Federação, a fim de examinar a situação da entidade em face do Decreto lei 8 127, de 24 de outubro de 1945 e respectivo regulamento baixado com o decreto n.º 19 822 da mesma data, deliberando-se em definitivo a respeito. O senhor Flavio da Costa Brito, vice-presidente da FARDIF, em exercício da presidência, na direção dos trabalhos, deu a palavra ao Engenheiro Agrônomo Antonio Correia da Silva, secretário geral da entidade, para expor a matéria objeto da reunião, tendo o mesmo feito minucioso relato sobre os trabalhos de organização dos lavradores e criadores do Distrito Federal nas regiões em que os mesmos exercem suas atividades, criando-se as Intendências Agrícolas locais reunidas em torno do Conselho Rural do Distrito Federal, órgão federativo das mesmas e das Cooperativas existentes. Aquelas Intendências posteriormente se converteriam nas Associações Rurais, transformando-se o Conselho na atual Federação. Expôs, ainda, que sempre houve da parte de quantos empenharam esforços naquele sentido, o desejo de unir os interessados, dentro da lei, para a defesa de seus direitos e prerrogativas. Prosseguindo, citou a recente decisão do Exmo. Sr. Ministro da Agricultura aprovando a regulamentação da letra c do art. 4.º dos Estatutos da Sociedade Nacional de Agricultura, em virtude da qual aquela Sociedade foi mais uma vez confirmada na investidura, que lhe coube por força da citada legislação, de órgão representativo da classe rural do

Distrito Federal. E como a perfeita união dos lavradores e criadores do Distrito Federal foi sempre o desiderato dos companheiros que se dedicavam à organização rural metropolitana, entende o orador que não poderiam existir dois órgãos com as mesmas finalidades, até porque, sob a égide da Sociedade Nacional de Agricultura, dada a sua qualidade de instituição rural mais antiga do País, os lavradores e criadores do Distrito Federal estariam em condições vantajosas de nela integrados, prosseguir na luta em prol dos seus direitos. Nesta conformidade, e havendo estudado a matéria por determinação dos companheiros e do Vice-Presidente, no exercício da presidência, chegara à conclusão de que se impunha a filiação das Associações Rurais, já legalmente constituídas como sociedades civis e fundadoras da FARDIF, à Sociedade Nacional de Agricultura, para que possa dar-se a realização do que a lei prescreveu. Em seguida, o Senhor Vice-Presidente em exercício, apoiando as conclusões do orador, fez relato das conversações que manteve, em companhia do Senhor Abel de Almeida Torres Filho e outros membros destacados da sua direção. Falou em seguida, o companheiro Abel de Almeida que também fez referências ao assunto, apoiando as sugestões dos Srs. Vice-Presidente e Secretário Geral. Posta a matéria em votação, foi decidida por unanimidade, a extinção da Federação das Associações Rurais do Distrito Federal, (FARDIF), delegando-se poderes aos Senhores Flávio da Costa Brito, Abel de Almeida e Antonio Correia da Silva para tratar da filiação à Sociedade Nacional de Agricultura, das Associações Rurais que integravam aquela Federação, procedendo-se à entrega de todos seus haveres à aludida Sociedade Nacional de Agricultura, para constituir patrimônio das Associações Rurais do Distrito Federal, mediante as formalidades legais. Ficou, também a referida comissão incumbida de, uma vez aprovada e assinada a presente ata, proceder ao seu

registro no Cartório das pessoas jurídicas desta Capital para o efeito de se extinguir a referida Federação das Associações Rurais do Distrito Federal (FARDIF), cuja ata de fundação foi registrada sob n.º 3.609, livro A-3, protocolo n.º 7998 em 25 de janeiro de 1955, no cartório do Registro Civil de Pessoas Jurídicas, fornecendo-se à Sociedade Nacional de Agricultura a competente certidão, para os devidos efeitos. E nada mais havendo a tratar, foi a sessão encerrada às 18 horas, sendo lavrada a presente ata, por mim Antônio Correia da Silva, Secretário Geral, que assinou, com o Sr. Vice-Presidente e demais presentes. Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1956. (as) Antônio Correia da Silva, Secret. Geral. Flávio da Costa Brito — Vice-Presid. em exercício... Juvenal da Silva Azevedo — Presidente Pres. Ass. Rural de Viegas. Francisco José de Moraes — Presid. A. R. Palmares. Theobaldo José Ribeiro — Pres. Ass. Lavr. F. Coqueiros — Antonio Ferreira Caseiro Associação Rural de Jacarepaguá — Eleuzio Candido da Silva Pr. da Associação Rural de Santa Eugênia. Antônio Vaz Presidente da Associação Rural de Realengo. Angelo Hoshima Pres. Int. Agr. Reta do R. Grande. Pelayo Vidal, Pres. digo, pela Ass. dos Avicultores do D. Federal. Jonas Passos Soares — Associação Rural Rio da Prata. A presente ata ora lançada de folhas cento e oitenta e dois, a cento e oitenta e três verso, de um livro de atas da FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL (FARDIF), com duzentas folhas, numeradas seguidamente de um a duzentos, não estando as mesmas rubricadas e contendo somente o ter, digo e contendo os termos de abertura e encerramento. Registrada fielmente na data retro. Era este o conteúdo do registro lançado já ao princípio declarado, ao qual me reporto de cujo teor, por me haver sido pedido por certidão, bem e fielmente extrai a presente, nesta cidade do Rio de Janeiro, Capital da República dos Estados Unidos do Brasil, aos vinte e cinco dias de setembro de mil novecentos e cinquenta e seis. Eu, Almir Alexandrino da Silva Oficial Substituto, subscrevo dou fé e assino. Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1956, Almir Alexandrino da Silva.

AMPARADOS PELO ORGÃO MÁXIMO DA CLASSE

PALAVRAS DO MAJOR ACÁCIO GONÇALVES NA REUNIÃO DE 16 DE OUTUBRO, NA S.N.A.

"É a primeira vez, que assisto uma reunião, das Associações Rurais do Distrito Federal,

e não perco esta oportunidade, para manifestar a minha satisfação, o meu regosijo, por ser realizado o que há muito desejava, que os interesses dos lavradores do Distrito Federal, fossem amparados pelo órgão máximo da classe, aos quais estavam vinculados por força de lei, e para felicidade de todos, houve uma boa compreensão, e hoje, aqui estamos irmanados com os mesmos sentimentos de produtores, e dispostos a prestigiar e a engrandecer cada vez mais a Casa da Agricultura.

Esta Casa, com suas lindas e harmoniosas linhas arquitetônicas, é o fruto do trabalho árduo e profícuo, de muitos brasileiros, como uma homenagem especial, cito o nome de três que mais se distinguiram: — SIMÕES LOPES, TEIXEIRA LEITE e ARTHUR TORRES FILHO.

Há dias, Sr. Presidente, aqui estive pela primeira vez, em uma visita ao meu grande, bom e valioso amigo, Dr. Arthur Torres Filho, amizade de mais de 30 anos, conquistada pelo procedimento impecável, correto e exemplar desta excelente criação, que, sempre se impôs pela sua capacidade de trabalho, inteligência viva e esclarecida, com vasta e profunda cultura, tendo acionado pela força de vontade, que ainda mantém, de engrandecer cada vez mais a Agricultura Nacional.

Sr. Presidente, apesar de encontrar o meu amigo Dr. Torres Filho, um pouco cansado pelo trabalho, fiquei grandemente satisfeito em abraçá-lo, e ao mesmo tempo sensibilizado, pelo que assisti, por parte de todos os que aqui trabalham, o modo respeitoso, carinhoso e afetivo que dispensam ao seu querido e estimado chefe.

Hoje, Sr. Presidente, a Casa da Agricultura, reúne sob o mesmo teto, todas as organizações, necessárias e indispensáveis, ao progresso, não só da lavoura propriamente dita, como também, da justa e humana garantia do bem estar dos nossos patrícios, que se dedicam ao árduo e penoso trabalho, do amanhã da terra.

Aqui temos, em pleno funcionamento, a Confederação Rural Brasileira, que representa com todo o rigor, a força viva da Agricultura Nacional, dirigida e acionada pelo dinamismo do Dr. Iris Meinberg, inquieto, vibrátil, voluntarioso e trabalhador, qualidades que o habilitam a defender com segurança e proveito, os interesses pecuaristas.

Temos mais, entre nós, o Serviço Social Rural, organizado para garantir o bem estar e os direitos do homem do Campo, semelhantes nossos, que proporcionam alimentação farta e segura, e que sempre estiverem à margem, ao Deus dará, sem amparo, e sujeitos a ação dos agentes atmosféricos, que hoje dão e amanhã tiram, que graças a es-

ta nova organização, que tem sob sua direção, o Sr. Rubens Farrulla, homem íntegro, decente e de caráter experimentado, com o trato da coisa pública, com grande capacidade de trabalho, exigente no cumprimento do dever, natural rigorosamente honesto, dotado de grande espírito público, e tudo isto que venho de dizer, sobre a personalidade do Dr. Farrulla, é fruto de minha observação, na antiga Comissão Executiva do Leite, e na Secretaria da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro, acrescido do convívio que tivemos durante muitos anos, e de responsabilidades das juntas na diretoria da Cooperativa dos Avicultores de Benfica.

A Cooperativa dos Avicultores de Benfica, organizada por 12 avicultores, em 1936, afirma com segurança, é trabalho do Sr. Dr. Farrulla, todos nós gravitamos em torno de sua pessoa, não só atraídos pelo seu ardoroso entusiasmo, pela sua autoridade de agro-pecuarista, pois já possuía na época, a granja Heliópolis, situada no Município de Nova Iguaçu, com milhares de aves, entre galinhas, marrecos e perus; puro e selecionado gado Jersey e alguns milhares de laranjeiras de alta produção, e por cima de tudo, tinha por hábito, que era do agrado de todos, a louvável disposição de pagar todas as despesas.

Sr. Presidente, os inquilinos desta Casa, são os órgãos propulsores da riqueza básica de nosso país, que é a agricultura, pelo que, estou certo, que todos nós com os mesmos sentimentos de patriotismo, atendendo com satisfação os reclamos justos do povo, e sob a inspiração animadora do Sr. Presidente da República, tudo se conseguirá em futuro próximo, para o bem de todos e a grandeza da nossa Pátria.

REIVINDICAÇÕES DOS LAVRADORES DO DISTRITO FEDERAL

Na reunião de 5 de outubro, da Confederação Rural Brasileira, o Sr. Iris Meinberg deu conhecimento à casa que a Sociedade Nacional de Agricultura, órgão representativo da lavoura do Distrito Federal, entregou ao Prefeito Negrão de Lima um memorial contendo numerosas reivindicações dos lavradores do chamado Sertão Carioca, seriamente prejudicados pela ausência de medidas por parte dos poderes públicos em favor de suas lavouras.

Dentro as reivindicações constantes do referido memorial destacam-se as referentes ao escoamento da produção, saneamento de vários setores rurais instalação e reaparelhamento de escolas, repressão às atividades de falsos lavradores e providências tendentes a assegurar aos ocupantes de glebas em produção a tranquilidade de traba-

Iho, constantemente ameaçada pelos pseudos proprietários com mandados de despejo, originando uma situação aflitiva não só para os lavradores como para a população, dado aos obstáculos que surgem para o perfeito abastecimento do Distrito Federal.

O Prefeito Negrão de Lima recebeu a numerosa comissão, à frente da qual se encontravam o Sr. Luiz Simões Lopes, Vice-Presidente da S.N.A.; Adasmator Lima, Secretário daquela entidade e Presidente do Conselho Regional do Serviço Social Rural do Distrito Federal; Abel de Almeida, Flávio de Brito, Presidente da União das Cooperativas do D. F.; Luiz Marques Poliano, Secretário-Geral da Sociedade Nacional de Agricultura; Coronel Acacio Gomes, Presidente da Cooperativa de Agricultura de Benfica, além de outros elementos representativos da lavoura do Distrito Federal.

O Sr. Prefeito trocou idéias com os representantes prometendo estudar, com todo o interesse, o memorial, onde se encontram algumas reivindicações da alçada do Governo Federal.

O DIA DA ARVORE NA LAVOURA DO DISTRITO FEDERAL

Como ocorre anualmente, a 21 de setembro de 1956 foi solenemente comemorado pelas associações rurais do Distrito Federal o dia da árvore. Na Fazenda Modelo da Prefeitura do Distrito Federal, em Campo Grande, presentes numerosos lavradores e diretores da Sociedade Nacional de Agricultura, membros da diretoria da antiga Federação das Associações Rurais do Distrito Federal, funcionários da Municipalidade e jornalistas, transcorreu num ambiente de entusiasmo e confraternização a cerimônia do plantio de várias mudas de madeira de lei e árvores frutíferas. Falando em nome da diretoria da antiga Fardif que todos os anos promovia aquela solenidade, usou da palavra o Major Acacio Gonçalves que disse da satisfação de todo por passarem a integrar o quadro federativo da Sociedade Nacional de Agricultura. O Sr. Luiz Marques Poliano, Secretário Geral da tradicional instituição representativa da classe agradeceu as referências do orador, dizendo também da satisfação da S. N. A. pela unificação da Lavoura do Distrito Federal.

As 13 horas, no patio da Fazenda Modelo foi servido aos presentes um suculento churrasco ouvindo-se vários oradores.

REPRESENTANTE DA CLASSE NO CONSELHO REGIONAL DO SERVIÇO SOCIAL RURAL

Outro acontecimento de excepcional significação para a

unificação da Lavoura do Distrito Federal, ocorreu nos primeiros dias do mês de outubro.

Referimo-nos a eleição do Sr. Abel de Almeida, um dos fundadores da Fardif e da Intendência Agrícola do Mendanha, veterano agricultor do chamado Sertão Carioca, para a honrosa incumbência de representante dos lavradores do Distrito Federal, no Conselho Regional do Serviço Social Rural.

PRÊMIOS MUNICIPAIS AOS LAVRADORES

O vereador Antonio Dias Lopes, lido representante da classe rural do Distrito Federal na Câmara Municipal apresentou à mesa do legislativo da municipalidade um projeto de lei destinado a premiar os lavradores que mais se distinguem na produção agrícola.

Eis a íntegra do prelo:

Artigo 1.º Ficam instituídos prêmios municipais destinados aos lavradores e criadores que, se distinguem durante o ano agrícola nas condições do artigo seguinte:

Artigo 2.º Os prêmios aludidos no artigo anterior, em número de doze, serão conferidos nas seguintes bases:

I — Prêmios de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) a) o lavrador e criador que mantiver melhor organização rural, considerando-se a eficiência e exatidão da sua escrita no movimento produtivo e despesas gerais dentro de um cunho prático, cuja adoção possa ser generalizada;

II — Prêmio de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) ao lavrador que apresentar, por 1Ha, maior rendimento no cultivo de hortaliças.

III — Prêmio de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) ao lavrador que concorrer para o abastecimento da cidade, considerando-se a diversidade de cultura em uma área base de 5Ha.

IV — Prêmio de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) ao lavrador e criador que apresentar maior produção de ovos, tomando-se por base um plantel de 500 (quinhentas) aves.

V — Prêmio de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) ao lavrador que produzir o melhor lote de muda cítrica, tomando-se por base 1 (um) lote de 500 (quinhentas) mudas.

VI — Prêmio de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) ao criador que produzir o melhor lote de "pintos de um dia", tomando-se por base 1 (um) lote de 500 (quinhentas) cabeças.

VII — Prêmio de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) ao lavrador e criador que apresentar melhor produção apícola, qualitativa e quantitativamente, tomando-se por base 5 (cinco) colméias.

VIII — Prêmio de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzei-

ros) ao lavrador e criador que apresentar em terrenos acidentados, as práticas mais econômicas de combate à erosão e de adubação, em uma área base de 5 (cinco) Ha:

IX — Prêmio de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) ao lavrador que, mediante o emprêgo de máquinas agrícolas, reduzir comprovadamente os gastos de manutenção e mão de obra na sua atividade agrícola, tomando-se por base uma área de 5 (cinco) Ha:

X — Prêmio de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) ao criador que possu

XI — Prêmio de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) ao lavrador que reflorestar, uma área contígua de 3 (três) Ha, de terreno fortemente acidentado, obedecendo o melhor critério técnico.

XII — Prêmio de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) ao lavrador e criador que apresentar maior diversidade de indústrias caseiras, como atividade subsidiária.

Art. 3.º — A concessão destes prêmios recairá obrigatoriamente em lavradores e criadores registrados na Secretaria Geral de Agricultura, Indústria e Comércio.

§ 1.º O lavrador e criador só pode concorrer a um prêmio dos prêmios estabelecidos no art. 2.º.

§ 2.º Considerando-se, para cumprimento da presente lei lavrador e criador aquele que vive essencialmente das suas atividades agrícolas.

Art. 4.º — Os prêmios serão conferidos pela Prefeitura mediante parecer de uma comissão constituída de um representante da Câmara do Distrito Federal, dos diretores e chefes de serviços especializados da Secretaria Geral de Agricultura e de um representante da Federação das Associações Rurais do Distrito Federal.

Art. 5.º — Os prêmios instituídos pela presente lei serão distribuídos a 21 de setembro de cada ano, dia destinado ao lavrador do Distrito Federal.

Art. 6.º — O orçamento municipal consignará, anualmente a verba necessária, à execução desta lei.

Art. 7.º — O Prefeito do Distrito Federal, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, baixará regulamento para fiel execução da presente lei.

SANCIONADA PELO PREFEITO A LEI SOBRE FINANCIAMENTO A LAVOURA DO DISTRITO FEDERAL

Em cerimônia realizada a 20 de outubro no Palácio Guanabara, o Prefeito Negrão de Lima sancionou a lei municipal de autoria do vereador Osmar Rezendo e que dispõe do financiamento do crédito rural para os lavradores do Distrito Federal.

Ao ato estiverem presentes, o Secretário Geral da Agricultura, Sr. José Fontes Romero, o Presidente do Banco da Prefeitura, o diretor da Carteira Agrícola do citado estabelecimento de crédito da nossa municipalidade, o autor do projeto, Sr. Osmar Rezende, o Sr. Flavio da Costa Britto, representante do Departamento das Associações Rurais da Sociedade Nacional da Agricultura e Presidente da União das Cooperativas do Distrito Federal, o professor Antonio Santa Rosa, presidente da Associação dos Avicultores do Distrito Federal, o Sr. Pelayo Vidal, membro da Comissão Nacional de Avicultura, outros representantes de entidades rurais e diversos lavra-

Na ocasião, usaram da palavra, além do Prefeito Negrão de Lima, o vereador Osmar Rezende, o diretor da Carteira de Crédito Agrícola e o presidente da Associação dos Avicultores, todos ressaltando os benefícios que advirão dos dispositivos legais sancionados, tanto para os criadores como os lavradores.

Em seu artigo 1.º dispõe a lei que a Prefeitura depositará anualmente no Banco da Prefeitura do DF, em conta a longo prazo, a importância de 50 milhões de cruzeiros, para atender ao financiamento exclusivo do crédito rural do DF e zonas circunvizinhas.

Os depósitos serão efetuados durante dez anos consecutivos, a partir de 1957 e não poderão vencer juros inferiores a 1 por cento ao ano.

O financiamento aos produtores rurais do DF será feito pela Carteira do Crédito Agrícola do Banco da Prefeitura do DF/SA, que atenderá na distribuição dos recursos para esse fim aos planos organizados em colaboração com a Secretaria Geral de Agricultura, Indústria e Comércio da PDF.

A Secretaria Geral de Agricultura fixará normas detalhadas e objetivas para o emprêgo do crédito obtido e fiscalizará a respectiva aplicação.

O emprêgo do crédito em desacôrdo com as normas estabelecidas pela Secretaria Geral de Agricultura sujeitará o responsável ao pagamento de juros de 12 por cento ao ano, sobre o total do financiamento.

Nenhum empréstimo poderá ser concedido por prazo superior a 15 anos.

A partir do undécimo ano, deverá ter início a recuperação do capital com a liberação dos depósitos efetuados na base mínimo de dez milhões de cruzeiros anuais.

As importâncias anualmente liberadas voltarão a constituir disponível imediato da PDF.

TAXAS E JUROS

As taxas dos juros dos em-

préstimos obedecerão à seguinte discriminação: 4%, 4,5%, 5,5% e 6% respectivamente, até os prazos máximos de 1 (um), 5 (cinco), 10 (dez) e 15 (quinze) anos.

A lei autoriza o Prefeito do DF a praticar todos os atos necessários ao seu fiel cumprimento.

A lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SIGNIFICATIVA HOMENAGEM AOS SRs. ABEL DE ALMEIDA E IRIS MEINBERG

Testemunhando o aprêço que desfrutam no seio dos lavradores do Distrito Federal, essa numerosa classe homenageou a 15 de novembro p/p. com um churrasco no Guandú do Sena, os Srs. Abel de Almeida, representante da mesma no C. R. do Serviço Social Rural do D. Federal e o Deputado Iris Meinberg, presidente da Confederação Rural Brasileira.

Ao churrasco, compareceram numerosos lavradores e representantes de entidades dentre as quais destacamos os Srs.: Luiz Marques Poliano, Secretário Geral da Sociedade Nacional de Agricultura, Flavio da Costa Britto, representante da Dardif e presidente da Ucodif, Pelayo Vital pela Associação dos Avicultores do Distrito Federal, Major Acacio Gonçalves, da Cooperativa dos Avicultores de Benfica, Antonio Teunynon Go-Benfica, Antonio Teunynon Garcéz, da Cooperativa Doméstica de Jacarepaguá, Francisco de Moraes, da Associação Rural de Palmares, Juvenal de Azevedo, da Associação Rural de Viegas, Antonio Vaz e Joaquim Borges, da Associação Rural do Realengo, Genesio Medeiros, da Cooperativa de Agro Pecuária de Kosmos, Antonio Joaquim Fernandes, da Cooperativa de Irajá e numerosos outros representantes de Cooperativas, Associações e Intendências mais do Distrito Federal.

Convidado especialmente, compareceu também o vereador Antonio Dias Lopes que teve oportunidade de falar aos lavradores sobre os motivos e significação da homenagem.

Os homenageados Srs.: Iris Meinberg e Abel de Almeida, como também os Srs. Flavio Costa Britto, Luiz Marques Poliano fizeram uso da palavra no que foram bastante aplaudidos.

AS REUNIÕES SEMANAIS DA DARDIF

A Diretoria das Associações Rurais do Distrito Federal, órgão da Sociedade Nacional de Agricultura e que passou a orientar e controlar a classe está funcionando em sua sede própria à Avenida General Justo, 171 — 2.º andar, à disposição dos lavradores cariocas que desejarem tratar de assuntos da

classe. Ali os interessados, das 9,30 às 17,30, serão atendidos, como também, pelo telefone 42-2981. Semanalmente realizam-se as reuniões ordinárias semanais as quais vêm comparando elevado numero de lavradores.

A orientação da classe continua entregue aos Srs. Flavio Costa Britto, Abel de Almeida e Luiz Marques Poliano, Secretário Geral da Sociedade Nacional de Agricultura.

A parte referente aos serviços do expediente e distribuição de resíduos, como de outros assuntos de interesse das organizações filiadas está entregue ao encarregado, Sr. Braulio Guimarães.

Nas páginas que se seguem publicamos quadros demonstrativos da distribuição de resíduos.

RECOMENDAÇÃO AOS LAVRADORES FILIADOS A DARDIF

Para perfeita orientação das organizações que recebem cotas de resíduos da COFAP e da Secretaria Geral de Agricultura da Prefeitura do Distrito Federal, o Secretário Geral da S. N. A. dirigiu aos presidentes das mesmas entidades a seguinte recomendação:

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1956.

— “De ordem do Sr. Presidente e, tendo em vista reiteradas determinações da Comissão Federal de Abastecimento e Preços, permitimo-nos advertir aos Srs. Presidentes de Cooperativas, Associações e Intendências, quanto ao item 8.º da circular n.º —, de 15 de agosto de 1955 da Dardif, que determina o seguinte:

“Chamamos a atenção dos Srs. Presidentes de Associações, Cooperativas e Intendências para a necessidade de rigoroso cumprimento da presente circular e avisamos que será realizada fiscalização em todas as sedes, tanto por parte da COFAP como também por parte da Prefeitura, a fim de verificar a existência de alimentos a entrarem na composição das rações, de acôrdo com as várias formulas aprovadas.”

Assim, damos por bem recomendada a rigorosa observância das exigências oficiais, a fim de evitar cancelamentos de quotas por parte das repartições competentes.

A comprovação da aquisição de ingredientes para aplicação nas quotas de resíduos, assim, é providência que solicitamos, devendo ser enviada um via a esta Sociedade e outra à COFAP.

Aproveitando o ensejo para apresentar nossos protestos de elevada consideração e distinto aprêço.

Luiz Marques Poliano. — Secretário Geral da S. N. A.

DEPARTAMENTO DAS ASSO-
CIAÇÕES RURAIS DO DIS-
TRITO FEDERAL

MAPA DE ENTREGAS DE RE-
SÍDUOS DE TRIGO EM NO-
VEMBRO DE 1956

QUOTA D.A.R.D.I.F.

(SACOS)

1) Cooperativa Agri- cultores Criadores Jacarepaguá	950 scs
2) Cooperativa Avi- cultores Doméstica Jacarepaguá	950 scs
3) Cooperativa Agri- cola de Bangú Ltda.	410 scs
4) Cooperativa Agri- cultores e Criado- res Campo Grande	450 scs
5) Cooperativa Agri- cultores e Criado- res Irajá	420 scs
6) Cooperativa Agri- cultores e Criado- res Guaratiba	260 scs
7) Cooperativa Agri- cultores Criadores Ilha Guaratiba	410 scs
8) Cooperativa Agri- cultores Criadores de Mato Alto	260 scs
9) Cooperativa Agri- cultores da Zona Rural Ltda.	125 scs
10) Cooperativa Agri- cola Mista Agro- Pec. Santa Cruz	480 scs
11) Cooperativa Agri- cultores da Reta do Rio Grande	145 scs
12) Cooperativa Avi- cultores de Ben- fica	330 scs
13) Cooperativa Avi- cultores de Santa Cruz	230 scs
14) Cooperativa Agric. Sertão Jacarepa- guá-Guaratiba	135 scs
15) Cooperativa Mista Agro-Pec. de Kos- mos	180 scs
16) Associação Lavra- dores Fazenda Co- queiros	174 scs
17) Associação Agricó- la de Jacarepa- guá	161 scs
18) Associação Rural do Realengo	290 scs
19) Associação Rural de Viégas	260 scs
20) Associação Rural de Santa Eugenia	200 scs
21) Associação Rural dos Palmares	380 scs
22) Associação Rural do Rio da Prata	410 scs
23) Intendência Agricó- la da Cachamorra	230 scs
24) Sociedade União dos Agricultores	160 scs

TOTAL GERAL 8.000 scs

DEPARTAMENTO DAS ASSO-
CIAÇÕES RURAIS DO DIS-
TRITO FEDERAL

MAPA DE ENTREGAS DA
QUOTA RESÍDUO DE TRIGO
DO MES DE OUTUBRO DE
1956

D. A. R. D. I. F.

SACOS

1) Cooperativa Agri- cultores Criadores Ja- carepaguá	1.170
2) Cooperativa Agri- cultores Doméstica de Jacarepaguá	1.170
3) Cooperativa Agrícola de Bangú Ltda.	320
4) Cooperativa Agri- cultores Criadores Cam- po Grande	320
5) Cooperativa Agri- cultores de Irajá	320
6) Cooperativa Agri- cultores Criadores de Guaratiba	320
7) Cooperativa Agri- cultores Criadores Ilha Guaratiba	320
8) Cooperativa Agri- cultores Criadores Mato Alto	300
9) Cooperativa Agri- cultores da Zona Rural	150
10) Cooperativa Agrícola Agro-Pec. Santa Cruz	300
11) Cooperativa Agrícola da Reta do Rio Grande	170
12) Cooperativa Aviculto- tores de Benfica	320
13) Cooperativa Aviculto- res de Santa Cruz	240
14) Cooperativa Agric. Sertão Jacarep-Gua- ratiba	190
15) Cooperativa Mista Agro-Pec. de Kos- mos	220
16) Associação Lavrado- res da Fazenda Co- queiros	190
17) Associação Agrícola de Jacarepaguá	190
18) Associação Rural do Realengo	320
19) Associação Rural de Viégas	280
20) Associação Rural de Santa Eugenia	200
21) Associação Rural dos Palmares	300
22) Associação Rural do Rio da Prata	300
23) Intendência Agrícola da Chamorra	200
24) Sociedade União dos Agricultores	190

TOTAL Geral 8.000

DEPARTAMENTO DAS ASSO-
CIAÇÕES RURAIS DO DIS-
TRITO FEDERAL

MAPA DE ENTREGAS DA
QUOTA RESÍDUO DE TRIGO
DO MES DE OUTUBRO DE
1956

P. D. F.

SACOS

1) Cooperativa Agri- cultores Criadores Ja- carepaguá	1.170
2) Cooperativa Agri- cultores Doméstica Ja- repaguá	1.170
3) Cooperativa Agrícola de Bangú Ltda.	320
4) Cooperativa Agri- cultores Criadores Cam- po Grande	320
5) Cooperativa Agri- cultores Criadores de Irajá	320
6) Cooperativa Agri- cultores Criadores de Guaratiba	320
7) Cooperativa Agri- cultores Criadores Ilha Guaratiba	320
8) Cooperativa Agri- cultores Mato Alto	300
9) Cooperativa Agri- cultores da Zona Rural	150
10) Cooperativa Agrícola Mista Agro-Pec. Santa Cruz	300
11) Cooperativa dos Ban- deirantes	170
12) Cooperativa Avicul- tores de Benfica	320
13) Cooperativa Avicul- tores de Santa Cruz	240
14) Cooperativa Agric. Sertão Jacarep-Gua- ratiba	220
15) Cooperativa Mista Agro-Pec. de Kos- mos	220
16) Associação Lavrado- res da Fazenda de Coqueiros	190
17) Associação Agrícola de Jacarepaguá	190
18) Associação Rural do Realengo	320
19) Associação Rural de Viégas	280
20) Associação Rural de Santa Eugenia	200
21) Associação Rural dos Palmares	300
22) Associação Rural do Rio da Prata	300
23) Intendência Agrícola da Cachamorra	200
24) Sociedade União dos Agricultores	190

TOTAL GERAL 8.000

DEPARTAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL

MAPA DE ENTREGAS RESÍDUO DE TRIGO EM NOVEMBRO DE 1956

QUOTA DA P.D.F.

	SACOS
1) Cooperativa Agricultores e Criadores Jacarepaguá...	950 scs
2) Cooperativa Avicultores Doméstica Jacarepaguá	950 scs
3) Cooperativa Avicultores de Bangü Ltda.	410 scs
4) Cooperativa Agricultores e Criadores Campo Grande	cancelada
5) Cooperativa Agriltores e Criadores Irajá	580 scs
6) Cooperativa Agricultores Criadores de Guaratiba	cancelada.
7) Cooperativa Agricultores Criadores de Guaratiba	565 scs
8) Cooperativa Agricultores Criadores Mato Alto	390 scs
9) Cooperativa Agricultores da Zona Rural Ltda.	154 scs
10) Cooperativa Agrícola Mista Agro-Pec. Santa Cruz.	640 scs
11) Cooperativa dos Bandeirantes	145 scs
12) Cooperativa Avicultores de Benfica	362 scs
13) Cooperativa Avicruz	350 scs
14) Cooperativa Agric. Sertão Jacarepaguá-Guaratiba...	250 scs
15) Cooperativa Mista Agro-Pec. de Kosmos	180 scs
16) Associação Lavradores Fazenda Coqueiros	224 scs
17) Associação Agrícola de Jacarepaguá	190 scs
18) Associação Rural de Realengo	cancelada
19) Associação Rural de Viégas	cancelada
20) Associação Rural de Santa Eugénia	200 scs
21) Associação Rural dos Palmares	500 scs
22) Associação Rural do Rio da Prata ..	540 scs
23) Intendência Agrícola da Cachamorra	230 scs
24) Sociedade União dos Agricultores ..	190 scs

TOTAL GERAL 8.000 scs

Reveindicações dos lavradores e criadores do Distrito Federal

Memorial encaminhado ao Prefeito Negrão de Lima pela Sociedade Nacional de Agricultura

Firmado pelo seu presidente, Dr. Arthur Torres Filho, a Sociedade Nacional de Agricultura, órgão de representação da classe rural do Distrito Federal, interpretando a vontade das Associações Rurais, Intendências Agrícolas e Cooperativas de Agriculturas e Criadores sediadas em diversas regiões agro-pecuárias metropolitanas, dirigiu ao Prefeito Negrão de Lima, um memorial contendo numerosas reveindicações dos lavradores e criadores do Sertão Carioca.

A integra do importante documento é a seguinte:

A — Escoamento da produção:

a) — Manter a função atacatista do Mercado de Madureira;

b) — Estabelecer áreas reservadas exclusivamente às vendas dos lavradores e criadores do Distrito Federal nos dias tradicionais (3.^{as}, 5.^{as} e sábados), e, em horário próprio;

c) — Reservar áreas para as operações de venda de lavradores do Estado do Rio de Janeiro e outros;

d) — Proibir a permanência, por tempo superior a 48 horas, mercadorias de encalhe, nas áreas reservadas às vendas dos lavradores e criadores;

e) — Admitir, na administração do Mercado de Madureira, a representação da classe rural, por meio de delegado por ela escolhido na Sociedade Nacional de Agricultura (Federação das Associações Rurais do Distrito Federal);

f) — Estabelecer o princípio da rotatividade mensal dos fiscais e trimestral da Administração do Mercado de Madureira;

g) — Estabelecer, sob a gestão das Associações Rurais, nas regiões produtoras do Distrito Federal, postos cobertos para recepção de carga e coleta pelos transportadores.

B — Auxílios aos lavradores e criadores

a) — Equipamento dos Postos Agrícolas de Jacarepaguá, Campo Grande, Santa Cruz e

Guaratiba, em material agrícola em geral, especialmente inseticidas e em pessoal técnico-auxiliar (técnicos agrícolas e práticos rurais) para que estes, trabalhando efetivamente sediados nas regiões agro-pecuárias, possam cooperar com os lavradores e criadores no preparo da terra, plantio, desinfecções de plantas e combate às pragas;

b) — Funcionamento do Serviço Reembolsável Junto às Associações Rurais, para que possam ser adquiridos ferramentas, utensílios, sementes, animais de criação, vacinas, inseticidas e adubos, em ligação com a Carteira de Crédito Rural do Banco da Prefeitura do Distrito Federal, cujas atividades deverão ser planejadas por uma Junta, da qual faça parte, um representante da classe rural;

c) — Conclusão das obras de construção das escolas primárias em Campo Grande (Estrada do Guandú do Sena — Venda da Varanda) e no Saco de Viégas;

d) — Terminação das obras de construção da Estrada do Viégas, com um quilômetro, apenas para ligação com o Rio da Prata (D. E. R.), bem como conservação das estradas localizadas no Núcleo Colonial de Santa Cruz, conforme relação abaixo:

Estrada Aterrado do Leme (antiga Sacoassu), Estrada da Ligação, do Cortume; do Rio Grande ou Fernando Costa; Canal do Guandú, margem direita e margem esquerda; Aterrado de Itaguaí; Morro do Ar, dos Bandeirantes e Estrada de São José.

e) — Instalação de telefones públicos no Saco de Viégas, na Escola Rural de Santa Cruz, em Santa Eugénia e nas sedes das Cooperativas dos Agricultores e Criadores de Irajá, na Rua Nilo Romero n.º 87, e de Bangü; na Estrada do Quafá, 46, bem como eletrificação das Estradas do Guandú do Sena, do Furão, da Carapiá e Radiobrás;

f) — Criação de um Serviço Agrônomo de Irrigação e Drenagem, na Secretaria Geral da Agricultura, Indústria e Comércio, para o planejamento, execução e conservação do sistema de drenagem, em Jacarepaguá (Baixada dos Bandeirantes).

(Conclusão da pag. 57)

cional, com vistas à sua projeção no cenário econômico brasileiro. As providências financeiras para assegurar a ampliação das instalações da Usina, de modo a atingir a produção de um milhão de toneladas por ano, foram adotadas. Após conversações mantidas em Washington pelo general Macedo Soares, o Export and Import Bank concedeu um empréstimo de 35 milhões de dólares, empréstimo que foi anunciado pelo próprio Vice-Presidente dos Estados Unidos, sr. Richard Nixon, na visita que fez a Volta Redonda, juntamente com o presidente Juscelino Kubitschek.

Por outro lado, para ocorrer às despesas de expansão em moeda nacional, foi a Companhia Siderúrgica autorizada pelo Governo a ampliar o seu capital, em mais 500 milhões de cruzeiros. Em assembleia geral extraordinária, realizada a 5 de novembro último, o aumento de capital foi aprovado e será obtido pela emissão de dois milhões e quinhentas mil ações ordinárias de 200 cruzeiros cada uma, em cinco chamadas. A primeira, de 20% do capital subscrito e as demais, ao fim de cada um dos quatro semestres subsequentes.

Ultimadas essas providências, outras, de carácter executivo, foram paralelamente ado-

tadas. Além dos trabalhos normais do Escritório de Nova York, foi reaberta a comissão de Cleveland, com as mesmas incumbências do tempo da construção e da primeira expansão — as de fiscalizar a fabricação do material destinado à nova expansão da Usina. Servidores da CSN foram especialmente designados para esta tarefa, enquanto outros se preparam no âmbito de suas especialidades, para a nova fase que surgirá na vida de Volta Redonda, com a expansão de sua capacidade de produção. Fazendo estágios nos centros técnicos mais avançados do mundo, incorporam ao seu cabedal de conhecimentos as mais modernas conquistas da ciência e da técnica no campo da siderurgia, para aplicá-las na nova Volta Redonda que está surgindo no bojo da primeira, graças à dedicação e capacidade de seus dirigentes e empregados, todos eles irmanados pelo ideal superior de dotar o Brasil de uma verdadeira indústria de base.

E para um país que tem fome permanente de aço, no seu processo de crescimento, Volta Redonda, concluída há pouco mais de dez anos, prepara-se no limiar de 1957, para uma segunda expansão, destinada a dotar o Brasil dos elementos essenciais à dinamização dos seus imensos recursos naturais.

tes); em Campo Grande (região do Mandanhá e Tingui) e, em Santa Cruz (com 60 Km de canais), bem como para a utilização sistemática de águas fluviais e abertura de poços, para irrigação, o que revestirá num aumento imediato de 60% da produção em toda a região.

g) — Adoção de normas explícitas para o exame prévio das concessões de loteamentos em zonas agro-pecuárias, com o obrigatório pronunciamento dos órgãos da Secretaria Geral de Agricultura, Indústria e Comércio, dentro dos critérios estabelecidos nos Decretos ns. 8.386, de 14 de dezembro de 1945 e 9.942, de 29 de julho de 1949;

h) — Liberação do regime de tabelamento de preços dos produtos horti-granjeiros perecíveis, cuja comercialização é obrigatoriamente processada dentro de 72 horas, no máximo (aipim, batata-doce, chuchu, folháceas em geral, gião, quiabo, pimentão, maxixe, milho verde);

i) — Segurança na prioridade concedida aos produtores (lavradores e criadores) no recebimento de quotas, de resíduos de trigo, por intermédio das Associações Rurais e Cooperativas Agrícolas, a exemplo do que acontece no Estado de São Paulo, cujo Governo assegurou o abastecimento dos produtores paulistas, antes da exportação de resíduos.

C — Situação dos lavradores ocupantes de terras do Governo da União.

a) — Regularização da situação dos lavradores ocupantes de terras desapropriadas, na Serra do Rio da Prata do Cabuçu (Campo Grande), por entendimento entre o Sr. Ministro da Agricultura, o Serviço Florestal e a Secretaria Geral da Agricultura, Indústria e Comércio (Departamento de Agricultura — Posto Agrícola IV), com a assistência da Associação Rural do Rio da Prata;

b) — Exame da situação dos Lavradores localizados nas seguintes regiões: Fazenda do Piaí, Santa Eugênia e Coqueiros, no momento sob ameaça do despejo, bem como outras grandes fazendas da Zona Rural, tendo em vista, garantir a es-

tabilidade das respectivas lavouras.

c) — Enérgicas providências, no sentido de serem regularizados os títulos de propriedades ou escrituras definitivas dos componentes do Núcleo Colonial de Santa Cruz, constantes de 1.097 lotes agrícolas, medindo em média, 10 hectares cada um.

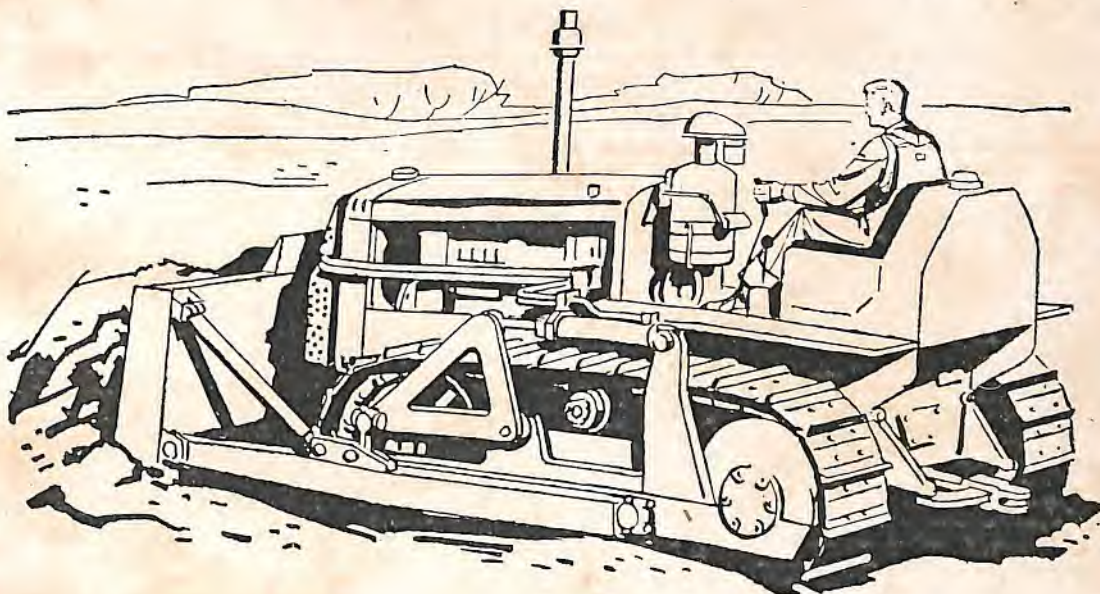
d) — Construção de uma ponte sobre o Canal de São Francisco, único meio de ligação do próprio Núcleo entre a parte emancipada e não, bem como daquela região do Distrito Federal ao Estado do Rio de Janeiro, o que estão acarretando não só a economia de cada agricultor, bem como a do município, do Estado e da União, incalculáveis prejuízos.

LAVRADOR

Se em teu município não existe associação agrícola, toma a iniciativa e funda uma; pede instruções à secretaria da Sociedade Nacional de Agricultura.

TRATOR "CAT" D4

de 48 HP na barra de tração



Fôrça de sobra — mais de 1 m² de esteiras de grande tração — e um grande número de equipamento com o qual trabalha constituem apenas algumas das razões porque o D4 pode apressar o seu trabalho! Eis aqui outras razões:

- Motor de 54 HP dá 48 HP na barra de tração
- Queima óleo Diesel barato
- Pode ter motor de partida a gasolina, independente, ou sistema de arranque elétrico, direto, de 24 volts, com velas incandescentes
- 4.800 kg de esforço de tração — para um rendimento médio, por hora, de 2,6 hectares, com discos duplos; com bulldozer move 76 m³ a 15 metros de distância.
- Bitolas de 1,12 m ou 1,52 m
- Transmissão de força, simples e eficiente, com 5 marchas avanti e uma à ré — fôrça controlada nas duas esteiras, cada uma independente da outra
- Rolêtes de esteira vedados — pinos de esteira temperados pelo processo "Hi-Electro"
- Trabalha com uma linha completa de equipamento, incluindo bulldozers CAT, scrapers de 3,44 m³ (carga coroada), barras porta-ferramentas e bulldozer da barra porta-ferramentas.

CENTRO DAS MÁQUINAS CATERPILLAR

Caterpillar é marca registrada de Caterpillar Tractor Co.

SOTREQ S.A. DE TRATORES E EQUIPAMENTOS

Av. Brasil, 9.200 - Rio de Janeiro

Filiais:

BELO HORIZONTE: Rua Professor Gerson Martins, 166 - C. Postal, 858
Loja de Peças - Rua Guaicurus, 653

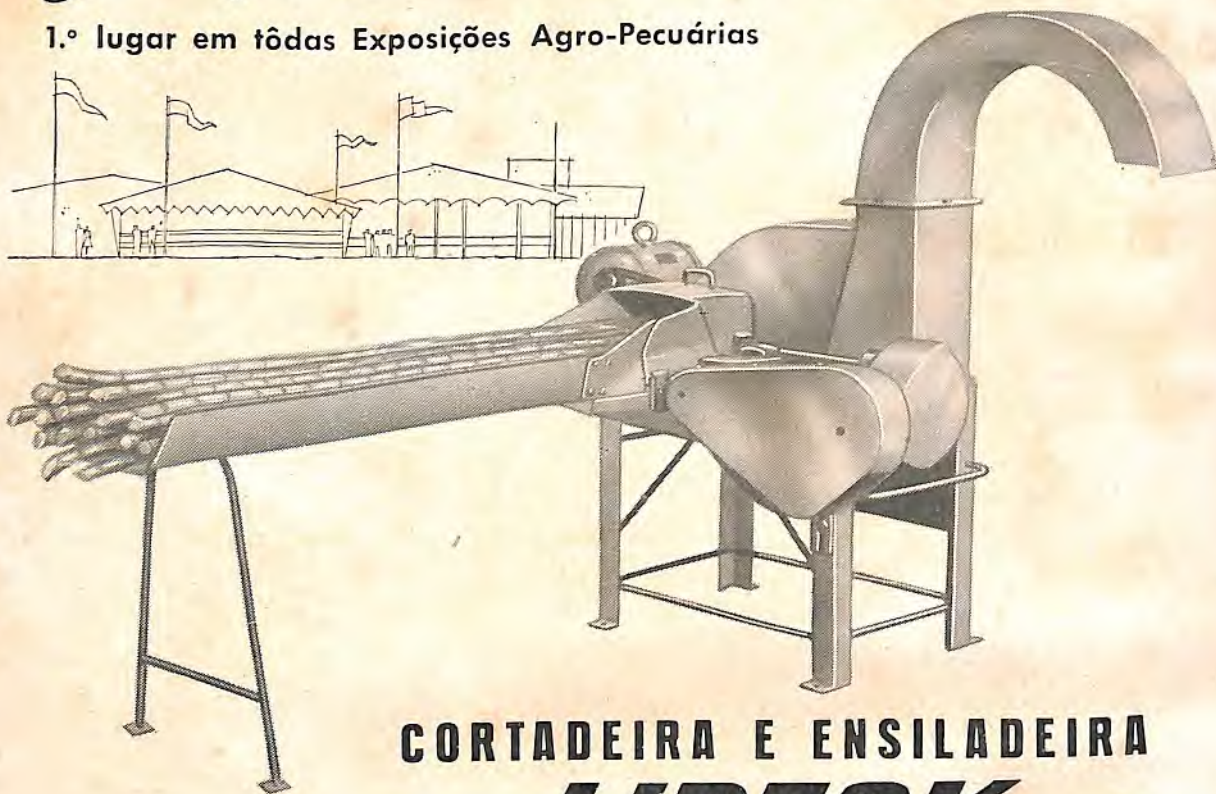
CAMPOS: Rua Marechal Floriano, 40 - Caixa Postal, 167 -

UBERLÂNDIA: Av. Vasconcelos Costa, 1.646 - Caixa Postal, 370

VITÓRIA: Av. Vitória 2.073 - Caixa Postal, 483 — **GOIÂNIA:** Av. Araguaia, 60

Comprovadamente a melhor

1.º lugar em tôdas Exposições Agro-Pecuárias



CORTADEIRA E ENSILADEIRA LIBECK

- Sempre a mesma eficiência para qualquer espécie de forragem
- De grande aplicação no preparo de composto orgânico
- Sistema de tração
- Peças intercambiáveis
- Engrenagens em aço fresado
- Montada sobre 6 rolamentos
- 3 toneladas de capacidade por hora
- Jôgo de facas sobressalentes
- 12 m de elevação
- Fôrça necessária: 5 a 8 HP

A 1.ª em tudo e por tudo — Sempre preferida pelos Fazendeiros e Criadores
Distribuidores exclusivos para todo o Brasil

COMPANHIA



(COMÉRCIO E INDÚSTRIA)

DEPARTAMENTO AGRÍCOLA: RUA CAMERINO, 61 — TEL. 43-4990

Oficinas Gráf. do "Jornal do Brasil".
Avenida Rio Branco, 110/112 — Rio

